

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RAFAELLA MARTINS DE OLIVEIRA

DIREITO À MORADIA E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: O CASO DAS FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS FEMININAS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM
PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ

PONTA GROSSA
2016

RAFAELLA MARTINS DE OLIVEIRA

DIREITO À MORADIA E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: O CASO DAS FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS FEMININAS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM
PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas.

Orientadora: Professora Doutora Jussara Ayres Bourguignon.

Coorientadora: Professora Doutora Dirceia Moreira

PONTA GROSSA
2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

048 Oliveira, Rafaella Martins de
Direito à moradia e a rede de proteção social: o caso das famílias monoparentais femininas no Programa "MINHA Casa, Minha Vida" em Ponta Grossa – Estado do Paraná/ Rafaella Martins de Oliveira. Ponta Grossa, 2016.
179f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jussara Ayres Bourguignon.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Dirceia Moreira.

1.Política habitacional. 2.Programa "Minha Casa, Minha Vida. 3.Famílias monoparentais femininas. I.Bourguignon, Jussara Ayres. II. Moreira, Dirceia. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. IV. T.

CDD: 363.58

TERMO DE APROVAÇÃO

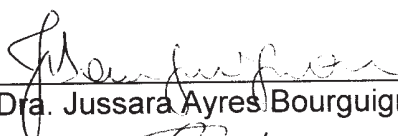
Rafaella Martins de Oliveira

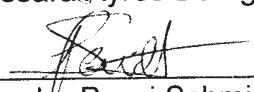
**DIREITO À MORADIA E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: O CASO
DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO PROGRAMA
"MINHA CASA, MINHA VIDA" EM PONTA GROSSA - ESTADO DO
PARANÁ**

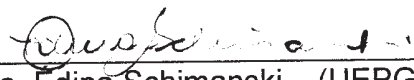
**Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de
Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

Ponta Grossa, 28 de março de 2016.

Assinatura pelos Membros da Banca:


Dra. Jussara Ayres Bourguignon - (UEPG) – Presidente


Dr. Lisandro Pezzi Schmidt – (UNICENTRO)


Dra. Edina Schimanski – (UEPG)


Dra. Danuta Cantóia Estrufika Luiz – (UEPG) - Suplente

RAFAELLA MARTINS DE OLIVEIRA

DIREITO À MORADIA E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: O CASO DAS FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS FEMININAS NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM
PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Concentração: Cidadania e Políticas
Públicas. Linha de Pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas.
Orientadora: Professora Doutora Jussara Ayres Bourguignon.
Coorientadora: Professora Doutora Dirceia Moreira

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Jussara Ayres Bourguignon (Orientadora)
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professor Doutor Lisandro Pezzi Schmidt (Membro)
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Professora Edina Schimanski (Membro)
Doutora pela University Of London – Institute Of Education, Grã-Bretanha.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Danuta Estrufika Cantoia Luiz (Suplente)
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa, 28 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, prostro-me diante de Deus, para agradecer por todas as oportunidades e, em especial, pela possibilidade de aprofundar meus estudos, ingressar num programa de mestrado e chegar ao fim de mais uma conquista, sob sua proteção e cuidados únicos. A Ele toda a gratidão e reconhecimento.

À Nossa Senhora, mãe divina e sempre protetora, que socorreu espiritualmente nos momentos de turbulências, dando forças para prosseguir.

Agradecer a pessoas que muito fizeram por nós ao longo de uma jornada, significa humanizar nossas relações e garantir mais verdade e singeleza aos nossos dias. À professora Jussara, pessoa de humildade sem igual e nobre de coração, meu muito obrigada pela sua doçura, transparência, ensinamentos, orientação e força na conclusão desta etapa. Foi a todo momento mãe, amiga, professora. Representa força e inspiração.

Quando se agradece aos pais vivencia-se a união e elo eternos. Pelo período do mestrado e do desenvolvimento da dissertação, agradeço à presença constante de minha mãe, que sempre prestou apoio incondicional, e ao meu pai, que além dos esforços cotidianos para me propiciar o melhor, também não cessou qualquer esforço para me acompanhar na realização das entrevistas realizadas no curso da pesquisa e facilitar o acesso aos locais de moradia das mulheres entrevistadas.

Agradeço aos familiares: irmãos, avós, tios, pelo carinho sempre dispensado, a alegria, orgulho, incentivos e orações.

Ainda, ao agradecer tomamos a capacidade de reconhecer a importância de outras pessoas que se tornam suportes em nosso dia a dia. Assim, cabe agradecer a pessoas que foram fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa:

Professora Sandra Scheffer, que em momento algum mediu esforço para mostrar caminhos de pesquisas, obras e curiosidades a respeito da questão habitacional e da cidade de Ponta Grossa;

À Marinez, ao Dino e toda a equipe da PROLAR que, sempre de forma muito gentil e prestativa, abriram as portas da Companhia de Habitação para prestar as informações que se buscava.

À professora Reidy, sempre querida, prestativa e muito gentil ao compartilhar sua turma para que pudesse ser realizado o estágio em docência.

Pelos subsídios fornecidos pela CAPES, permitindo a realização da pesquisa.

Aos sujeitos de pesquisa que prontamente possibilitaram a realização das entrevistas.

Aos professores do mestrado, sempre dando força, luz e inspiração. Em especial, professora Edina, doce de pessoa, animada nas comemorações do mestrado e que muito auxiliou nas sugestões para o fechamento desta pesquisa; professora Danuta, de uma inteligência e delicadeza sem iguais; professora Lúcia, destaque em suas aulas, tornando sempre instigante o estudo; à professora Dirceia, querida coorientadora.

Ao professor Lisandro, que prontamente aceitou participar da banca de qualificação e trouxe contribuições importantíssimas para o fechamento do trabalho.

A todos aqueles que não foram citados, mas que de maneira tão prestativa colaboraram com informações sobre fatos históricos, enriquecendo este trabalho.

Aos amigos:

À Ana, companheira inarredável de curso, sempre um ensinamento, sempre alegre, sempre um sorriso.

À Bruna, que mesmo morando tão distante, sempre esteve presente de coração e ouvidos abertos.

Ao Claudinei, que no seu trato doce e nas suas palavras sempre bem colocadas me faz acreditar que as coisas podem ser simplificadas e que a força interior é a guia mestra das conquistas que almejamos.

Ao Derick, pessoa com a maior força interior que conheci, sempre presente, sempre disposto.

À Fran, amizade mais que inusitada, que chegou aos poucos para brindar à vida, celebrar momentos, estar sempre presente, apoiar, e, especialmente, para ser a companheira de viagens e congressos.

À Grazielle, que na sua riqueza de conhecimento, ajudou sobremaneira na revisão textual.

Ao Hélio, sempre disposto a ajudar em qualquer momento da pesquisa.

Ao Jonathan, que, mesmo longe, sempre procurou afastar os medos que se faziam presente nessa jornada, estando sempre pronto a auxiliar e a dizer que, com calma, todas as coisas seriam possíveis.

À Juliana e à Carla Eduarda, amigas mais que especiais, dando sempre incentivo, ajuda e estando sempre presentes nos momentos de lazer.

À Luana, força propulsora de minhas primeiras pesquisas enquanto minha professora no curso de Direito. Pessoa doce e amável que sempre deu forças e fez acreditar que todos os objetivos podem ser atingidos. Além de minha estimada mestre, no período do mestrado e para além dele, tornou-se minha grande amiga e inspiração.

À Mara, sempre amiga e presente, inspirando com sua doçura, criatividade e praticidade.

Ao Michel, que me acompanhou também desde a graduação em Direito e prestou todo o apoio para a realização da seleção do mestrado. Com sua educação e tranqüilidade, permitiu olhar vários fatores pela perspectiva social.

Ao Vanderlei, também querido e estimado professor do curso de Direito, sempre prestando o apoio e auxílio necessários para qualquer situação da vida. Ensinou-me a finesse no trato e a gentileza que imbui seu ser de forma sem igual. Também pessoa de grande inspiração e que marcou de forma especial esta etapa.

Aos demais amigos, que embora não citados, meus sinceros agradecimentos, pois cada um teve uma contribuição especial nessa etapa.

“Biológica ou não, oriunda do casamento ou não, matrilinear ou patrilinear, monogâmica ou poligâmica, monoparental ou poliparental, não importa. Nem importa o lugar que o indivíduo ocupe no seu âmago, se o de pai, se o de mãe, se o de filho; o que importa é pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores, e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade pessoal”.

(HIRONAKA)

RESUMO

Os contextos históricos que marcaram a política habitacional brasileira foram os mais diversos até que se chegasse ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que priorizou, dentre seus escopos, as famílias que têm a mulher como responsável pela unidade familiar. Este enfoque correlaciona as relações históricas entre a mulher, a família, a rede de proteção social e a propriedade privada, o que impactou nos modelos e formas de configuração familiar no Brasil, afetando diretamente a efetividade das políticas públicas destinadas à habitação. Observando esta problemática, objetivou-se compreender as demandas socioeconômicas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar no contexto do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, “faixa 1”, na cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná. Para apreensão desse tema, fez-se necessário empreender um estudo interdisciplinar, subsidiado por pesquisa bibliográfica, documental e realização de entrevistas, utilizando-se de abordagem qualitativa com estudo de caso para o seu desenvolvimento. Foram utilizados, ainda, dados quantitativos, por meio do levantamento de dados junto à Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, na cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná, que possibilitaram identificar o perfil socioeconômico do grupo em análise, que expressaram sua vulnerabilidade e a necessidade do acesso à moradia por meio de referido programa. A pesquisa foi aprofundada por meio da coleta de informações junto aos sujeitos deste processo, que foram divididos em dois subgrupos para a realização da entrevista com o fim de desvendar suas expectativas em relação à nova moradia. Além das famílias que ainda aguardam a entrega do empreendimento, o estudo levou em conta pessoas residentes nos imóveis de cinco dos conjuntos habitacionais já instalados: Atenas, Boreal, Gralha Azul, Recanto Verde e Roma. Para tanto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro deles, tratou-se da formação da política habitacional brasileira, demonstrando-se a influência do Estado de Bem-Estar Social e do Neoliberalismo nessa questão, até a implantação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. No segundo capítulo, analisou-se a situação das famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar em situação de pobreza e vulnerabilidade social e sua adaptação à nova lógica do Estado. Por fim, no terceiro capítulo, caracterizou-se o universo da pesquisa, tendo sido feita a análise das entrevistas realizadas. A partir do presente estudo, buscou-se, então, contribuir para a construção de conhecimento sobre a rede de proteção social, especificamente destinada às mulheres chefes de família monoparental, considerando a atuação do Estado enquanto responsável pela promoção de políticas públicas.

Palavras-chave: Política Habitacional. Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Famílias monoparentais femininas.

ABSTRACT

The historical contexts that set the tone for the housing policy in Brazil were quite varied, up until the arrival of the “Minha Casa, Minha Vida” program (“My Home, My Life”, in English), which prioritized families where the woman is responsible for the family unit. This focus correlates historical relations between women, families, social protection networks, and private property, which directly impacted the ways families are formed and configured in Brazil, having a direct effect on the effectivity of public policies regarding housing. In observing this issue, the aim was to comprehend the socioeconomic demands of single-parent families where a woman is the one responsible for the family unit, within the context of the “Minha Casa, Minha Vida” program, “level 1”, in the city of Ponta Grossa, Paraná. In order to seize the topic, it was necessary to undertake an interdisciplinary study, supported by bibliographic and documental research, as well as interviews, developing the research via a qualitative approach with case study. Quantitative data was also utilized, through data gathering with PROLAR (“Housing Company of Ponta Grossa”, in English), which enabled the identification of the socioeconomic profile of the group under analysis – people who expressed their vulnerability and the necessity to have access to housing through the referenced program. The research was deepened by gathering information from the subjects of this process, who were divided into two subgroups in order to be interviewed, aiming to discover their expectations regarding the new housing. Besides families that still wait for the project to deliver, the study also took into consideration people living in five previously-installed housing complexes: Atenas, Boreal, Gralha Azul, Recanto Verde, and Roma. In order to do so, the study was divided into three chapters. The first one deals with the formation of Brazil’s housing policy, showing the influence of the Welfare State and Neoliberalism regarding this issue, up to the implementation of the “Minha Casa, Minha Vida” program. The second chapter pertains to the condition of female-headed single-parent families, more specifically the ones in a situation of poverty and social vulnerability, as well as their adaptation to a new logic of the State. Finally, the third chapter sees a characterization of the universe of this study, following the analysis of the interviews. It then became a goal to contribute to the construction of knowledge regarding the network of social protection, especially in relation to female single-parents, considering the State’s performance as the entity responsible for public policies.

Keywords: Housing Policy. “Minha Casa, Minha Vida” program. Female single-parent families.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Cartograma da Localização das atuais residências das mulheres entrevistadas pela unidade familiar cadastradas na PROLAR que aguardam a concessão de imóvel financiado pelo programa "Minha Casa, Minha Vida", na cidade de Ponta Grossa - Paraná 121

FIGURA 2 – Cartograma do Deslocamento intra-urbano das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar, atendidas pela PROLAR e que atualmente encontram em posse do imóvel financiado pelo programa "Minha Casa, Minha Vida 142

QUADRO 1 – Caracterização socioeconômica das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiados pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida.” 118

QUADRO 2 – Tempo de cadastro na PROLAR e espera pela entrega do empreendimento. 119

QUADRO 3 - Residência atual 120

QUADRO 4: Infraestrutura existente na casa das entrevistadas 121

QUADRO 5 - Infraestrutura do local das casas das entrevistadas 122

QUADRO 6 - Equipamentos públicos nas proximidades das casas das entrevistadas 124

QUADRO 7: Periodicidade de meio de transporte público disponível..... 125

QUADRO 8 - Entrevistas realizadas com mulheres responsáveis pela unidade domiciliar nos conjuntos do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa – Paraná 136

QUADRO 9 – Caracterização socioeconômica das Famílias Monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar que se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná..... 137

QUADRO 10 – Tempo de cadastro na PROLAR e espera pela entrega do empreendimento e tempo em que já se encontra no empreendimento..... 138

QUADRO 11 – Caracterização da casa anterior e das casas atuais das entrevistadas do “Grupo 2” nos Jardins Athenas, Boreal, Gralha Azul e Roma.....	139
QUADRO 12 – Distância entre as residências anteriores e atuais das entrevistadas do “grupo 2” e distância das residências anteriores e atuais em relação ao centro da cidade de ponta grossa.....	143
QUADRO 13 – Equipamentos públicos existentes nas proximidades das casas anteriores e das casas atuais das entrevistadas dos Conjuntos Athenas, Boreal, Gralha Azul, e Roma	144
QUADRO 14 – Quantidade e periodicidade de meio de transporte público disponível na localidade da casa anterior e da casa atual das entrevistadas dos Conjuntos Athenas, Boreal, Gralha Azul, e Roma	145

LISTA DE SIGLAS

ABMH – Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação

BNH – Banco Nacional de Habitação

CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuário

CADÚNICO – Cadastro Único

CAP's - Caixas de Aposentadoria e Pensão

CCB – Cédulas de Crédito Bancário

CCI – Cédulas de Crédito Imobiliário

CEF – Caixa Econômica Federal

COEP – Conselho de Ética em Pesquisa

COHAB – Companhia de Habitação

COHAB-CT – Companhia de Habitação de Curitiba

COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina

COHAB-PG – Companhia de Habitação de Ponta Grossa

COHALAR – Cooperativa Habitacional dos Assalariados

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

IAP's - Institutos de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FCP – Fundação da Casa Popular

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LCI – Letras de Crédito Imobiliário

MBES – Ministério da Habitações do Bem-Estar

MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PAIH – Plano de Ação Imediata para a Habitação

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PEHIS-PR – Plano de Habitação de Interesse Social do Paraná

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV – Programa “Minha Casa, Minha Vida”

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH – Política Nacional de Habitação

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana

PROLAR – Companhia Habitacional de Ponta Grossa

RET – Regime Especial de Tributação

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEIN – Secretaria de Estado do Interior do Paraná

SEPURB – Secretaria de Política Urbana

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SFI – Sistema Financeiro Imobiliário

SHM – Subsistema de Habitação de Mercado

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UPC – Unidade Padrão de Capital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.....	28
1.1 O SURGIMENTO DA HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL	29
1.2 O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO E O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO.....	39
1.3 OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.....	48
1.4 O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”	69
2 O ACESSO À MORADIA PELAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR.....	78
2.1 REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR E A POBREZA URBANA	81
2.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	86
2.3 FORMAÇÃO DAS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL	94
3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL	101
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA.....	109
3.2 CONFIGURAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AS PERSPECTIVAS DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR NA CIDADE DE PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ	113
CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A: Formulário de entrevistas “Grupo 1”.....	167
APÊNDICE B: Formulário de entrevistas “Grupo 2”.....	170
ANEXO A: Fotos dos empreendimentos da PROLAR em que foram realizadas as entrevistas.....	173

ANEXO B: Parecer consubstanciado do conselho de ética em pesquisa	176
--	------------

INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico brasileiro, tem-se a Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV – e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Referida Lei foi alterada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, tendo-lhe sido acrescentada dentre seus escopos a prioridade do atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, conforme se infere do seu artigo 3º. No entanto, apesar de expressa previsão legal, existe, ainda, uma grande quantidade de mulheres que lutam e anseiam por uma moradia segura e melhor para si e para sua família.

Dessa forma, motivada pela pesquisa já realizada ao longo da graduação em Direito, referente à alocação de recursos nas ações de regularização fundiária – donde se visualizou formas de concretização do direito à moradia, bem como movida pelo interesse e atuação profissional na área de família –, verificou-se que a atual Política Nacional de Habitação tem direcionado ações das intervenções urbanas para o atendimento com moradia ao segmento da Habitação de Interesse Social por meio de programas habitacionais que priorizam determinados grupos, a exemplo da mulher responsável pelo ambiente familiar.

Nesse sentido, levantaram-se alguns questionamentos: a) quais os fatores socioeconômicos que dificultam ou facilitam o cotidiano das famílias em que as mulheres são as responsáveis pela unidade familiar, com relação à moradia e sua interface em relação à sua proteção?; b) quais as expectativas que a mulher responsável pela unidade familiar tem em relação ao direito à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa?; c) qual o perfil socioeconômico das famílias com a mulher responsável pela unidade familiar que expressam sua vulnerabilidade e a necessidade do acesso à moradia?; d) como o acesso à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa possibilita o acesso à rede de proteção social à família que tem a mulher como responsável pela unidade familiar?

Diante disso, com a presente pesquisa, teve-se como objetivo geral compreender as demandas socioeconômicas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar no contexto do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná.

Entretanto, em atenção ao referido objetivo geral, como objetivos específicos da presente pesquisa, buscou-se compreender como se deu o processo da luta por Políticas

Habitacionais, Políticas Sociais e Direitos Sociais, que impulsionou a discussão teórica entre a política habitacional e sua destinação às mulheres responsáveis pela unidade familiar; analisar como se dá o acesso à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” pelas famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar e suas expectativas em relação à rede de proteção de sua família, com especial atenção para a cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná; verificar como se deram as mudanças nos padrões e modelos de organização familiar a fim de se entrelaçar essas discussões à relação entre mulheres e moradias no Brasil; caracterizar e mapear na malha urbana de Ponta Grossa onde se encontram os empreendimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, destacando-se aqueles habitados por famílias monoparentais que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar; e desvendar o papel realizado pela rede de proteção social à família no espaço ocupado pelas famílias monoparentais com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Aliado a esses objetivos, verificou-se que a atual Política Nacional de Habitação – PNH – tem direcionado ações das intervenções urbanas para o atendimento com moradia ao segmento da Habitação de Interesse Social por meio de programas habitacionais que priorizam determinados grupos, a exemplo da mulher responsável pelo ambiente doméstico.

Em diferentes âmbitos da sociedade existe a ideia de que algumas famílias apresentam diferentes modos de sua formação. Isso se dá em razão de a vida concreta que se passa dia a dia mostrar a coexistência de configurações familiares diversas, apresentando-se distante das expectativas normalizantes do que se espera que seja uma família. (REINA, 2008).

Ocorre que a composição familiar encontra-se em mudança, coexistindo numa mesma sociedade diversas formas de família, como é o caso das famílias nucleares, famílias monoparentais (feminina ou masculina), famílias reconstituídas¹, famílias extensas², famílias homoafetivas³, famílias unipessoais⁴, famílias anaparentais⁵, família eudemonista⁶.

¹ As famílias reconstituídas são conceituadas por Grisard Filho como: “Uma estrutura familiar originada do casamento ou da união estável de um casal, na qual um ou ambos de seus membros têm um ou vários filhos de uma relação anterior [...] é a família na qual ao menos um dos adultos é um padrasto ou uma madrasta. Ou, que exista ao menos um filho de uma união anterior de um dos pais” (GRISARD FILHO, 2010, p. 85). Além disso, conforme prescreve o Código Civil brasileiro em seu artigo 1.595, estabelece-se um parentesco por afinidade entre os integrantes das famílias reconstituídas, limitando-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge e companheiro.

² Conforme o parágrafo único do artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, entende-se por família extensa ou ampliada aquela “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.”.

Das diversas configurações familiares existentes, especialmente no que tange às famílias populares urbanas, sobressaem-se os arranjos formados pela família nuclear (formada pelo casal e seus filhos) e pela família monoparental. Enquanto a primeira se configura em torno de funções de gênero, concebidas e predefinidas especialmente no papel de proteção e socialização de filhos, a família monoparental se caracteriza pela predominância da mulher e seus filhos no ambiente familiar, uma vez que, muitas vezes, a mulher se transforma em única provedora em razão do rompimento nas relações conjugais ou afetivo-sexuais.

O fenômeno das famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar decorre de alguns indicadores, tais quais o processo de emancipação feminina, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a produção independente, a viuvez, o processo migratório provocado pela crise econômica, que obriga o deslocamento dos homens para outras regiões e das mulheres mais jovens para os centros urbanos em busca de emprego, o que representa um perfil heterogêneo dessa forma familiar.

No entanto, a família monoparental ainda é alvo de preconceitos. Por essa razão, merece ser estudada enquanto tal, atentando-se para as possibilidades e estratégias criadas pelos indivíduos para se adaptarem às circunstâncias cotidianas.

Além disso, na atual conjuntura é importante que se trate da realidade de famílias que necessitam de moradia, donde se denota a presença constante de mulheres lutando por uma moradia segura e melhor para si e sua família, bem como é importante que se observe a constituição de redes de proteção social, as quais, em seu conjunto, formam uma trama de relações que conferem aos seus sujeitos identidade e sentimento de pertencer. (SANICOLA, 2008). Nesse sentido, é importante que se aborde o paralelo existente entre as questões habitacionais, a formação das redes sociais e as famílias monoparentais com a mulher

³ A família homoafetiva é quando há a união entre duas pessoas de mesmo sexo, que tenham por objetivo constituir família e que mantenham convivência pública, contínua, duradoura, aplicando-se-lhes as regras concernentes à união estável.

⁴ Família unipessoal é aquela composta exclusivamente por uma única pessoa, porém mantendo seus vínculos. Nessa linha, o STJ, na Súmula 364, estendeu o conceito de impenhorabilidade de bem de família ao imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

⁵ Conforme Maria Berenice Dias (2007, p. 46) “a convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito, impõe o reconhecimento da existência de entidade familiar batizada com o nome de família anaparental”.

⁶ Família eudemonista é aquela que decorre do afeto. Para Maria Berenice Dias (2007, 52-53) “surgiu um novo nome para essa tendência de identificar a família pelo seu envolvimento efetivo: família eudemonista, que busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus membros. O eudemonismo é a doutrina que enfatiza o sentido de busca pelo sujeito de sua felicidade. A absorção do princípio eudemonista pelo ordenamento altera o sentido da proteção jurídica da família, deslocando-o da instituição para o sujeito, como se infere da primeira parte do § 8º do art. 226 da CF: o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos componentes que a integram”.

responsável pela unidade familiar, uma vez que essas questões estão interligadas por espaços construídos e transformados, não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres.

O enfoque direcionado à mulher responsável pela unidade familiar na PNH suscita o aprofundamento dessa questão correlacionando-a às relações históricas entre a mulher, a família, a rede de proteção social e a propriedade privada, o que requer também considerar as mudanças ocorridas nos modelos e formas de configuração familiar no Brasil para que, então, se aproxime das formas de priorização no atendimento à mulher nas políticas sociais e na política de habitação. (SANTOS, 2012).

Desta forma, o trabalho elaborado visou uma abordagem interdisciplinar, por meio de uma investigação que integre informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas e conceitos que envolvam diversas áreas do conhecimento, tal qual a área jurídica, apoiada no direito constitucional, no direito de família e no direito urbanístico; as áreas da sociologia e da história, bem como a área das políticas públicas, visando o avanço na compreensão de problemas cujas soluções vão para além de uma única área do conhecimento.

Desse modo, será tratada de uma temática de relevância para toda a sociedade brasileira, tendo em vista a necessidade de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, utilizando-se de um olhar sociológico acerca do tema que servirá de subsídio para um melhor entendimento do assunto.

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa com estudo de caso para o seu desenvolvimento, com o intento de verificar a formação de rede de proteção social e se as expectativas das famílias monoparentais com as mulheres responsáveis pela unidade familiar por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” estão sendo atendidas na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Ainda, utilizaram-se dados quantitativos, por meio do levantamento de dados junto à Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, na cidade de Ponta Grossa, os quais possibilitaram identificar o perfil sócio-econômico das famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar que expressaram sua vulnerabilidade e a necessidade do acesso à moradia visando o acesso aos empreendimentos habitacionais financiados por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, “faixa 1” (renda de até R\$1.600,00), na cidade de Ponta Grossa. Tal levantamento se deu, especialmente, no que se refere à inscrição dessas pessoas nos imóveis componentes de cinco dos conjuntos habitacionais já instalados na região: Athenas, Boreal, Gralha Azul, Recanto Verde e Roma. A escolha destes conjuntos se deu em virtude de terem sido os cinco primeiros entregues e ocupados na cidade, permitindo a

análise da consolidação das famílias e as políticas públicas nesses conjuntos habitacionais ao longo dos anos.

Ademais, a pesquisa foi aprofundada por meio da coleta de informações junto aos sujeitos desse processo, quais sejam, as mulheres responsáveis pela unidade familiar. Dessa feita, estas serão divididas em dois subgrupos para a realização da entrevista e a fim de desvendar:

- Grupo 1: as expectativas em relação à rede de proteção social das famílias monoparentais que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná;
- Grupo 2: se foram atendidas as expectativas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar em relação à rede de proteção social que, após terem sido atendidas pela PROLAR, atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná.

Tendo em vista que se buscou trabalhar com dois grupos distintos, para que se conheça os mecanismos de proteção social que mais são acessados por essas famílias, bem como para detectar as formas de integração entre mecanismos públicos (políticas sociais) e privados (as famílias e as redes sociais) de proteção social e as estratégias para realizar o direito à moradia, necessária se fez a realização de Estudo de Caso.

Ao tratar do Estudo de Caso, Quimelli (2009) entende que o pesquisador deve identificar as diferentes características do caso, podendo, assim, ser utilizada uma série de diferentes métodos para a coleta e a análise de dados, sendo que a opção por um Estudo de Caso não significa uma decisão metodológica voltada a uma direção específica, mas uma forma particular de estudo e uma escolha do objeto a ser estudado.

Nesse sentido, Yin (2010) entende que as principais características de um Estudo de Caso podem ser resumidas sob a forma de um estudo empírico em que se “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010, p. 32) e em que são usadas fontes de evidência múltiplas. (QUIMELLI, 2009).

Como definição, Estudo de Caso pode ser compreendido, também, conforme Yin (2010, p. 39-40), como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto são claramente evidentes”. Considerando que o fenômeno e o contexto nem sempre são distinguíveis nas situações da vida real, Yin acrescenta que

a investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise dos dados. (YIN, 2010, p. 18).

Por meio dessa definição, tem-se, então, que a pesquisa com Estudo de Caso compreende um método abrangente, levando em conta a lógica do projeto, as técnicas de coleta de dados e as abordagens referentes à análise dos dados. Ademais, visa “à descoberta”, “ênfatisa a interpretação em contexto”, “retratar a realidade de forma completa e profunda”, “usa uma variedade de fontes de informação”, “revela experiência vicária e permite generalizações naturalísticas”, “procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social”, “utiliza uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

A partir daí, para atingir os objetivos propostos, o tipo de estudo de caso utilizado na presente pesquisa foi do tipo coletivo, com finalidade instrumental. O estudo de caso coletivo traduz-se como aquele em que o “pesquisador não se concentra num só caso, mas em vários, [...] com finalidade intrínseca ou instrumental.” (ANDRÉ, 1986 *apud* QUIMELLI, 2009, p. 21). A finalidade instrumental, por sua vez, “estuda os modos de apropriação de alguns sujeitos da pesquisa sobre determinado contexto ou acontecimento”. (ANDRÉ, 1986 *apud* QUIMELLI, 2009, p. 66).

Assim, tendo em vista que a pesquisa se realizou junto às famílias monoparentais com mulheres responsáveis pela unidade familiar, e que estas foram divididas em dois subgrupos para a realização de entrevistas, entendeu-se ser esse tipo de estudo de caso adequado para a análise.

Desse modo, a proposta dessa pesquisa apresentou características essenciais para um estudo de caso: seja em razão de o acesso à moradia pelas famílias monoparentais com mulheres responsáveis pela unidade familiar se tratar de um fenômeno complexo e extremamente atual e relevante em nossa sociedade; seja em razão de partir de evidências

existentes na realidade social e urbana brasileira; seja por se basear em temas presentes na agenda dos debates nacionais e internacionais, bem como nas intervenções sociais e políticas públicas.

O procedimento utilizado para o desenvolvimento dos estudos relativos à rede de proteção social e às expectativas da família monoparental com a mulher responsável pela unidade familiar, tendo em vista à concretização do direito à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa, foi a análise bibliográfica, documental e a realização de entrevista.

Por um lado, por meio da pesquisa bibliográfica, utilizaram-se obras de autores que trabalham com as temáticas das políticas sociais, políticas habitacionais, vulnerabilidade social, moradia, pobreza e família monoparental feminina, com vistas a se determinar como é possível a discussão acerca da constituição de uma política pública de habitação no contexto do Estado Democrático de Direito marcado pelo Neoliberalismo. Lado outro, por meio da análise documental, verificou-se como se tem dado a atuação estatal na concretização da política habitacional para as famílias monoparentais com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Ainda, as fontes documentais e bibliográficas, ambas tomadas como referenciais teóricos, serviram como subsídios para analisar os dados quantitativos obtidos nos seguintes institutos de pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Quanto à coleta de informações junto aos sujeitos desse processo, houve a realização de entrevista estruturada, que se caracteriza como aquela que tem como instrumento um formulário para a coleta de informações, sendo as perguntas feitas da mesma forma para todas as pessoas que foram entrevistadas.

Para a seleção das entrevistadas foi utilizada a “amostragem acidental”, que, conforme Richardson, é entendida como

um subconjunto da população formado pelos elementos que se pôde obter, porém sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo. Com base em uma amostra acidental, não é possível generalizar em termos de população, visto que não se pode ter certeza de que ela seja representativa do universo a que pertence. (RICHARDSON, 2010, p 62).

Foi utilizada, para este primeiro momento, uma amostragem representativa em relação aos dois grupos anteriormente citados. Para o “Grupo 1”, quais sejam, as famílias

monoparentais com as mulheres responsáveis pela unidade familiar que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa, foram selecionadas e entrevistadas, nos meses de junho e julho de 2015, sob supervisão da assistente social da PROLAR, 10 mulheres que se encontravam esperando no atendimento ao público da PROLAR. Essas 10 mulheres foram selecionadas aleatoriamente e a entrevista foi realizada com aquelas que se encaixassem no perfil buscado, com vistas a atender aos fins da pesquisa. Todas as entrevistadas foram bastante atenciosas para responder às perguntas realizadas e se mostraram satisfeitas em respondê-las, autorizando a divulgação das informações bem como se colocando à disposição para maiores questionamentos.

Em relação ao “Grupo 2”, ou seja, as famílias monoparentais com as mulheres responsáveis pela unidade familiar que já foram atendidas pela PROLAR e atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná, por meio dos dados repassados pela PROLAR, as assistentes sociais fizeram a seleção de 50 mulheres, sendo 10 de cada um dos conjuntos habitacionais acima mencionados. Desse universo, buscou-se entrevistar duas mulheres de cada conjunto, a fim de que se pudesse fazer o levantamento preliminar dos dados.

Para que fosse possível realizar as entrevistas, foi realizada, no período de maio a agosto de 2015, a visita nos empreendimentos acima citados pela pesquisadora, sendo que em todos houve grande receptividade. As moradoras se mostraram muito atenciosas no atendimento da pesquisadora em suas casas – algumas mulheres fizeram questão que se olhasse a casa por dentro para mostrar a situação (boa ou ruim) do imóvel – e nas respostas das perguntas que lhes foram feitas, permitindo a divulgação das informações que prestaram e propiciando uma observação assistemática dos locais.

No entanto, no que se refere ao “Grupo 2”, não foi possível a realização de entrevista com exatamente duas pessoas de cada conjunto, tendo em vista que, da listagem que foi passada pela PROLAR, a maioria das mulheres se encontram atualmente convivendo em união estável, casadas ou em outras formas de relações.

Além disso, em algumas residências, as mulheres que foram beneficiadas pela PROLAR muitas vezes não residiam mais no local, tendo, inclusive, alugado a casa para outras pessoas morarem. Por essa razão, dos Conjuntos Roma e Gralha Azul, foram entrevistadas duas mulheres de cada um (somando quatro mulheres); dos Conjuntos Athenas e Boreal, foi entrevistada apenas uma mulher de cada conjunto (somando duas mulheres); e do Conjunto Recanto Verde, não foi possível a realização de entrevista com nenhuma mulher,

tendo em vista que, das 10 indicadas pela PROLAR, sete estão casadas atualmente e três já alugaram o imóvel para outras famílias.

A partir dessa delimitação foi feita a aplicação de um formulário, devidamente aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa – COEP (carta de aprovação anexa), diferente para cada grupo, para que se pudesse realizar a coleta de informações e fazer a análise daquilo que se pôde inferir por meio das respostas.

Tomando como ponto de partida essa delimitação, também foram realizadas as entrevistas estruturadas por meio da aplicação de um formulário distinto para cada grupo, com o objetivo de coletar informações e analisar aquilo que se pôde inferir por meio das respostas. O formulário (Apêndice) foi elaborado com base no formulário estruturado aplicado por Anna Paula Lombardi, que, em seu trabalho de dissertação, aplicou-o a fim de desvendar se o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, por meio de adaptações no espaço de morar, está sendo capaz de proporcionar a inclusão socioespacial de PcD de forma efetiva na cidade de Ponta Grossa⁷.

A pretensão, com esse tipo de amostra, foi a compreensão acerca do objeto de estudo proposto, bem como fazer o cruzamento dos dados qualitativos que foram coletados por meio do formulário aplicado, assim como com os dados levantados junto à PROLAR e aos levantamentos documentais e bibliográficos.

Por meio do formulário as entrevistadas tiveram a oportunidade de expressar suas expectativas, satisfações, descontentamentos, necessidades e opiniões sobre os conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa.

No entanto, antes das entrevistas propriamente ditas, foi realizado um pré-teste com referido formulário, a fim de verificar se este teria uma aplicação exitosa entre as entrevistadas, se as perguntas formuladas dariam resposta efetiva aos problemas levantados e, conseqüentemente, realizar os últimos ajustes, para que se proporcionasse melhor qualidade à pesquisa.

No caso da presente pesquisa, o pré-teste foi feito em duas etapas: a primeira, para verificar as perguntas individuais elaboradas, e a segunda, para verificar as condições de aplicação do formulário como um todo.

Para tanto, em um primeiro momento, foram selecionadas duas entrevistadas de cada grupo, para as quais, inicialmente, as questões foram colocadas de forma fechada, contendo

⁷ LOMBARDI, Anna Paula. **Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência**: os espaços de morar do Programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa, PR. 2014, 173 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2014.

opções disponíveis, e, a seguir, na forma aberta. Desse modo, conseguiu-se proceder a uma comparação entre as respostas espontâneas das entrevistadas e as respostas dirigidas, a fim de que se pudesse identificar as alternativas que não tenham sido pensadas e/ou serem adequadas às opções inicialmente colocadas.

Em seguida, na segunda etapa do pré-teste, verificou-se a aceitabilidade do formulário em sua totalidade e a correta adaptação aos requisitos do estudo, observando-se se as questões e respostas seriam compreendidas, para evitar erros de vocabulário e de formulação, bem como para destacar qualquer tipo de recusa, incompreensão e equívocos nas respostas das entrevistadas. Nesse momento é que foi realizada a avaliação do formulário, da amostragem e do entrevistador, as recusas das respostas, a reação das entrevistadas, a ordem das perguntas elaboradas.

Por fim, foi realizada uma análise preliminar dos resultados obtidos para testar a validade das questões realizadas, as interpretações possíveis, a eliminação ou aprimoramento de perguntas que contribuíssem para a análise, para, em seguida, iniciar-se a fase da pesquisa, de forma otimizada.

Os dados coletados nas entrevistas, os dados quantitativos coletados junto à PROLAR e as pesquisas documental e bibliográfica foram analisados à luz da análise de conteúdo, tendo em vista que este método possibilita que se faça inferência de um texto focal para o contexto social de forma objetivada. “Por meio de procedimentos explícitos de análise textual, identificam-se objetiva e sistematicamente características específicas da mensagem.” (GIUSTINA, 2013, p. 18).

A análise de conteúdo, conforme esclarece Bardin (1979, p. 115), não é obrigatoriamente quantitativa, sendo que este estudo tem por foco analítico uma análise qualitativa “[...] na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais”. Ou seja, “os índices são retirados de maneira não frequencial, a partir das significações que a mensagem fornece, correspondem a uma regra de recorte do sentido e não da forma.” (GIUSTINA, 2013, p. 19).

Dessa maneira, após a realização das entrevistas é que foram feitas as aproximações com os dados quantitativos da PROLAR e as fontes documentais e bibliográficas coletadas, a fim de que fossem organizados em categorias para se inferir uma expressão do que representam.

“Por meio da sistematização de regras de categorização, o conteúdo da informação é transformado, partindo dos dados em direção ao seu contexto”, e acrescenta que “os dados

brutos são tratados, transformados e agregados em unidades categoriais, as quais permitem descrever características inerentes ao conteúdo da mensagem.” (GIUSTINA, 2013, p. 18).

Conforme Bardin (1979), a categorização dá a possibilidade de que sejam conhecidos índices invisíveis ao nível dos dados brutos, tendo como primeiro objetivo “[...] fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados. (BARDIN, 1979, p. 119).

Dessa forma, no Capítulo 1, discorreu-se acerca da formação da política habitacional no Brasil a fim de se demonstrar como o estado de Bem-Estar Social e o Neoliberalismo influenciaram nas questões habitacionais brasileiras, bem como analisou-se como aqueles contextos influenciaram o desenvolvimento do atual Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

No Capítulo 2, por sua vez, discutiu-se como as famílias brasileiras em situação de pobreza e vulnerabilidade social, especialmente as famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade domiciliar, adaptaram-se a essa nova lógica do Estado e como se adaptam à atual política habitacional, especialmente no Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

No terceiro Capítulo, buscou-se fazer a caracterização e o mapeamento da malha urbana de Ponta Grossa, onde se encontram os empreendimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, com destaque para aqueles habitados por famílias monoparentais que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar, bem como identificou-se a formação das redes de proteção social. Além disso, nesse capítulo, foi possível realizar a tabulação e análise das entrevistas feitas com os sujeitos de pesquisa, para, em seguida, apresentar a conclusão deste trabalho.

“O que aparece como uma sequência, da teorização para a amostragem e para a codificação é, na verdade, um processo interativo” (GIUSTINA, 2013, p. 19), ou seja, as etapas metodológicas mesclam-se para compor o todo.

Por essa razão, por meio dessa interação dos métodos utilizados, é que no último capítulo da presente pesquisa, buscou-se desvendar o papel realizado pela rede de proteção social à família no espaço ocupado por essas mulheres.

Dessa forma, como conclusão deste trabalho tem-se que, mesmo que se perceba a existência de uma política habitacional que se volte a atender os problemas com moradias como um todo, bem como das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar, a política habitacional não possui condições plenas de efetividade. Ainda que haja melhoria em termos de qualidade de vida, no que se refere à habitação, ainda nota-se a precariedade em relação aos equipamentos e serviços públicos nos conjuntos habitacionais. Por essa razão, necessário se fez falar em redes de proteção social, consideradas

como forma de relações sociais. Considerou-se, especialmente, a rede envolvendo políticas setoriais, destinadas a formar o sistema de bem-estar social da população, que envolve serviços sociais, de saúde e de educação, dentre outros; considerou-se também que a localização periférica dos conjuntos habitacionais destinados à população de menor renda acentuou ainda mais o problema da segregação e exclusão socioespacial.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

Além de a habitação compreender uma das formas de a população buscar suprir suas necessidades básicas, as políticas habitacionais compreendem uma forma de acumulação e legitimação do Estado. Isso se dá em razão de que, ao agir desta forma, aquele visa a atender parcela da população e assume como função a minimização das diferenças e a atenuação dos conflitos que provêm de precárias condições de vida da população. (SCHEFFER, 2003).

Nesse sentido, tem-se que a relação existente entre o Estado e as demandas sociais se expressam no exercício de funções que se contradizem e que são permeadas tanto pelos interesses da acumulação como na busca de legitimidade. Por essa ótica é que se pode afirmar, então, que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambiguidades que permeiam os diversos interesses em contraposição. (SCHEFFER, 2003).

Ao se levar em conta o processo de urbanização brasileiro, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor habitacional por parte do Estado, nota-se ora a presença de intensa intervenção estatal nesse setor, ora a ausência de qualquer política voltada à habitação.

Visualizando-se essa situação, dentre os objetivos específicos da presente pesquisa, busca-se, num primeiro momento, compreender o processo da luta por Políticas Sociais, Políticas Habitacionais e Direitos Sociais responsáveis por impulsionar a discussão teórica entre a política habitacional e sua destinação às mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Para atender a esse objetivo primevo, neste primeiro capítulo, fez-se necessário reconstruir a ação estatal na seara habitacional urbana no país e entender como a constituição de um Estado de Bem-Estar social no Brasil influenciou nessa questão. Além disso, é preciso, ainda, neste momento, desvelar como se deu a constituição de uma política pública de habitação no país marcada pelo Neoliberalismo e que culminou na criação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, em 2009.

Será demonstrado, também, de modo geral, como recebeu tratativa a questão social da habitação no Estado do Paraná e, de forma bastante específica, na cidade de Ponta Grossa, município em que se foca o presente estudo. Assim, atrelando-se à história brasileira, incumbe também, nesse momento, caracterizar e mapear a malha urbana de referida cidade, que, com

base no estudo de Sandra Maria Scheffer⁸, fez-se uma retrospectiva cronológica acerca das iniciativas do poder público na questão habitacional na cidade de Ponta Grossa, até se chegar ao estudo da Companhia de Habitação do Paraná – PROLAR, conforme passa a expor.

1.1 O SURGIMENTO DA HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Por todo o período colonial e imperial, o sistema econômico no Brasil se baseou especialmente na agricultura, tendo a mão de obra escrava como atividade predominante. Nessa época o espaço urbano se destinava, no que tange à economia, a escoar a produção e ao comércio de escravos. Nesse contexto, as questões referentes à moradia urbana não eram tratadas como problemas de ordem pública, tendo em vista que a massa trabalhadora escravizada se encontrava na zona rural, enquanto as habitações dos trabalhadores livres, urbanos ou não, eram construídas contando sempre com a aquiescência, ainda que tácita, de algum membro da aristocracia. (OLIVEIRA, 2012).

Nesse período o Estado privilegiava a produção privada de vivendas e se recusava a intervir de forma direta na construção de casas para os trabalhadores. Como a concentração da renda estava nas mãos dos detentores dos meios de produção, esse fator passou a afetar de forma direta os trabalhadores assalariados. Assim, a proteção aos trabalhadores era prestada, em grande medida, apenas sob a forma de caridade por indivíduos que se propunham a ajudar de forma voluntária, tendo em vista que a intervenção estatal se restringia às prestações assistenciais aos pobres, limitando-se a oferecer-lhes abrigo e prestações pecuniárias. (CASTRO; LAZZARI, 2010).

Após a segunda metade do século XIX, em razão das péssimas condições de salubridades vivenciadas pelo proletariado na área urbana em razão da indústria nascente, as iniciativas do Poder Público se restringiram “à repressão às situações mais graves de insalubridade, via ação sanitária e ação policial, e à concessão de isenções fiscais, que beneficiavam basicamente os proprietários de casas de locação, ampliando sua rentabilidade”. (ROLNIK, 2010 *apud* BONDUKI, 1994, p. 712).

Desse modo, a fim de executar o processo de saneamento, diversas habitações populares, cortiços e casebres foram desapropriados – dentre outras formas de expulsão dos indivíduos – sendo essas áreas destinadas à construção de praças públicas e alargamento das

⁸ SCHEFFER, Sandra Maria. **Espaço urbano e política habitacional**: uma análise sobre Ponta Grossa – PR. 2001, 101 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2003.

ruas. Essas atitudes fizeram com que se gerasse a valorização imobiliária dessas áreas e fez com que a população suportasse seus efeitos e fosse expulsa para as áreas periféricas da cidade. (CASTRO; LAZZARI, 2010). O que se percebe, então, é que, no Brasil, as primeiras iniciativas de proteção social foram voltadas a atender os interesses do Estado, da elite, de civis e militares.

Conforme dito alhures, a economia brasileira estava centrada nas atividades agro-exportadoras e a indústria ainda ocupava um papel secundário e subordinado. Por essa razão, possuir casas de aluguel era uma forma segura e excelente de “rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana, fortemente aquecida pela expansão da atividade agrário-exportadora”⁹. (BONDUKI, 1994, p. 712).

Em torno do ano 1920, com o crescimento acelerado das cidades brasileiras e, conseqüentemente, com o aumento do déficit quantitativo de moradias, acentuou-se a valorização imobiliária e esta se tornou uma importante opção de investimento, já que era ausente um mercado de capitais. Em São Paulo, sobretudo, era dinâmico o processo imobiliário, tendo-se vivenciado uma ampla expansão urbana e hipervalorização de glebas, terrenos e prédios. É nesse contexto que se nota a intensa produção habitacional realizada por meio da iniciativa privada para a locação, sendo que o aluguel era a forma básica de acesso à moradia (BONDUKI, 1994), não havendo qualquer mecanismo de financiamento destinado à aquisição da casa própria¹⁰.

A não intervenção do Estado na questão era nítida. Isso se percebe tendo em vista que a negociação dos valores dos aluguéis se dava por meio da negociação entre o locador e o inquilino. No entanto, em razão do alto valor locativo dos imóveis e em resposta à crise de moradias, no período entre 1921 e 1927 surgiu a Lei do Inquilinato, destinando-se a congelar o preço dos aluguéis. Tal legislação foi inócua, posto que não restringiu os despejos, permitindo aos locadores escapar da regulamentação e voltar a elevar os valores dos aluguéis defasados. (BONDUKI, 1994). Nesse sentido,

sem a proteção do Estado, a definição do valor da locação constituía-se no principal ponto de conflito entre proprietários e inquilinos e a questão central que movia os inquilinos a se mobilizarem em torno do problema da habitação. Se, por um lado, o Estado não intervém na produção de moradias e no controle dos aluguéis, as organizações populares também não parecem reconhecer no Estado o interlocutor

⁹ A atividade agrário-exportadora, por meio da exportação de carne bovina e couro, café, minério de ouro, de ferro e de alumínio, e da cana de açúcar, refere-se ao período de desenvolvimento econômico do Brasil pré-industrial.

¹⁰ Nessa época, conforme aponta Bonduki (1994), surgiram inúmeras habitações, as quais, em sua maioria, buscaram economizar terrenos e materiais, por meio da geminação e em virtude da inexistência de recursos frontais e laterais, fazendo com que a cidade se tornasse palco de cortiços, moradias operárias, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres.

capaz de dar andamento a suas reivindicações em torno da questão. Embora a forte influência do anarquismo no movimento operário explique, em parte, esta postura de não reconhecimento da responsabilidade estatal na questão da moradia, a própria caracterização do Estado no período liberal, sem intervir no âmbito da reprodução da força de trabalho contribuía no sentido de levar os movimentos populares a negarem o poder público com uma instância à qual deveriam ser dirigidas reivindicações. Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias nem a sociedade lhe atribuía esta função. (BONDUKI, 1994, p. 714).

Entretanto, essa regra não impediu algumas poucas iniciativas de produção estatal. É o caso do primeiro grupo de moradias construídas pelo Poder Público em 1906: 120 unidades habitacionais na Avenida Salvador de Sá, no Rio de Janeiro, bem como a construção de 40 unidades pela Fundação A Casa Operária, no ano de 1926, em Recife, esta última marcando a primeira instituição com caráter social no país (GAP, 1985 *apud* BONDUKI, 1994). O pioneirismo de Pernambuco com relação à intervenção do Estado na produção de habitação contrapunha-se à lógica predominante em São Paulo (como em todo o país) de que a questão habitacional deveria ser debatida no âmbito da prefeitura, e que o poder público não deveria construir casas para os trabalhadores, tendo em vista que isto desestimularia a produção privada. (BONDUKI, 1994).

Apesar de referido pioneirismo, a defesa de um Estado autoritário e elitista da República Velha continuou a ser no sentido de que o Estado deveria se afastar da produção direta de moradias, devendo, apenas, estimular o investimento pelos particulares. A solução encontrada foi a “promoção de vilas operárias pelos próprios industriais para servirem de moradia a seus empregados”, nas quais as casas construídas pela indústria deveriam ser “alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários.” (BONDUKI, 1994, p. 714). Foram esses, portanto, os primeiros empreendimentos de grande porte do país.

No entanto, na década de 1930, passou-se a constituir no Brasil o que se chama de um Estado de Bem-Estar Social¹¹, entendido, conforme duas grandes definições do *The*

¹¹ Considerou-se nesse estudo a existência de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, conforme defende Celia Lessa Kerstenetzky (2012, p. 3), no sentido de que se permite falar em tal tipo de Estado “não no sentido adjetivo em que muitas vezes é referido no debate público brasileiro – quando se afirma que ‘não há no Brasil um estado do bem-estar’ quando o que se quer, na realidade, é dizer que não há um estado do bem-estar social-democrata ou ‘igualitário’, ou, nos nossos termos, não estariam presentes as ‘condições máximas’ conhecidas de existência de um estado do bem-estar –, mas no sentido *substantivo* e principalmente *descritivo*”. Além disso, a mesma autora defende que “é possível reconhecer três ondas longas de inovação institucional e difusão de direitos sociais no Brasil: os anos de *bem-estar corporativo*, entre 1930 e 1964, nos quais se desenharam e implementaram as legislações trabalhistas e previdenciárias, fase que se estende de modo principalmente inercial e incremental entre 1946 e 1964; o período de *universalismo básico*, compreendido entre os anos 1964 e 1984, quando se unificou e estendeu, de modo diferenciado, a cobertura previdenciária para estratos sociais tradicionalmente excluídos e se criou um segmento privado simultaneamente a um público na saúde, este último voltado para os não cobertos pelos segmentos contributivo e privado; e o período pós 1988, com a institucionalização da assistência social, a fixação de um mínimo social, a extensão da cobertura previdenciária

Handbook of Social Policy, como “uma condição ou estado de bem-estar humano que existe quando as necessidades das pessoas são satisfeitas, os problemas são administrados e as oportunidades [para que as pessoas satisfaçam seus objetivos de vida] são maximizadas”; ou então “um conjunto de serviços providos por caridades e agências de serviços sociais do governo para os pobres, necessitados e vulneráveis”. (KERSTENETZKY, 2012, p. 21).

O marco inicial dessa forma de Estado no país foi o primeiro governo Vargas (1930-1945). Embora nesse período não se tenha atingido o esperado com gastos sociais, “as inovações legislativas e institucionais então introduzidas demarcarão o leito por onde correrão os direitos sociais no Brasil nas décadas seguintes”, e “serão fatores impactantes que levam à elevação dos gastos sociais em 1960” (KERSTENETZKY, 2012, p. 189), como é o caso da questão habitacional brasileira.

Inicialmente urge destacar que, nesse governo, que se inicia com o golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930 e se encerra em 1945 com sua deposição, será introduzida uma extensa pauta de direitos sociais que virão atender as principais reivindicações do movimento operário e expandir e modificar qualitativamente o padrão de proteção social que tinha sido timidamente iniciado com o experimento das Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAP’s. (KERSTENETZKY, 2012). Nesse sentido, Kerstenetzky (2012, p. 189) destaca que:

pela primeira vez em sua história, o país conhecerá políticas sociais nacionais, que envolverão tanto a legislação trabalhista quanto a seguridade social e serão devidamente constitucionalizadas nas Cartas de 1934 e 1937. Contudo, a condução do processo é autoritária, sob a direção de novas elites políticas. O sufrágio é limitadamente estendido no período – o Decreto-lei 21.076, de 1932, expande o sufrágio eleitoral para incluir as mulheres (voto facultativo) –, mas ainda exclui mendigos, analfabetos (em 1940 eram 56% da população) e as “praças da pré” (subtenentes, sargentos, cabos e soldados). Essas categorias serão incluídas apenas na Constituição de 1988, muito embora sua inclusão tenha sido proposta em 1963 pelo presidente João Goulart e rejeitada pelo Congresso Nacional.

Desse modo, a partir da década de 1930 houve, ainda que de forma bastante tímida, uma mudança na forma de intervenção do Estado na economia e na regulamentação das relações de trabalho. Quando o poder público deixou de ser um mero representante dos grandes agroexportadores, passou a criar algumas condições que incorporasse novos setores sociais emergentes. Por essa razão, o Estado, movido pela necessidade de legitimação do poder político, ainda que com uma política social e econômica por vezes contraditória e descontínua, passou a atuar na esfera habitacional.

não contributiva, a criação do Sistema Único de Saúde e, mais recentemente, a política de valorização do salário-mínimo, prenunciando não sem percalços um *universalismo estendido*.” (KERSTENETZKY, 2012, p. 181).

A partir daí, tendo em vista que a habitação sempre representou uma grande onerosidade e um dos maiores problemas a serem resolvidos em virtude de boa parte dos salários serem destinadas ao pagamento de aluguéis, o Estado passou a desenvolver programas de produção de moradias e políticas de proteção ao inquilinato que estivessem voltadas para a classe trabalhadora. Dessa forma, a partir de 1934, a responsabilidade em ofertar moradia à massa popular é retirada do mercado privado pelo governo e transferido a si e ao próprio operário o custo da moradia.

Verificou-se, então, a incapacidade de a iniciativa privada dar conta do problema com habitação, visualizando-se que ao Estado caberia intervir de forma mais efetiva na economia, bem como na oferta de condições básicas de sobrevivência aos trabalhadores, dentre as quais se faz presente a habitação. Desse modo, tornou-se um dever do Estado o provimento de moradias. (ARAUJO; KAUFFMANN; ABREU, 2009).

A partir daí, foi possível ao poder público reduzir os custos com a mão de obra da produção por parte das empresas, já que a responsabilidade pela habitação já não era mais dos proprietários dos meios de produção. Com essa prática, Bonduki (1994) destaca que foi propiciada a eliminação dos cortiços do centro da cidade, o trabalhador foi segregado para a periferia, os custos das moradias foram reduzidos e foi ampliada a distância física entre os grupos sociais.

Dessa forma, após a revolução de 1930, com o Estado Novo, ficou caracterizada uma ruptura na forma de intervenção do Estado na economia e na regulamentação das relações capital/trabalho.

A partir desse momento, surge um novo personagem na história brasileira, quais sejam, as massas populares urbanas, garantindo a legitimidade ao novo Estado brasileiro. “Legitimado, o Estado brasileiro pós-1930 formulou uma política econômica e social que, apesar de às vezes ser contraditória e descontínua, apresentou certas características bem definidas.” (PONTAROLO, 2015, p.66).

A sociedade urbano-industrial, encontrando-se num contexto de modernização vivenciado pelo país no período do governo de Getúlio Vargas, serviu como base para a reorganização institucional. Nesse cenário, os empresários da indústria da construção civil buscavam alternativas de soluções técnicas para a habitação popular, especialmente por meio das habitações econômicas, propostas estas que, apesar de modernas, deixavam nítida a continuação da contradição do novo com as antigas práticas de segregar. (PONTAROLO, 2015).

Tem-se, dessa forma, que, de forma concomitante aos problemas e à segregação¹² urbana, vivenciou-se um intenso crescimento industrial e o desenvolvimento urbano. É nítido, portanto, que não foi formulada qualquer política habitacional coerente e articulada, pois não foram previstas formas de efetivamente serem enfrentados os problemas e nem foi delegado a nenhum órgão a coordenação/implementação de uma política habitacional em todos os seus aspectos, nem houve qualquer ação articulada com qualquer órgão ou ministérios que pudessem interferir na questão. (BONDUKI, 1994).

Paralelamente às iniciativas referentes à legislação trabalhista e à seguridade social, foram constituídos em 1937 os primeiros Institutos de Aposentadoria e Pensão nacionais, os denominados IAP's, que foram organizados por categorias profissionais, com financiamento e governo tripartite, abrangendo empregados, empregadores e o Estado. No entanto, esses IAP's se destinaram, inicialmente, à substituição de seguros coletivos privados por um seguro social público, caracterizando as primeiras formas de seguridade social no país. Isso representou “o reconhecimento da responsabilidade pública sobre riscos de perda da capacidade de gerar rendimentos associados ao trabalho assalariado, característico do estado de bem-estar.” (KERSTENETZKY, 2012, p. 190-191).

Apenas em segundo plano os IAP's se caracterizaram pela produção de conjuntos habitacionais. Nesse aspecto, os recursos dos IAP's advinham do depósito compulsório de empresas e trabalhadores, destinados a financiar a construção civil (de habitação social e dos setores médios da população) e correspondia a uma forma de utilização de recursos que se destinavam ao futuro pagamento de pensões. (CASTRO; LAZZARI, 2010).

No entanto, em 1942, por meio do Decreto-Lei n. 4.598, denominada de Lei do Inquilinato, em virtude da alta da inflação, foram congelados os preços dos aluguéis e os rendimentos obtidos até então com as locações das unidades se tornaram insignificantes. Além disso, os retornos que se tinha com os financiamentos destinados à aquisição da casa própria se tornaram irrelevantes e as reservas destinadas ao pagamento das aposentadorias se perderam. Em 1954, teve-se reduzida a atuação dos IAP's para a produção de habitação social e prosseguiu-se apenas com os financiamentos destinados a produção habitacional da classe média. Em 1964 esses institutos foram extintos em razão da alta inflacionária e o consequente encarecimento das construções. (CASTRO; LAZZARI, 2010).

¹² Com relação à segregação, que pode ser considerada nas dimensões social e espacial, Beltrão Sposito (1996, p. 72), destaca que “[...] à medida que observamos a ocorrência de processos de discriminação social ou diferenciação social, é possível verificar a ocorrência de arranjos espaciais que expressam em nível do território essa discriminação ou diferenciação”.

Apesar de a atuação dos IAP's ter sido bastante importante para o setor habitacional, uma grande camada da população ficou excluída, agravando-se a crise habitacional das décadas de 1940 e 1950. Desse modo, por meio do auto empreendimento, os trabalhadores excluídos passaram a construir suas próprias casas em loteamentos periféricos das cidades, onde não existia infraestrutura urbana. O poder estatal se mostrou inerte à questão e passou a consentir com a urbanização periférica, como forma de resolver a questão do déficit de habitações. (CASTRO; LAZZARI, 2010).

A inexistência de uma política habitacional efetiva no país, caracterizou-se, ainda, pela Fundação da Casa Popular – FCP – criada no governo Dutra, em 1946. Diferentemente dos IAP's, em que a edificação ficou relegada a um plano secundário – uma vez que seu objetivo primevo era garantir aposentadoria e pensões aos associados –, a FCP tinha como meta a produção de moradias para a população de baixa renda, visando o atendimento das carências habitacionais da população que não tinha acesso aos IAP's. (BONDUKI, 1994).

Apesar de a FCP ter sido criada no governo Dutra, foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que aquela obteve seu maior prestígio, tendo em vista que não houve alterações na estrutura organizacional e nos métodos de atuação.

Conforme destacam Araújo; Kauffmann e Abreu (2009, p. 208):

o Projeto da Fundação Casa Popular fracassou porque os grupos sociais que mais seriam beneficiados estavam desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, ao passo que os setores que se opunham ao projeto, por interesses corporativos, econômicos ou políticos, agiram com eficiência para desmantelá-lo.

Tal proposta tinha objetivos bastante amplos, porém, imbuídos de fragilidades, carências de recursos, desarticulação com outros órgãos e ausência de ação coordenada para enfrentar o problema habitacional, o que levou à sua extinção em 1964. Isso tudo serviu para demonstrar a intervenção pulverizada e atomizada dos governos na constituição de uma política habitacional. Apesar disso, não se pode desconsiderar que a FCP caracteriza a criação do primeiro órgão nacional que se destinou, de forma exclusiva, à provisão de moradias para a população de baixa renda. Isso representa “o reconhecimento de que o Estado brasileiro tinha obrigação de enfrentar, através de uma intervenção direta, o grave problema da falta de moradias”. (BONDUKI, 1994, p. 717-718).

Por meio dos IAP's e da FCP, obteve-se uma produção de unidades habitacionais que resultou em uma média de 140 mil unidades habitacionais, com exceção da produção proveniente dos estados e municípios, sendo a maior parte produzida pelos IAP's. Durante o período em que vigorou a FCP (1946-1964), 19 mil unidades habitacionais foram produzidas,

concentrando-se, especialmente, no sudeste do Brasil. Em contrapartida, no período de 1937 a 1945, os IAP's tinham construído cerca de 124 mil unidades. Constata-se, assim, que os resultados de ambos, além de pouco expressivos, limitaram a produção onde os recursos permitiram e os interesses prevaleceram. (BONDUKI, 1994).

Em relação ao Estado do Paraná, a história da habitação popular se assemelha à história brasileira, sendo que, em alguns momentos, foi visualizado o desenvolvimento de programas contando com melhor qualidade construtiva e urbanística, além de concepções inovadoras de moradia popular. Os conjuntos nesse Estado são chamados pela população de Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, ou simplesmente de Companhia de Habitação – COHAB.

Em 1950, com a criação da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, deram-se as primeiras intervenções do poder público no Estado, vislumbrando o atendimento, principalmente, dos funcionários públicos. Em 15 anos da sua existência foram construídas 995 casas, em 16 conjuntos (PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - PEHIS/PR, 2012).

Na cidade de Ponta Grossa¹³, foco do presente estudo, no que tange à questão habitacional, o município recebeu diferentes tratativas, tendo em vista que dependia de programas governamentais para buscar soluções alternativas ao problema.

¹³ Em relação à cidade de Ponta Grossa nesse período, Cicilian Luiza Löwen Sahr acentua que: “Originariamente, a cidade se instalou na posição mais alta (900-980 metros), e os primeiros eixos de circulação partiram do centro de forma radial seguindo, sobretudo, os espigões do relevo. Os principais eixos foram a Avenida Carlos Cavalcanti, Bonifácio Vilela, Ernesto Vilela e Visconde de Mauá. Os fundos do vale sempre dificultaram, de certa forma, as ligações entre os diferentes ‘tentáculos’ da cidade. [...] O primeiro Plano Diretor de Ponta Grossa, datado de 1967, identificava os fundos dos vales como importantes fatores de impedimento da integração espacial da cidade e já se sugeria seu melhor uso e ocupação. Por parte do governo municipal, a medida adotada foi, durante muito tempo, a canalização de arroios e o aterramento de vales. Paralelamente a essas ações do poder público, os fundos de vales foram escolhidos como locais preferenciais da população de baixa renda para a formação de favelas. O segundo Plano Diretor da cidade, concluído em 1992, apontava para tais áreas um outro destino, em que se previa a transformação delas em áreas verdes, através da instalação de parques lineares. [...] A expansão urbana de Ponta Grossa pode ser interpretada, em primeira linha, como resultado principal da ação da economia privada no espaço, através da instalação de novos loteamentos” (LÖWER SAHR, 2001, p. 24). Ainda, a autora destaca que “os anos cinquenta e sessenta representaram a fase de maior expansão do espaço urbano de Ponta Grossa, em termos de área. A malha urbana estende-se anarquicamente para diferentes direções, parcialmente em áreas contíguas aos loteamentos já existentes, parcialmente em áreas periféricas e de difícil acesso. A tendência à implantação de loteamentos mais periféricos mostra traços de um forte processo de especulação imobiliária, que se acirra em Ponta Grossa a partir desta fase” (LÖWER SAHR, 2001, p. 26-27). Assim, “a evolução no espaço urbano de Ponta Grossa vem demonstrando, desde os anos cinquenta, um crescimento bastante intenso. Em 1960, Ponta Grossa ultrapassa o limiar de 50.000 habitantes, podendo ser denominada, em termos demográficos, como uma ‘cidade média’. Em 1970, moravam em seu espaço urbano mais de 100.000 habitantes e, em 1991, a cidade ultrapassa o limiar de 200.000 habitantes” (LÖWER SAHR, 2001, p. 14). Por fim, a “expansão horizontal da cidade pode ser vista, de forma geral, como uma transformação gradual do uso da terra. Com isso, muitas das antigas áreas de uso agropecuário perdem sua função e tornam-se áreas onde isso é permitido” (LÖWER SAHR, 2001, p. 27).

Urge destacar que a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná compreendeu a primeira Companhia instituidora de conjuntos habitacionais em Ponta Grossa, com recursos provenientes da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. As ações voltadas à questão habitacional na cidade foram acompanhadas do crescimento e características da cidade. Assim, o primeiro conjunto habitacional instalado, denominado Jardim Brasil, destinava-se aos militares, a fim de que morassem próximo ao quartel e, posteriormente, com a realocação destes para outras cidades, o conjunto foi repassado para a administração da COHAPAR. Este conjunto foi o marco das primeiras ações do poder público municipal no setor de construção de moradia popular na década de 1950 na cidade. (SCHEFFER, 2003).

O outro conjunto instalado e marcante no período foi a Vila Ferroviária, expressando a expansão da via ferroviária, tendo em vista que foi construído no Bairro de Oficinas, objetivando atender os trabalhadores da estrada de ferro. Nesse sentido, Scheffer destaca que

[...] a primeira fase de implantação de ações voltadas para a área habitacional em Ponta Grossa expressou que a habitação, como área de atuação dos órgãos públicos, só se deu no início da década de 1950. Porém a ação voltou-se para duas categorias profissionais: os militares e os ferroviários, categorias estas que na época possuíam destaque no cenário municipal. Ao centralizar nestas categorias se excluiu os demais trabalhadores. Portanto, um tratamento fragmentado e setorializado, girando em torno de uma demanda que possuía melhores salários e que contribuíam aos institutos da previdência. (SCHEFFER, 2003, p. 52)

Em nível nacional, com o crescimento populacional expressivo, em virtude do intenso crescimento migratório e crescimento vegetativo da população, verificou-se o aprofundamento da crise habitacional da década de 1940. Tal fator se deu como uma resposta ao estímulo dado às atividades econômicas industriais nos espaços urbanos associado à escassez de novos imóveis para alugar, em decorrência dos impactos da Lei do Inquilinato. (PONTAROLO, 2015).

No período entre 1937 e 1942 – anteriormente ao congelamento dos aluguéis instituído pela Lei do Inquilinato – dentre itens de consumo popular, a elevação do custo da habitação foi o menor, situando-se abaixo do aumento médio do custo de vida. Dessa forma, conforme destaca Bonduki (1994), para que se fale em aumentos abusivos de aluguéis, tal qual fez o governo para justificar o congelamento, é preciso, também, referir-se à elevação de todos os produtos de consumo popular. O autor faz essa afirmação para demonstrar que, ao que parece, buscou-se atribuir à habitação um peso muito maior do que o que ela realmente tinha no encarecimento dos custos de vida, como uma forma de justificar uma medida drástica de intervenção no mercado, tal como se deu no controle dos aluguéis.

Ademais, Bonduki (1994) ainda chama atenção para o fato de que o congelamento dos aluguéis se deve à redução do custo de reprodução da força de trabalho, visando à elevação dos níveis de acumulação da empresa sem que se reduzisse acentuadamente as condições de vida dos trabalhadores, como uma forma de intensificação do processo de crescimento industrial.

Destarte, a Lei do Inquilinato causou consequências bastante fortes e geração de escassez para o processo de produção habitacional. “A iniciativa privada, principalmente os grandes investidores, reduz drasticamente a construção de casas de aluguel, aumentando de forma dramática a carência de habitações nas grandes cidades brasileiras”, gerando-se, assim, uma grave crise da habitação. (PONTAROLO, 2015, p. 69).

Nos anos pós-guerra, os despejos se intensificaram, sendo impossível encontrar uma moradia por aluguel que fosse compatível com o salário, tendo em vista que os novos aluguéis se tornaram elevadíssimos em virtude da escassez de oferta. Por essas razões, a solução encontrada pela população foi gradativa pela iniciativa privada do mercado habitacional de baixa renda, consolidando-se o padrão periférico de crescimento urbano. Nestas condições, “conseguir uma unidade ou um financiamento habitacional dos institutos num período de crise de moradia passava a ser um privilégio que favoreceu uma política clientelista, a quem se subordinavam os IAP’s e a FCP.” (PONTAROLO, 2015, p. 70).

Além da Lei do Inquilinato, a crise da habitação da década de 1940, se deve, conforme Bonduki (1994), a um processo mais amplo, caracterizando-se, de um lado, pela transferência dos encargos necessários à edificação da moradia popular para o próprio trabalhador e para o Estado – que até então era construída, majoritariamente, pela iniciativa privada e paga por meio do aluguel –, e, por outro lado, em razão da emergência de novos tipos de empreendimentos imobiliários, como é o caso de apartamentos destinados à venda para empresas e grupos de renda mais elevada e a incorporação de prédios de escritórios.

Daí se infere que, em consonância com a constituição do Estado de Bem-Estar Social, o problema da habitação no Brasil passa a ser assumido como uma expressão da questão social, ainda que as iniciativas tenham se dado de modo desarticulado e emanado de órgãos e interesses diversos. No entanto, ainda que no período tenha ficado caracterizada a ausência de uma política centralizada que tratasse da questão, não se deve olvidar da importância da ação governamental no período, quando teve início a ideia de uma habitação social no país.

À luz dessas considerações, a partir dos anos de 1930, tem-se que a crise da habitação e o papel do Estado significaram uma ideia fabricada pelo sistema como forma de

organizar e estruturar os grupos sociais. Nesse viés, há a probabilidade de que, de forma estratégica, o setor habitacional brasileiro tenha sido manipulado pelas ações públicas e privadas, mergulhando numa crise que foi aprofundada nos anos de 1940. Talvez não tenha sido prevista a proporção que o problema tomaria. (PONTAROLO, 2015).

A ideia de manipulação do setor habitacional pelo público e privado

surge da situação apoiada pelo arcabouço legal do Estado nas orientações políticas como a própria Lei do Inquilinato. Esse pensamento ganha respaldo quando verificamos em Engels (1979) que a crise habitacional nos centros urbanos é, na realidade, um processo pré-fabricado pelo sistema de produção capitalista, onde todas as soluções acarretariam na prática a criação de novos problemas. Assim, a periferia e a sua expansão se fizeram elementos indispensáveis para o funcionamento da máquina urbana, cujos fenômenos sociais provinham principalmente das questões econômicas e das orientações políticas. (PONTAROLO, 2015, p. 71).

Embora no período populista de Vargas tenha havido o início da intervenção habitacional baseando-se, em tese, em critérios sociais, os erros e ambiguidades vivenciados contribuíram para uma piora das condições habitacionais e urbanas da moradia popular. Tal situação foi contrária ao que passou a ocorrer a partir de 1964, com o Banco Nacional da Habitação, conforme se passa a expor.

1.2 O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO E O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Com o acelerado crescimento urbano, a alta da inflação, a recessão econômica e a crise na produção, vivenciados no final da década de 1950, agravou-se a situação socioeconômica no Brasil. A população urbana saltou de 18,7 milhões de habitantes para 38,3 milhões, a inflação saltou de 15,9% para 30% e o Produto Interno Bruto caiu de 8,4% para 5,3% em 1962, reduzindo-se para 1,6% e 2,9% nos anos de 1963 e 1964 (ARAGÃO, 2006).

Nesse contexto, em virtude dos descompassos e da reduzida atuação do Estado na questão habitacional, intensificaram-se as pressões da classe média e das massas populares – que viviam em péssimas condições ou sequer tinham onde morar –, para que o poder estatal viesse a adotar medidas específicas na área habitacional.

Em 1964, com a intenção de formular uma política nacional de habitação e planejamento territorial, estabeleceu-se as bases para sua implementação e os principais instrumentos a serem utilizados para a sua execução. Nesse período, com o golpe militar de

1964, concatenando a constituição de um Estado de Bem-Estar no Brasil¹⁴, é inaugurada uma nova era das políticas sociais brasileiras, dentre as quais a política social de habitação.

Desse modo, foi criado, nesse ano, o Banco Nacional de Habitação – BNH – e o “Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, instituídas as Sociedades de Crédito Imobiliário e previstas novas formas cooperativas e associativas destinadas à construção ou aquisição de habitações.” Essa política serviu para coordenar “a ação dos órgãos públicos e dar orientação à iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”. (OBSERVATÓRIO DO FGTS, 2012).

Assim, em resposta à crise habitacional do país que se instaurou com o intenso processo de urbanização e buscando minimizar os efeitos da conjuntura reinante no período, foi promulgada, em 21 de agosto de 1964, a Lei n. 4.380, criando o Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Este programa foi desenvolvido objetivando a solução do problema habitacional, sendo o BNH o ente responsável pelo seu funcionamento¹⁵.

O BNH tinha, então, por finalidade, conforme consta do artigo 17 de sua lei instituidora, “orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação”; “incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o sistema financeiro da habitação”; “disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais”; “manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro da habitação e dos recursos a *êle* entregues”; “manter serviços de seguro de vida de renda temporária para os compradores de imóveis objeto de aplicações do sistema”; “financiar ou refinanciar a elaboração e execução de projetos promovidos por entidades locais de conjuntos habitacionais, obras e serviços correlatos”; “refinanciar as operações das sociedades de crédito imobiliário”; “financiar ou refinanciar projetos relativos a instalação e

¹⁴ Nessa fase foi estabelecido um grande elenco de políticas sociais que, além de aprofundar as tendências universalizantes do período anterior, acrescentam “uma nova segmentação à preexistente estratificação do bem-estar social baseada em categorias profissionais.” (KERSTENETZKY, 2012, p. 201). A seguridade social é ampliada, as intervenções na área da saúde são notáveis, houve avanços na área da educação, mas especialmente na área da habitação. Sob o ponto de vista das políticas de trabalho e de emprego tem destaque a política de compressão salarial, ou melhor, de recomposição diferenciada dos níveis salariais. Houve o fim da estabilidade no emprego e “sua substituição por um Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a ser recolhido pelo empregador como percentual da remuneração do trabalhador, que funcionaria como uma espécie de seguro-desemprego”, uma vez que o fundo poderia ser sacado em caso de demissão por justa causa. (KERSTENETZKY, 2012, p. 205).

¹⁵ A trajetória do BNH se dividiu em três etapas do período que decorreu de sua formação até a sua extinção (1964 – 1986). A primeira destas etapas ficou evidenciada no período de 1964 a 1967, em que se vivenciou a implantação e a estruturação do BNH e do que mais adiante seria chamado de Sistema Financeiro de Habitação. De 1967 a 1971, ficou caracterizada a segunda fase do BNH, em que houve a expansão do Banco e este passou a ser considerado de “primeira linha”. Do ano de 1971 em diante, vivenciou-se a terceira fase, em que o BNH assumiu o papel de um banco de “segunda linha.” (SOUZA, 1974).

desenvolvimento da indústria de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessárias à melhoria das condições habitacionais do país”. No entanto, era-lhe vedado “operar diretamente em financiamento, compra e venda ou construção de habitações”, a não ser para a venda dos terrenos de propriedade da União Federal que não fossem necessários aos serviços públicos federais ou que pudessem ser vendidos ou para realização de bens recebidos em liquidação de garantias. (BRASIL, 1964).

Outros componentes eram os órgãos estatais e de economia mista que operavam no financiamento de habitações e obras conexas, na Sociedade de Crédito Imobiliário, das fundações, cooperativas mútuas e outras formas de associação voltadas à construção e aquisição de residências. A ênfase dada ao mercado habitacional era intensa e se destinava a atender aos reclamos que se faziam presentes tanto no lado da oferta quanto da procura. A Lei do Inquilinato foi modificada, “introduzindo o dispositivo de correção monetária para garantir o valor real dos débitos e créditos e reunindo recursos com destinação específica, a ação governamental criava condições totalmente novas para investimentos nesse mercado.” (OBSERVATÓRIO DO FGTS, 2012).

O BNH foi constituído inicialmente com um capital de 1 milhão de cruzeiros – correspondente a cerca de 520 mil dólares - que, conforme Araújo, Kauffmann e Abreu (2009), não era capaz de atender aos múltiplos programas previstos. Nesse sentido, Pontarolo (2015, p. 72), destaca que

a fim de contornar esta situação, foi estabelecida uma primeira fonte compulsória de suplementação de recursos para o Plano Nacional de Habitação: os proprietários de imóveis dados em locação foram obrigados por lei aplicar 4% do valor dos aluguéis recebidos em letras imobiliárias emitidas pelo BNH, que renderiam juros. Também, foi instituída a obrigação para todas as empresas de depositarem 1% de suas folhas de pagamentos de salários de todos os empregados submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em favor do BNH.

O SFH proporcionou, então, o acesso à casa própria aos assalariados de baixa renda, bem como permitiu o impulso da indústria da construção civil. Com isso, foi estimulada a construção de novas habitações, gerando novas vagas de emprego para as camadas populares. (ARAGÃO, 2006).

No Estado do Paraná, no ano de 1965, com a criação do BNH e do SFH, foram criadas as COHAB's do Paraná, quais sejam: a COHAPAR, a Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB-CT, a Companhia de Habitação de Ponta Grossa – COHAB-PG – que em 1969 foi incorporada pela COHAPAR – e a Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD, iniciando-se um importante período para a produção habitacional no estado. (PEHIS/PR, 2012).

Em Ponta Grossa, a segunda fase de implementação de ações voltadas para a área habitacional ficou marcada pela COHAB-PG – compreendendo a primeira COHAB instalada pelo poder público na cidade, no período de 1966 a 1969, na gestão do prefeito Plauto Miró Guimarães. Nesse momento se vivenciava o contexto da ditadura militar no Brasil, o que se refletiu também na cidade de Ponta Grossa. Na gestão de José Hoffmann, foram realizadas “doações de terrenos à população de baixa renda sob a forma de título de domínio pleno”, enquanto para outros eram vendidas partes de terrenos públicos. (SCHEFFER, 2003, p. 52-53).

No início os responsáveis pela COHAB eram os militares. Ainda sob o contexto ditatorial, houve considerável expansão em Ponta Grossa de obras com urbanização. Quatro foram os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PG: 31 de Março; Operários do DER; Senador Flávio Carvalho Guimarães, Luiz G. Pereira da Cunha, todos construídos com recurso federal proveniente do então existente BNH. No entanto, esses recursos se escassearam e, a fim de se continuar com as construções, a COHAB-PG foi vendida para a COHAPAR – regional de Ponta Grossa. (SCHEFFER, 2003).

No entanto, em nível nacional, ao ter sido impulsionada a construção civil e com a redução do desemprego, o setor privado tomou a frente do BNH e alterou seus objetivos inicialmente propostos, quais sejam, o acesso à casa própria da população de baixa renda e a redução do déficit habitacional. A partir da atuação do setor privado foi intensificado o processo de inserção e o funcionamento das sociedades de créditos imobiliários, que passaram a atuar juntamente com as Caixas Econômicas, o BNH e com as Companhias de Habitação Popular – COHABs. (ARAGÃO, 2006).

Em 1967, o BNH sofreu algumas mudanças em virtude dos vultosos recursos gerados pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS¹⁶ – e pelo funcionamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, passando ambos a integrar a estrutura do SFH. Além disso foi instituída uma moeda imobiliária forte – Unidade Padrão de Capital – UPC –, como forma de evitar a descapitalização do banco, como ocorrido em períodos anteriores, em relação à qual se baseavam todas as operações realizadas.

¹⁶ Relativamente ao FGTS, é preciso que se destaque que este foi “concebido para financiar políticas sociais, como habitação, saneamento e infraestrutura urbana, tendo sido especialmente utilizado para o financiamento à construção de moradias, que muito estimulou o setor privado da construção civil, mas não se voltou ao notoriamente deficitário segmento popular. O mesmo destino – de incentivo à expansão do setor privado, de provisão de bem-estar ou não – tiveram outros fundos sociais criados no período, como o FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social), o PIS (Programa de Interação Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), tornando as políticas sociais, mesmo quando de reduzida eficácia social, boas oportunidades de negócio” (KERSTENETZKY, 2012, p. 206).

Também se institucionalizaram a correção monetária das prestações e dos saldos devedores dos mutuários finais. (ARAUJO; KAUFFMANN; ABREU, 2009). Nesse sentido, Bonduki (2008, p. 73) destaca que

[...] não foi por acaso que os resultados, do ponto de vista quantitativo da ação desenvolvida por este sistema, foram muito expressivos: nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro de Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. Se for considerado o período até 2.000, pois o SFH continuou funcionando após a extinção do BNH em 1986, foram financiadas cerca de 6,5 unidade habitacionais. Além disto, foi notável o papel do SFH no saneamento, com destaque para o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que foi decisivo na extraordinária expansão das redes de águas e esgoto que ocorreu nas principais cidades brasileiras. Em 2000, mais de 90% da população urbana estava abastecida por rede de água.

Bonduki (2008, p. 72), ao fazer referência à frase “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade”, de autoria de Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, traz como preocupação o fato de que, ao basear-se na ideologia da casa própria, a política habitacional estaria servindo como um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra. Muito embora tal preocupação, visualiza-se que o papel econômico desta política habitacional, responsável pela dinamização da economia, por meio da geração de empregos e do fortalecimento do setor da construção civil, transformou-a em um dos elementos centrais de estratégia dos governos militares.

Em razão do golpe militar de 1964, Freitas (2007) destaca que o BNH significou uma medida estratégica para buscar apoio das massas insatisfeitas com o novo regime que se implantava. Ou seja, o BNH poderia “unir uma população carente de aparato estatal e dar respostas efetivas às mazelas causadas pela urbanização acelerada, e tornando a população adepta do então regime político implantado no país”. (PONTAROLO, 2015, p. 74).

No entanto, ainda que no período de funcionamento do BNH tenha sido significativa a produção habitacional, esta ficou muito aquém das necessidades geradas pela intensidade do processo de urbanização brasileiro na segunda metade do século XX, tendo em vista que o BNH conseguiu financiar tão somente 25% das novas moradias produzidas no país. A análise crítica da situação demonstra que um dos grandes equívocos foi todos os recursos terem sido voltados à produção da casa própria, por intermédio do sistema da construção civil, sem que qualquer ação significativa tenha sido estruturada para a produção de moradia ou urbanização por processos alternativos, incorporando o esforço próprio e a capacidade organizativa das comunidades. (BONDUKI, 2008).

Os grandes conjuntos habitacionais foram formados na periferia da cidade, gerando verdadeiros “bairros dormitórios”, afetando drasticamente a arquitetura e urbanização das cidades brasileiras. Ainda como consequência dessas ações, houve um intenso processo de urbanização “informal e selvagem”, com grande parcela da população empreendendo a casa própria em assentamentos precários. Isso se deu em virtude de os pressupostos adotados pelo BNH serem rígidos e centralizados, situação decorrente da ditadura militar, “impermeáveis à incorporação das práticas desenvolvidas pela população para enfrentar, a custos mais baixos, o problema da habitação”. Desse modo, por meio do sistema de financiamento bancário, a população de mais baixa renda ficou excluída do atendimento da política habitacional (BONDUKI, 2008, pp. 73-74). Nas palavras de Bonduki (2008, p. 74), tinha-se uma

administração autoritária; inexistência de participação na concepção dos programas e projetos; falta de controle social na gestão dos recursos; adoção da casa própria como única forma de acesso à moradia; ausência de estratégias para incorporar a processos alternativos de produção da moradia, como a autoconstrução, nos programas públicos.

Isso pode ser constatado ao se observar que o BNH, desde a sua constituição, teve suas operações inspiradas na transferência de suas funções para a iniciativa privada. Justifica-se essa afirmativa, uma vez que, ao banco, caberia a arrecadação de recursos financeiros, os quais seriam transferidos para diferentes agentes privados e intermediários. Assim, conforme Bolaffi (1982), a destinação dada aos recursos angariados por meio do BNH serviu para multiplicar, por meio da construção em série, os efeitos urbanísticos dos lotes vendidos a prazo na periferia das grandes cidades, reforçando o processo de favelamento.

No entanto, ainda que o BNH tenha passado de uma instituição de financiamento e promoção de programas habitacionais para um banco de desenvolvimento urbano e que guiou todo o sistema financeiro a ele vinculado (OBSERVATÓRIO DO FGTS, 2012), ainda assim foi o único sistema que, de fato, permitiu ao país vivenciar até então (período de 1964 a 1986) uma Política Nacional de Habitação.

Todavia, apesar do relativo avanço vivenciado na questão habitacional brasileira, o SFH sofreu forte impacto com a crise do modelo econômico implementado pelo regime militar, a partir dos anos de 1980, o que gerou recessão, inflação, desemprego e queda dos níveis salariais. O SFH teve reduzida sua capacidade de investimento, “devido à retração dos saldos do FGTS e da poupança e forte aumento na inadimplência, gerado por um cada vez maior descompasso entre o aumento das prestações e a capacidade de pagamento dos mutuários”, bem como a queda nos financiamentos com recurso do FGTS e do SBPE, tendo o

BNH sido extinto em 1985 em virtude das intensas resistências do governo. (BONDUKI, 2006, p. 75).

O BNH, progressivamente, desde a sua criação, deixou de aplicar seus recursos financeiros na habitação popular, passando a investi-los em habitações de alto e médio custo e em obras de infraestrutura, transporte, saneamento, dentre outras, a fim de que pudesse atingir um mercado com poder aquisitivo “que fosse capaz de fazer frente aos preços dos imóveis e às taxas de juros e correções monetárias que aumentavam anualmente, mais que o aumento do salário mínimo.” (PONTAROLO, 2015, p. 81).

Por conseguinte, tendo em vista que o BNH não conseguiu resolver o problema com habitação popular, e que não serviu como uma opção ao trabalhador de baixos rendimentos, Bolaffi (1982, p.153) destaca que:

A casa própria, ou mesmo a casa alugada, na periferia encaixando-se perfeitamente nessa conjuntura de super exploração da força de trabalho e atendendo os interesses da especulação imobiliária, foi a alternativa que restou ao trabalhador. E com ela todas as consequências na desorganização do espaço urbano, pois uma cidade produzida por agentes individuais capitalistas não pode apresentar nenhuma racionalidade, senão a de cada um dele, isto é, o lucro.

No Estado do Paraná, as COHAB's produziram juntas, no período de 1950 a 1990, 152.180 unidades habitacionais. Os primeiros conjuntos construídos pelo estado, apesar da “melhor qualidade construtiva, tamanho da unidade, do terreno e do acabamento, aparecia o traço da uniformidade/massificação que marcou profundamente o período SFH/BNH.” (PEHIS-PR, 2012, p. 50).

Na gestão de Rafael Dely, com a experiência da COHAB-CT de 1979 a 1983, foi rompida com a visão massificadora e dos grandes conjuntos do BNH, tendo sido implantados conjuntos habitacionais populares com uma visão inovadora, e propiciando um novo traçado para a cidade de Curitiba.¹⁷ (PEHIS-PR, 2012).

Assim, a “concepção da moradia assemelhava-se ao tratamento dado à cidade como um todo em termos de preservação da cultura, dos valores, da história, de forma que o morador pudesse ter maior liberdade possível na construção de sua moradia”. Além disso, buscava-se “uma individualidade para as populações de baixa renda, perdida pelos grandes

¹⁷ Conforme o PEHIS-PR (2012), “como as ações na área da produção habitacional estavam integradas ao planejamento urbano da cidade, a COHAB-CT pode adquirir áreas a preços menores dentro da malha urbana, antes que as benfeitorias fossem implantadas, fugindo da especulação e viabilizando a construção de moradias populares. Esse foi o ponto de partida, em 1980 havia adquirido 8.000.000 m² dentro ou próximos à malha urbana existente na época. Isto permitiu que a implantação dos Conjuntos Habitacionais estivessem integrados à cidade, próximos à transporte, vizinhança, comércio. O arruamento do conjunto traçado numa continuidade ao do bairro, sem formar os famosos “guetos” que o BNH disseminou por todo o país.

conjuntos e [...] pretendeu-se uma integração física que permitisse gradualmente uma integração social.” (PEHIS-PR, 2012, p. 51). Nesse sentido,

nos locais onde havia deficiência de equipamentos, os mesmos foram colocados tangentes à vizinhança, ampliando as possibilidades de acesso e uso pela população. Os próprios equipamentos comerciais foram tratados de maneira que traduzissem a tradição cultural da construção da cidade através dos grandes telhados, o alpendre rendilhado. Assim a população imigrante teria um referencial do que foi construído ao longo do tempo. Como em outras áreas da cidade, um mesmo espaço – o conjunto habitacional – é ocupado por casas (convencional e autoconstrução), sobrados, embriões, apartamentos e lojas comerciais. (PEHIS-PR, 2012, p. 51).

Houve, também, uma mudança na forma dos investimentos. Enquanto no modelo tradicional era investido 60% na moradia pronta e 20% em infraestrutura, restando pouco para o terreno, com a nova ideologia passaram a ser destinados 8% dos investimentos em infraestrutura, 40% nas unidades habitacionais e 52% no terreno, viabilizando o vazio urbano. (PEHIS-PR, 2012).

Precisava-se ter atenção, ainda, para a topografia do terreno, visando preservar ao máximo a vegetação existente e procurando reproduzir no Conjunto Habitacional uma diversificação de construções, de renda e da cultura de seus moradores. Eram atendidas as faixas de renda de até 03 salários mínimos (por meio da autoconstrução) e as faixas de renda de até 05 salários mínimos com casas convencionais e apartamentos. Em 1981 o Cadastro de Inscrição Permanente da COHAB-CT compreendia o cadastro de 28.550 famílias, sendo 72% com renda de até 03 SM. (PEHIS-PR, 2012).

De 1979 a 1982 a COHAB-CT produziu 29.665, o que, em termos qualitativos, demonstra ter havido um salto, justamente porque se buscou romper com o clientelismo histórico que marcou a atuação das COHAB's e fez com que o cadastro e os critérios de seleção das famílias se desse de forma transparente. (PEHIS-PR, 2012).

Além disso, era possível a interferência da família no projeto, no material e na forma construtiva, sendo as orientações passadas desde a oferta do programa até o final da construção. O resultado que se obteve a partir disso foi que as famílias, com até três salários mínimos, puderam, de algum modo, desenhar sua história por meio da moradia. (PEHIS-PR, 2012)

Em Ponta Grossa houve a construção de habitação popular na região periférica da cidade por meio da construção de prédios verticalizados. No período de 1973 a 1974, a empresa particular denominada de Construtora Independência de Curitiba construiu o Centro Habitacional Monteiro Lobato, com 768 apartamentos. No entanto, referida construtora faliu e construiu somente a primeira etapa do projeto.

Conforme Löwer Sahr (2001), referido conjunto, na época, foi destinado para as famílias de classe média ascendente, sendo que somente após a mudança de seus antigos moradores para outros locais, nas décadas seguintes, o Conjunto Habitacional passou a atender as classes sociais mais populares.

A verticalização das periferias visa atender às classes sociais mais populares. Nesse sentido, “se anteriormente apenas as classes mais abastadas tinham acesso às edificações verticais, hoje cada vez mais o mercado desse tipo de habitação procura voltar-se também para a fatia formada pelas camadas mais populares”, o que torna a verticalização ainda mais periférica. (LÖWEN SAHR, 2001, p. 32).

Dessa forma, com a verticalização nas periferias tem-se alterado “o perfil do uso e ocupação do espaço urbano. A periferia fica mais densamente povoada, expandindo o crescimento horizontal da cidade, porém com construções verticais.” (SCHEFFER, 2003, p. 54).

Com a instalação da COHAPAR, anteriormente citada, deu-se o início da terceira fase das ações voltadas para a área habitacional em Ponta Grossa. Nessa ocasião, terrenos particulares eram desapropriados pela prefeitura e repassados à Companhia para a construção de casas. Consistia em um programa subsidiado, em que os custos dos imóveis eram acessíveis, tendo em vista que a prefeitura arcava com o custo do terreno e infraestrutura, enquanto o investimento advindo do Estado retornava sob a forma de prestações para a COHAPAR. (SCHEFFER, 2003).

No mesmo período, visualizou-se a presença do Instituto de Orientação às Cooperativas de Habitação do Paraná – INOCOOP, criado para prestar assistência técnica, jurídica e financeira às cooperativas (no caso de Ponta Grossa, a Cooperativa do Paraná), o qual era subordinado ao BNH. A partir daí, procedeu-se à construção do Conjunto Residencial Rio Verde – Dal Col, destinado, inicialmente, a atender a demanda dos ferroviários – categoria de destaque socioeconômico no contexto citadino – e, posteriormente, o conjunto passou a atender outras categorias profissionais e se tornou um conjunto habitacional de periferia com destino para a população de classe média. (SCHEFFER, 2003).

Apesar disso, é perceptível que ainda que se afirme ter havido uma política habitacional no país no período de 1964 até 1986, foi precária a destinação dessas políticas para a população de baixa renda, conforme já se disse.

Desse modo, passa-se a destacar, a partir de agora, quais os impactos do Neoliberalismo na questão habitacional brasileira e como foi determinante sua atuação para a configuração do atual sistema habitacional.

1.3 OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

Até a década de 1970 a conjuntura vivenciada permitiu uma ampliação dos direitos sociais. Nesse período a economia passou a crescer de forma mais lenta em razão das dificuldades em se aumentar a taxa de lucro, o que, conseqüentemente, levou à redução dos investimentos e à crise da economia capitalista.

O debate acerca dos efeitos da regulação realizada pelo Estado cresceu com a experiência do planejamento da economia e levou a um impasse político e social dentro do capitalismo. Costa (2006, p. 61) destaca que, conforme interpretações das ideias de Keynes, “o Estado deveria ter funções mais amplas para evitar as crises econômicas e sociais, considerando que os gastos públicos eram necessários para impedir a queda do consumo, mantendo o nível da atividade econômica”.

Por meio da proposta de Keynes (década de 1930), em se fazer uma revolução no papel do Estado, tendo em vista que considerava que a crise da economia capitalista se encontraria na insuficiência da demanda efetiva e que levava à queda dos investimentos, com o conseqüente desemprego e recessão (COSTA, 2006), houve o surgimento de uma corrente de opositores às suas ideias, que denunciavam os riscos do intervencionismo estatal na “limitação da liberdade econômica e os vícios que se colocariam com o sistema de seguridade social, como fator inibidor da produtividade do trabalho.” (COSTA, 2006, p. 61).

Dentre os opositores ao planejamento e intervenção do Estado, destaca-se a figura de Hayek, para o qual

toda intervenção do Estado na regulação social seria desastrosa, pois os indivíduos poderiam perder seu incentivo para desenvolver suas potencialidade se o Estado assumisse um papel protetor. Assim, toda restrição à livre iniciativa era nociva ao pleno desenvolvimento econômico, e toda ação do Estado, com ações de seguridade social, só poderia conduzir os indivíduos à perda do estímulo para com seu próprio desenvolvimento. (COSTA, 2006, p. 68).

Nesse sentido, o entendimento era que “o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” e “que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.” (ANDERSON, 1996, p. 10).

No entanto, com a crise sofrida pelo modelo econômico capitalista em 1973, em razão da combinação de baixas taxas de crescimento com as altas taxas de inflação, as ideias neoliberais passaram a tomar visibilidade. Isso se deu especialmente em razão de as raízes da

crise se encontrarem no poder dos sindicatos e do movimento operário, devido às pressões pela melhoria salarial e dos pleitos voltados para que o Estado aumentasse as despesas com os gastos sociais.

Dessa forma, tais processos foram contundentes para causar uma queda na lucratividade das empresas, gerando altos níveis de inflação e, conseqüentemente, uma crise generalizada das economias de mercado. Assim, tinha-se que a solução seria a manutenção da força do Estado para romper com o poder dos sindicatos e para realizar o controle do dinheiro, mas o mesmo Estado deveria ser bastante modesto em relação aos gastos sociais e nas intervenções econômicas, devendo a estabilidade monetária ser a meta de todo governo. (ANDERSON, 1996).

Isto posto, como explicação para a crise os neoliberais sustentaram que seria o mercado o melhor mecanismo para os recursos econômicos e para a satisfação das necessidades dos indivíduos, entendendo que todos os processos que significassem qualquer obstáculo, controle ou supressão das forças de mercado, teriam efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos. (LAURELL, 1997).

Portanto, para os neoliberais, a solução da crise encontraria respaldo, por um lado, na reconstrução do mercado, na competição e no individualismo, por meio da total eliminação da intervenção do Estado na esfera econômica, seja nas funções de planejamento e condução da economia, seja na função de agente econômico, devendo, lado outro, reduzir as funções relacionadas ao bem-estar social. Isso porque

no plano dos direitos sociais conquistados nas décadas anteriores, passou-se para um processo de reformas nas funções do Estado, com a quebra de direitos previdenciários, redução dos gastos na área social, mudanças nas leis trabalhistas e diminuição da regulação, permitindo o livre fluxo de capitais. Foi uma retomada dos ideais do liberalismo clássico: as idéias de que o indivíduo é o responsável pelo seu desenvolvimento, que os salários comprometem os lucros, que a nova base tecnológica exige mudanças no mundo do trabalho e que é preciso dinamizar o mercado, reduzindo o Estado. Neste contexto histórico, a palavra mágica do capital é a competitividade, sua alma é a concorrência e sua ética é o egoísmo individualista, voltado para os interesses privados. (COSTA, 2006, p. 74).

No que tange ao bem-estar social a doutrina neoliberal o considerou como pertencente ao âmbito privado, devendo ser nutrido pela família, a comunidade e os serviços privados, sendo que ao Estado cabia agir de forma mínima a fim de aliviar a pobreza e produzir serviços que os particulares não quisessem ou não pudessem fazer. Nesse sentido, o neoliberalismo rechaçou os conceitos de direito social e a obrigatoriedade de serem garantidos por meio da ação estatal.

Portanto, o que se tem é que por meio da ideologia neoliberal almejava-se a imposição de uma nova forma de acumulação de capital e de uma nova etapa da expansão capitalista, sendo que a condição política para tanto seria a derrota/enfraquecimento da classe trabalhadora.

O neoliberalismo combatia de forma bastante intensa o comunismo e nos países pelo qual a doutrina se alastrou as experiências tidas como ideológicas se tornaram hegemônicas, inclusive no que diz respeito aos governos social-democratas, os quais, apesar de inicialmente agirem com repulsa em relação à nova ideologia, tornaram-se os mais vigorosos na aplicação das políticas neoliberais, verificando-se êxito em relação à deflação, lucros, empregos, salários. (ANDERSON, 1997).

Desse modo, o neoliberalismo apresentou efeitos que refletiram sobre a estrutura social e a economia, isso porque quando existe a imposição política de um modelo de economia pré-industrial, como é o caso do neoliberalismo, sobre uma formação social, visualizam-se efeitos nefastos tanto para a economia quanto para a sociedade, desarticulando os setores econômicos e marginalizando e excluindo as classes produtivas e fundamentais para o mercado nacional.

O que se pode inferir do projeto neoliberal é a existência das enormes disparidades existentes entre o discurso neoliberal e o conteúdo das políticas sociais dos governos inspirados nessa nova ideologia. Requer-se “mais mercado livre e menos Estado social.” (BEHRING, 2003, p. 58). Porém, enquanto se verifica ter sido possível vencer a resistência em relação à retirada do Estado da economia, nota-se não ser possível dismantelar as instituições sociais básicas, posto que uma atitude voltada a abandonar a garantia dos direitos sociais, “transformam o tema numa controvérsia política com implicações eleitorais de primeira ordem”, o que confirma a “irreversibilidade do Estado de bem-estar”. (LAURELL, 1997, p. 164).

Nesse cenário, tem-se, então, que as políticas sociais não passaram de meros discursos ideológicos, posto que são entendidas como “paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado”, sendo que, nesta perspectiva, deixam de ser vistas como direitos sociais, caracterizando a desresponsabilização e o desfinanciamento da proteção social pelo Estado (BEHRING, 2003, 64), ou, diga-se, a configuração de um Estado mínimo para os trabalhadores, enquanto para o capital há a configuração de um Estado máximo.

O neoliberalismo causou diferentes repercussões para os Estados nacionais. Assim, no que tange aos Estados periféricos, estes precisaram proceder à abertura de seus mercados

ao capital externo, desregulamentando suas economias e favorecendo a remessa de lucros para as matrizes para que pudesse fazer parte do mundo globalizado.

Quando se vivencia a liberalização da economia, “o capital especulativo vem para os países em desenvolvimento atraído pelas altas taxas de juros, prejudica as economias endividadas e aumenta a dívida externa”. No entanto, quando se vislumbra o risco, “esse capital sai e gera maior insegurança na economia, sem ter criado novos projetos de investimento e gerado empregos”. Verifica-se aí a nocividade dos interesses nacionais quando é favorecida a entrada de capital a curto prazo pelos governos. “Criar limites para o capital especulativo nos países em desenvolvimento pressupõe um Estado com poder de regulamentar a economia, e não apenas uma política liberalizante e irresponsável que fragiliza o país”. (COSTA, 2006, p. 163).

Tendo em vista a necessidade de serem adotadas medidas para conter o déficit orçamentário, as reformas do Estado foram tomadas como medidas pragmáticas voltadas à dinamização do país para que pudesse haver sua inserção na economia global. Dessa forma, encontrando-se o Estado em crise, suas funções e papéis precisavam ser redefinidos por meio da reforma. Tal situação aconteceu em diversos Estados.

No caso da política social de habitação brasileira, na década de 1990, a ação do governo federal foi bastante reduzida. Com a extinção do BNH, em 1986, a Caixa Econômica Federal – CEF – se tornou o agente responsável pelo Sistema Financeiro da Habitação. O crédito habitacional, por sua vez, ficou sob a responsabilidade do Conselho Monetário Nacional, órgão esse que fez um controle mais rígido sobre o crédito e, por consequência, limitou e dificultou a produção habitacional. Em relação aos recursos do FGTS, tendo em vista que houve uma liberação de contratos com valores acima de sua capacidade, houve a paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995. Além disso, no início dos anos 1980, em virtude de uma crise de inadimplência, teve também a redução de aplicações em habitação que recompusesse os fundos do SFH. (BONDUKI, 2008, p. 76).

Como consequência da redução dos financiamentos, aumentaram-se os problemas com moradia urbana e foi agravada a questão do empobrecimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, verificando-se, a partir daí, a necessidade de maior intervenção governamental para fazer frente à nova situação, com recursos advindos de outras fontes alternativas.

Com o fim da ditadura militar e com a redemocratização do país, em 1985, vivenciou-se um período de otimismo com a implantação da República Nova e a crença de que esta traria melhorias em relação ao desenvolvimento socioeconômico, com reformas de base e respeito aos direitos sociais. (MARICATO, 1987).

Contudo, apesar desse otimismo, a situação da política habitacional brasileira não era positiva. Vivenciava-se uma grave crise de sustentação do modelo, contendo as seguintes características: “baixo desempenho social, alto nível de inadimplência, baixa liquidez do Sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande expectativa de que as novas autoridades poderiam resolver a crise do Sistema sem a penalização dos mutuários.” (AZEVEDO, 1996, p. 79).

O que se constata é que nos mais de 15 anos após o fim do Regime Militar (1964-1985) a política urbana no país ficou bastante desestruturada e desarticulada, ancorando-se na extinção do BNH, em 1986. Para Bonduki (2008, p. 75), foi um “período que ao invés de uma transformação, ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação”.

Ainda no período de 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU – pelo então presidente José Sarney (1985-1990). Por meio deste Ministério, acreditou-se ser possível o redirecionamento da política urbana do país, iniciando-se com a reestruturação do SFH, momento no qual a política habitacional foi reformulada e este passou a ser chamado de Ministério da Habitação e do Bem-Estar – MBES. No entanto, em 1989, o MBES foi extinto, tendo a CEF se tornado a responsável pela gestão do FGTS devido à sua vinculação ao Ministério da Fazenda. (BONDUKI, 2008).

Na gestão de Fernando Collor de Melo (1990-1992), foi criado o Ministério da Ação Social – MAS, destinado à promoção de novas políticas habitacionais via alocação e gestão do FGTS. Desse modo, Holanda (2011) destaca que o Presidente Collor acreditava que, ao se atrair o setor capitalista para a construção de moradias via iniciativa privada, estar-se-ia dando solução ao problema da falta de moradia para a população de menor renda.

No entanto, foi verificada a má gestão dos recursos públicos com esgotamento dos fundos proveniente do FGTS, tendo havido “empréstimos superiores à disponibilidade efetiva do fundo”. (ARAUJO; KAUFFMANN; ABREU, p. 211, 2009), obrigando o Conselho de Curadores do FGTS a cessar novos empréstimos no período de 1992 até 1995.

Com a redemocratização do país, foi inaugurada uma nova fase na política habitacional brasileira. A partir daí, de acordo com a Constituição da República de 1988, as esferas nacionais, estaduais e municipais passaram a ter maiores atribuições na área habitacional, muito embora houvesse a desarticulação das iniciativas, em razão da inexistência de uma política nacional de habitação.

Ponta Grossa, por sua vez, teve sua quarta fase de implementação de ações voltadas para a área habitacional, no período da presidência de Fernando Collor de Mello, momento no

qual houve, na cidade, o investimento em empreendimentos para a classe popular por várias empresas particulares e cooperativas.

Vários empreendimentos foram realizados pela Cooperativa Habitacional dos Assalariados – COHALAR, tendo sido contratadas construtoras e sido construídos dois conjuntos habitacionais e quatro condomínios fechados na forma de apartamentos. Os recursos eram federais e a administração era realizada pela CEF. (SCHEFFER, 2003).

Prosseguiu-se, no entanto, com a verticalização da periferia, tendo em vista que esses conjuntos foram implantados nas periferias da cidade, como é o caso do Conjunto Cristo Rei III, que se encontra fora da malha urbana de Ponta Grossa e, conseqüentemente, gera intensa segregação socioespacial da população ali residente, seja em virtude da localização geográfica, seja em virtude de corresponder à população de baixa renda. (SCHEFFER, 2003). Ou seja, nota-se que não eram privilegiados os aspectos sociais da demanda habitacional, sendo que a atenção se voltava para o interesse das construtoras e cooperativas.

Ainda, as ações na área habitacional em Ponta Grossa vêm sendo acompanhadas por organizações particulares, como é o caso da Associação dos Mutuários¹⁸, que têm caráter popular e nacional e objetivam legitimar as demandas e criar uma política habitacional.

Do que se expôs até o presente momento, pode-se notar que o histórico percorrido pelos programas destinados à política habitacional em Ponta Grossa foram implementados por Companhias Habitacionais e se voltaram, basicamente, à carência por moradias. Essa evidência se dá como reflexo da política habitacional vivenciada a nível nacional, donde se verifica não ter havido uma política habitacional efetiva, ou seja, com planejamento, execução e avaliação de suas ações. (SCHEFFER, 2003).

A cidade de Ponta Grossa teve crescimento horizontal, com seus conjuntos habitacionais instalados, muitas vezes, distantes da área central. Ao se compulsar a perspectiva histórica da cidade, percebe-se, então, que as ações voltadas à área habitacional influenciaram sobremaneira a ampliação da malha urbana, tendo em vista que, com a criação

¹⁸ A Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação – ABMH – Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação, entidade de defesa, tem por intuito encontrar soluções para os problemas habitacionais. A missão da entidade é orientar o comprador da casa. Para tanto é preciso que o crédito seja aprovado junto ao agente financeiro, a fim de se verificar o valor do imóvel que poderá ser adquirido. A aquisição pode se dar de diversas formas: compra à vista; compra e venda parcelada; financiamento próprio; aquisição de um lote e construção por conta própria ou por meio de financiamento (inclusive do SFH), individualmente ou em condomínio, por meio de grupo previamente formado; obra por administração ou a preço de custo; consórcio habitacional; Sistema Financeiro da Habitação (SFH); Programa “Minha Casa, Minha Vida”; Sistema Financeiro Imobiliário (SFI); dentre outros (ABMH, 2015).

de novas vilas, vivenciou-se uma expansão periférica da cidade, por isso falar-se em crescimento horizontal. (SCHEFFER, 2003).

Com a estagnação das atividades da COHAPAR no final da década de 1970 até o início da década de 1980, houve a desaceleração no ritmo da política habitacional no município, vivenciando-se a acentuação do crescimento demográfico da população urbana e, consequentemente, da demanda pelas questões envolvendo habitação.

Em virtude dessa conjuntura, visando instalar uma companhia habitacional no município que apresentasse condições de efetividade, bem como no intuito de concretizar uma meta de campanha eleitoral na seara habitacional, Pedro Wosgrau Filho, reunindo representantes do setor da construção civil em Ponta Grossa, criou, em 13 de setembro de 1989, uma nova companhia habitacional para o município, iniciando-se uma quarta fase da política habitacional na cidade.

Esta foi denominada de Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, tendo sido regulamentada pela Lei Municipal n. 4.298, de 13 de setembro de 1989, que a concebeu como uma sociedade por ações e de economia mista, com prazo de duração indeterminado. (PONTA GROSSA, 1989).

Assim, conforme a legislação, a PROLAR surge para elaborar planos e programas que visem o equacionamento do déficit com habitação na cidade e a execução da política habitacional do Município de Ponta Grossa. Desse modo, essa Companhia se tornou, então, conforme referida lei, o órgão responsável por dar efetividade à política habitacional em âmbito municipal e se constituiu como um marco na atuação em políticas locais de caráter habitacional. (PONTA GROSSA, 1989).

Além disso, referida entidade atua de forma a captar e administrar os recursos que são oriundos da União, do Estado do Paraná, do Município de Ponta Grossa e de entidades paraestatais e instituições financeiras, todos se destinando a construir casas populares, bem como executar loteamentos voltados para a habitação popular. (PONTA GROSSA, 1989).

Ainda, tal entidade é a responsável pela implantação de núcleos habitacionais e se volta a incentivar e apoiar a construção de casas populares por meio de mutirão (e por outras formas) para as famílias de baixa renda, bem como almeja o desfavelamento por meio da construção de casas de baixo custo, a fim de atender as camadas mais carentes da população, entre outros objetivos. (PONTA GROSSA, 1989).

Assim, para que a PROLAR possa atingir seus objetivos, visa-se seu inter-relacionamento com os demais órgãos municipais, tendo em vista que vincula “as moradias

com o planejamento da cidade e às políticas públicas de desenvolvimento urbano, social e ambiental”. (PROLAR, 2015).

No que tange à administração da entidade, esta compete ao Conselho de Administração – composto por cinco membros efetivos, com igual número de suplentes, que são eleitos pela Assembleia Geral dentre os acionistas e têm mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição – e à Diretoria – esta constituída pelos Diretores Presidente, Técnico, Administrativo e Financeiro, que têm sua eleição e destituição a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. O controle e a fiscalização das atividades, por sua vez, competem ao Conselho Fiscal. (PONTA GROSSA, 1989).

Quando as atividades da PROLAR se iniciaram, um número expressivo de cadastros foram realizados no período de três meses, demonstrando uma demanda por habitação que precisava de financiamento por meio de políticas públicas a fim de buscar resolver o problema com moradias na cidade. Por essa razão, os cadastros passaram a ser realizados por faixa salarial, estabelecendo-se, desse modo, a política habitacional de Ponta Grossa por meio da PROLAR. Scheffer destaca que, nesse momento, o

conhecimento da demanda habitacional a partir dos cadastros foi uma fase para o planejamento das políticas que foram definidas e que fundamentaram a necessidade do município desenvolver ações direcionadas aos segmentos populacionais de renda entre um e seis salários mínimos, que precisavam ser atendidos, e que eram a demanda urgente por habitação popular em Ponta Grossa. (SCHEFFER, 2002, p. 65).

Junto à CEF, em 1989, a PROLAR adquiriu uma forma especial de financiamento para famílias que já possuísem terrenos próprios e tivessem interesse na construção do imóvel, denominado de “Programa de Casas Isoladas”. Todavia, em razão das eleições presidenciais do período, tendo sido eleito Fernando Collor de Mello, a CEF teve todos os seus processos travados em razão da alteração de cargos e perfil da política habitacional do país. (SCHEFFER, 2003).

Assim, mesmo não tendo ocorrido esse primeiro programa habitacional, este serviu de modelo para os próximos financiamentos. Isso porque, no governo Collor, foi estabelecido o Plano de Ação Imediata para a Habitação – PAIH – e, como a PROLAR já tinha o cadastramento prévio das famílias, logo em seguida da posse do novo presidente foram construídas 1000 casas, sendo metade no Conjunto Jardim Nossa Senhora das Graças e metade no Conjunto Santa Marta, os dois primeiros construídos no Brasil. (SCHEFFER, 2003).

Assim, a CEF se tornou o agente financeiro e as famílias, selecionadas pela PROLAR, passaram a ser mutuárias daquele agente financeiro. À PROLAR, por sua vez, coube a definição da metragem das casas – terrenos com no mínimo 275 m², determinado pelo Conselho de Administração da PROLAR, contando com uma rede de água, energia elétrica, iluminação pública e rede de esgoto. Disso o que se pode inferir é que a política social de habitação popular planejada pela PROLAR vai para além da casa, visando também acesso à infraestrutura. No entanto, o que se nota, é a precarização da política habitacional nesse período, tendo em vista que, com os recursos destinados, precisou-se optar pela infraestrutura e pelo padrão da casa. Apesar disso, as propostas da PROLAR eram coincidentes com os objetivos do governo federal na época. (SCHEFFER, 2003).

Posteriormente, após a entrega dos conjuntos habitacionais, escassearam-se os recursos federais destinados à área habitacional. Por essa razão, a partir de 1991, a PROLAR passou a trabalhar com o programa de lotes urbanizados, contando com recursos próprios, considerando-se que possui um capital de giro formado pelo pagamento das prestações de loteamentos já entregues. Por meio dessa ação, a PROLAR visou o atendimento da população de menor poder aquisitivo e o desenvolvimento de projetos para atenuar os problemas habitacionais, tendo em vista os cortes de recursos federais na área habitacional. (SCHEFFER, 2003).

Em 1992, com o processo de impeachment de Fernando Collor, o governo foi assumido por Itamar Franco e novamente foi tentada a reformulação da política habitacional brasileira. O Ministério da Ação Social passou a ser o Ministério do Bem-Estar Social, cabendo a este a execução da política habitacional voltada à população de baixa renda. Além disso, houve a implantação da Secretaria Nacional de Habitação e Saneamento, que, em 1994, criou dois novos programas: Habitar Brasil e Morar Município, os quais, apesar de distintas denominações apresentavam as mesmas características básicas. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Referidos programas se diferenciavam apenas em virtude de o primeiro ter se voltado para os municípios de mais de 50 mil habitantes, enquanto o segundo voltava-se para os municípios de menor porte.

O período de 1986 a 2003 se caracterizou como um período de transição, deixando de existir uma estratégia nacional para enfrentar a questão habitacional. Municípios e Estado passaram a desenvolver, de forma fragmentária, os programas alternativos adotados pelo BNH, valendo-se de recursos orçamentários, com viés social e com práticas tradicionais da população mais pobre, como é o caso do mutirão. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

A mobilização dos movimentos por moradia no que se refere à habitação ampliou a pressão por uma maior participação dos municípios na questão habitacional, pois, com a democracia, o poder local se tornou o principal interlocutor no equacionamento dos problemas da população carente. (BONDUKI, 2008).

A retomada dos financiamentos em habitação e saneamento com recursos do FGTS, após vários anos de paralisação, deu-se apenas no ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC – (1995 a 2002), momento no qual a crise do Estado se expressou como uma crise fiscal, pela “exaustão do modelo de substituição de importações e pelo centralismo administrativo”. (COSTA, 2006, p. 170).

Desse modo, o governo de FHC seguiu a linhagem liberal e assunção da crise como um excesso de Estado. Quanto à necessidade de políticas sociais, estas nem apareceram nos argumentos do governo. Desse modo, Costa destaca que

em vez de discutir a efetividade das políticas sociais, o governo discutiu apenas a necessidade de ajuste fiscal com a redução de gastos. Em investimentos na área social não há como elevar a efetividade das ações do governo na melhoria das condições de vida da população. O servidor público não responde isoladamente pela efetividade dos serviços públicos. Para a administração pública ser eficiente é preciso criar meios materiais que viabilizem a efetividade das ações do governo. Ficou evidente, no discurso do governo de FHC, que a preocupação maior não foi alterar as condições de vida da população do país, onde persistem elevados níveis de carência nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e segurança. A grande meta foi o ajuste fiscal e a estabilidade monetária, condições para adequar o país às regras ditadas pelo FMI. (COSTA, 2006, p. 170).

Nesse governo, no que se refere à questão habitacional, vivenciou-se um período de “transição, momento em que deixou de existir uma estratégia nacional, para enfrentar a questão da habitação, para um amontoado de medidas desarticuladas entre os agentes governamentais”. (BONDUKI, 2008, p. 77), tendo em vista a descentralização dos governos estaduais e municipais, como corresponsáveis pela gestão do desenvolvimento da cidade.

Ainda nesse período, foi extinto o MBES e criada a Secretaria de Política Urbana – SEPURB, ficando a política social urbana associada a um ministério que visava à contenção de gastos para gerar superávits fiscais. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Foi fundamental o caráter marcadamente descentralizador adotado pelo governo FHC em direção aos estados e municípios, pois, além de ser uma característica típica de política neoliberal sobre as políticas sociais, a descentralização deve-se ao ajustamento da própria Constituição de 1988, atendendo, mesmo que tardiamente, às novas atribuições concedidas aos estados e municípios. (PONTAROLO, 2015).

A produção de moradias, como também a política urbana, tornou-se responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme consta dos artigos 182 e 183 da Constituição da República brasileira.

Com a nova Constituição uma série de novos direitos foram assegurados, aproximando-se das realizações de bem-estar social no regime socialdemocrata, em direção alternativa à do universalismo básico e à do bem-estar corporativo. As inovações no elenco de direitos “vão na direção de intensificar a universalização do bem-estar, seja por ampliação da cobertura ou uniformização de benefícios e serviços, seja ainda pela criação de um mínimo social para a seguridade”. (KERSTENETZKY, 2012, p. 212-213).

No entanto, a característica fundamental dos programas criados no governo de FHC foi o financiamento direto para a moradia popular, tendo-se, como exemplos, a Carta de Crédito (individual e associativa); o Programa Pró-Moradia; o Apoio à Produção e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Não houve, portanto, a consolidação de uma nova política habitacional no país nesse período, porém aprofundaram-se os efeitos perversos sobre a estrutura social, econômica e urbana. Destaque-se, nesse sentido, a massificação da produção de moradias informais, que teve como impacto os problemas urbanos e as habitações inadequadas. (BONDUKI, 2008). Para Bonduki (2008, p. 80), “a preponderância destas modalidades de acesso ao crédito está vinculada à consolidação de uma visão bancária no financiamento habitacional, personificado no papel central que passou a ter a Caixa Econômica Federal”, a qual passou a ser o único agente financeiro voltado a realizar a operação dos recursos destinados à habitação.

Nessa perspectiva, Pontarolo e Schmidt (2013), destacam que

com o modelo neoliberal adotado pelo Estado, a partir dos anos de 1990, configurou-se uma nova forma de intervenção na política de habitação caracterizada pelo programas focalizados de financiamento à produção individual e privada de moradias, revelando um período de total estagnação dos programas de produção de habitação popular. O resultado destes programas foi o crescimento significativo da população em assentamentos precários.

A partir disso “houve uma segregação entre a população que tinha plenas condições de oferecer garantias de retorno do investimento e aqueles detentores apenas de suas forças de trabalho, ficando estes à margem do sistema de crédito habitacional”. (PONTAROLO, 2015, p. 96).

A terra urbana, provida de serviços, equipamentos e infraestrutura, tornou-se cada vez mais cara, levando os que não tinham recursos a lugares cada vez mais distantes, precários e perigosos, e à ocupação irregular. Este crescente processo demonstra a ausência de

uma política fundiária articulada com as políticas habitacional e urbana, nos diferentes níveis de governo no Brasil. Uma das mais importantes manifestações das dificuldades de acesso à terra é o intenso processo de formação de favelas e loteamentos irregulares no país.

Em 1995, após vários anos de paralisação, são retomados os financiamentos com habitação e saneamento com recursos do FGTS. Em 1996, a Secretaria de Política Urbana passou a ser a gestora do setor habitacional e divulgou o material para a nova Política Nacional de Habitação, visando à inclusão de novos programas e deixando de lado apenas o financiamento à produção de moradias (o que se realizou no contexto da organização da 2ª Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – Habitat II). (BONDUKI, 2008).

Entretanto, ainda que se tenha sentido alguma evolução, é preciso que se destaque que os novos programas desenvolvidos não significaram uma intervenção positiva no combate ao déficit habitacional brasileiro, especialmente para a população de baixa renda, considerando-se que o atendimento continuou a ser privilegiado para as camadas de renda média. Bonduki (2008, p. 80), destaca que “entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM), onde se concentram 83,2% do déficit quantitativo”. Além disso,

o quadro de inobservância das efetivas necessidades habitacionais completa-se com as restrições de ordem macro-econômica que limitaram o financiamento ao setor público [...]. As ações de política macro-econômica, implementadas pelo governo FHC, redundaram numa escala que acabou por reduzir o espaço de intervenção dos agentes do setor público na execução das políticas de habitação, sobretudo no que se refere à urbanização de áreas precárias, ação que somente pôde ser realizada pelo setor público. As restrições impostas à concessão de créditos a esse setor, em contrapartida à rolagem de dívidas de Estados, Municípios e Distrito Federal, eliminaram a possibilidade de acesso a operações de financiamento nas áreas de saneamento e habitação com recursos oriundos do FGTS. Desta forma, o ajuste fiscal consolidou-se como principal obstáculo à realização de investimentos voltados para a urbanização e a produção de moradias destinadas ao atendimento dos segmentos de mais baixa renda, onde se encontra concentrado o grosso das necessidades habitacionais do país. (BONDUKI, 2008, p. 80).

Com a Constituição da República de 1988, a moradia teve destaque como um direito fundamental, passando, a partir de então, a ser um direito universal e não apenas acessível por aqueles que tenham condições de contribuir com um determinado sistema. Ou seja, a moradia corresponde a uma *conditio sine qua non* para uma existência digna, que se relaciona com a vida cotidiana e com a concretização de diversos direitos fundamentais, tais quais a privacidade, o segredo doméstico, a liberdade, a propriedade, entre outros. (SOUZA, 2008). O direito à moradia pode ser compreendido, então, como aquele

em que o Estado deve garantir o acesso de todos os indivíduos, para que possam viver num local (edificação condizente com a dignidade humana), o qual deve possuir o mínimo de infra-estrutura para que seus moradores tenham acesso aos diversos serviços públicos, e, além disso, deve ser protegido integralmente contra fenômenos climáticos, ou provocados pelo homem, garantindo à pessoa o pleno exercício do direito, sem limitações arbitrárias, permitindo-lhe, também, seu desenvolvimento psicossocial e integração com a comunidade da qual faz parte. (ALVES, 2011, p. 23).

Além disso, é importante que se destaque que a moradia não se confunde com a habitação, uma vez que esta é entendida como

(...) um direito real, previsto no inciso VI, do artigo 1.225 do Código Civil¹⁹, sendo este direito uma espécie de privilégio que o proprietário tem sobre seu bem, ou seja, o titular de um determinado bem imóvel, pode nele habitar, se assim o desejar. Se o direito de habitação como decorrência do *ius utendi*, é na grande maioria das vezes, exercido pelo próprio proprietário, pode ocorrer que seja esta prerrogativa individualizada e entregue a terceiro, o que torna o direito de habitação um direito real sobre coisa alheia, de forma onerosa ou gratuita, esta prescrita nos artigos 1.414 a 1.416 do Código Civil. Note-se, portanto, que novamente não se pode confundir a extensão do direito à moradia com o direito à habitação, visto que este é uma das formas de exercício daquela, o que salienta a maior amplitude da primeira e o caráter instrumental do segundo. (ALVES, 2011, p. 21-22).

Nessa perspectiva, portanto, coube ao Brasil criar instrumentos, programas, legislação e planos de ação para a garantia desse direito aos seus cidadãos, ressaltando-se que isso não significa que o “Estado brasileiro deve prover uma moradia (uma casa) para cada um deles”, mas deve prover meios para que cada um concretize tal direito, o que pode passar pelo fornecimento estatal de moradias sem se esgotar neste expediente. (SAULE JÚNIOR, 1999, p. 75).

Isto é, esta obrigação apresenta dois aspectos: imediatamente, veda-se a “regressividade do direito à moradia, de forma a impedir medidas ou ações que impossibilitem o seu exercício”, enquanto que, mediamente, exigir-se-á que sejam criados meios para a efetivação desse direito, àqueles que não podem fazê-lo sozinhos, nos termos dispostos nos artigos 23, inciso IX, e 183 da Constituição da República. (SAULE JÚNIOR, 1999, p. 75).

Além disso, a função social da propriedade e a função social da cidade também foram incluídas no texto constitucional. Em 2001, foi editada a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição da República, ambos referentes à questão urbana.

Ainda que tenha se consolidado no país um forte movimento social com vistas à reforma urbana, destacando-se a experiência inovadora do orçamento participativo, além das

¹⁹ Prescreve o artigo 1.225, VI, do Código Civil: “Art. 1.225 – São direitos reais: (...) VI – a habitação.”

inúmeras tentativas de criação de uma instância federal que visasse atender as lutas por políticas urbanas, quando da divulgação do Projeto Moradia é que se teve a formulação do Ministério das Cidades, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República, em 2003.

Sua criação é vista como uma demarcação histórica, pois, para Maricato (2006, p. 214), o Ministério das Cidades veio para “ocupar um vazio institucional que retirava completamente o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades”, tendo em conta que a última proposta de política urbana que teria sido implementada pelo governo federal tinha sido no período do regime militar, como já dito anteriormente.

Esse Ministério teve sua estrutura baseada na moradia, no saneamento ambiental e no transporte da população urbana. Para a equipe coordenadora da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, no Ministério das Cidades, Maricato (2006, p. 215) destaca que

tratava-se de construir uma nova “cultura” para ocupar um vazio de propostas práticas abrangentes, dar espaço para a emergência dos conflitos, constituir pactos em torno de conceitos, programas e linhas de ações. Buscou-se edificar um espaço público participativo que pudesse resistir à cultura de privatização da esfera pública, bem como ao avanço das imposições anti-sociais da globalização. A abertura de espaços democráticos nos quais os conflitos possam se expressar não é algo banal na história do país. Trata-se de uma mudança que pode desencadear novas e sucessivas transformações.

A criação do Ministério das Cidades propôs, então, um tratamento “integrado da questão urbana”, levando em conta habitação, saneamento, mobilidade urbana (BONDUKI, 2008, p. 96). Posteriormente, com a Secretaria da Regularização Fundiária, instituída pela Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 – responsável por dispor sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios –, representou um verdadeiro avanço institucional.

Coube, pois, ao Ministério das Cidades, a função de coordenar, gerir e formular a PNH, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade. Assim, foi ocupado um vazio institucional e resgatada a coordenação política e técnica das questões urbanas. Além disso, coube-lhe, ainda, a articulação e a qualificação de diferentes entes federativos visando à montagem de uma estratégia nacional voltada a equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, apoiando-se nos instrumentos legais previstos no Estatuto das Cidades (BONDUKI, 2008).

No entanto, a CEF continuou vinculada ao Ministério da Fazenda, e, sendo aquela a principal operadora dos programas habitacionais do governo federal via gestão do FGTS,

consequentemente causou o enfraquecimento da força institucional do Ministério das Cidades no que se refere à implantação de programas de envergadura social. (MARICATO, 2006).

Sobre este ponto, Bonduki (2008, p. 97) acrescenta:

apesar do avanço que representou a criação do ministério, é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, a enorme capilaridade e poder da Caixa, presente em todos os municípios do país, acaba fazendo que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos seja sua responsabilidade.

Ainda no primeiro ano de fundação do Ministério das Cidades (2003), foi elaborada a Conferência Nacional das Cidades, e uma segunda em 2005. Houve, no entanto, antes da Conferência, uma consulta prévia aos municípios e estados, buscando-se a elaboração de propostas e o envio de representantes para o evento. (MARICATO, 2006).

Na visão de Bonduki (2008), o movimento de criação do PNH, que envolveu todos os estados brasileiros e mais 3.457 municípios, representou o principal avanço de todo esse processo. Destarte, a luta histórica dos movimentos sociais, na busca da garantia do direito à moradia e da consolidação de uma política urbana que levasse em conta a função social da cidade, foram as bases que propiciaram a construção da Nova Política Nacional.

A PNH tomou como ponto de partida o Projeto Moradia, conservando como pressuposto a ideia de que a moradia só adquire significado em um contexto de política urbana. Por essa razão a PNH levou em conta três eixos fundamentais: a política fundiária, a política financeira e a estrutura institucional, aspectos aos quais a construção civil se relaciona. No que tange ao primeiro eixo citado, a obrigatoriedade da Campanha do Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades em 2005, visa à participação democrática e à inclusão de instrumentos que garantam a função social da propriedade, como forma de ampliar o debate político e aumentar o número de militantes que anseiam por uma cidade mais justa. (MARICATO, 2006, p. 216).

Esse tema da regularização fundiária se destaca por ter sido dado reconhecimento à posse da moradia segura como fundamento da cidadania, por meio do Programa Papel Passado. A associação se deu entre o Ministério das Cidades e os cartórios de registro de imóveis, com a regularização e concessão de títulos para 1,5 milhão de famílias desde o início do processo. (MARICATO, 2006).

Em relação ao financiamento da habitação, o Ministério das Cidades criou o Sistema Nacional da Habitação, visando reunir esforços de todas as esferas de governo²⁰ bem como do mercado, cooperativas e associações populares que têm como meta a redução do déficit habitacional brasileiro. Esse Sistema se divide em dois subsistemas, sendo o subsistema de Mercado e o subsistema de Habitação de Interesse Social – que abrange o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Com esses sistemas de financiamento habitacional, foi possível a elevação dos investimentos de todas as fontes de recursos, os subsídios foram ampliados, foco mais voltado à população de baixa renda, crescente destinação de recursos ao poder público e de ampla captação de recursos de mercado, levando a um novo boom imobiliário. (BONDUKI, 2008).

A partir da implantação do subsistema de Habitação de Interesse Social foi desenvolvida uma nova estrutura institucional, incluindo a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. A Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005, dispõe sobre o SNHIS, cria o FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. (BRASIL, 2005).

Prescreve referida lei instituidora que o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS tem como objetivo “viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável”, “implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda” e “articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.” (BRASIL, 2005).

²⁰ Nesse sentido, prescreve a Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005: “Art. 17. Os Estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração dos planos habitacionais dos Municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares à habitação, e dando apoio aos Municípios para a implantação dos seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios. Art. 18. Observadas as normas emanadas do Conselho Gestor do FNHIS, os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais fixarão critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais. Art. 19. Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais promoverão ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações do SNHIS. Parágrafo único. Os conselhos deverão também dar publicidade às regras e critérios para o acesso a moradias no âmbito do SNHIS, em especial às condições de concessão de subsídios. Art. 20. Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais devem promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SNHIS. Art. 21. As demais entidades e órgãos integrantes do SNHIS contribuirão para o alcance dos objetivos do referido Sistema no âmbito de suas respectivas competências institucionais”.

Além disso, conforme o artigo 3º de referida lei, o SNHIS centralizará todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica.

O FNHIS, por sua vez, tem natureza contábil, e foi instituído com o objetivo de “centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.” (BRASIL, 2005).

Juntamente a esses dois subsistemas foram mantidos e/ou reformulados, nos dois anos primeiros anos de gestão do governo Lula – 2003 e 2004 –, alguns programas criados na gestão do FHC, e que estariam agora relacionados ao Ministério das Cidades, quais sejam: PAR, Carta de Crédito Associativo, Habitar Brasil/BID, Pró-Moradia, Programa de Subsídio Habitacional, Apoio à Produção e o Programa Crédito Solidário. (SHIMBO, 2010).

Assim, conforme Shimbo (2010, p. 77), o Ministério das Cidades passaria:

a gerir um panorama de programas habitacionais, com fontes de recursos diferenciadas, não apenas o FGTS, mas também, o Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR, vinculado ao FGTS) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Entre os anos de 2005 a 2008 foram criados também novos programas. Um deles é o Programa de Ação Provisão Habitacional de Interesse Social, que consiste no apoio aos Estados, Municípios e Distrito Federal, para elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. A Ação está prevista na Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005, e na Resolução n. 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do FNHIS, para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Além disso, tem como objetivo propiciar aos segmentos populacionais “com renda familiar de até R\$ 1.050,00 o acesso à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos em localidades urbanas ou rurais, minimizando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.” (CEF, 2016).

Outro desses programas foi o Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, visando promover a “urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização de assentamentos precários”, o que é feito por meio “da articulação de ações que atendam as necessidades básicas da população para, assim, melhorar sua condição de habitabilidade e inclusão social”. (CEF, 2016).

O Programa de Apoio à Produção Social da Moradia, por sua vez, operada com recursos oriundos do FNHIS, objetiva o apoio às “entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais”. Sua

implantação é por meio da Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; e Requalificação de Imóveis. (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2009).

Em relação ao estado do Paraná, no ano de 1983, adotou-se uma postura de negação acerca de tudo que havia sido conquistado em termos de política habitacional, até mesmo em relação à experiência da COHAB-CT.

A Secretaria de Estado do Interior do Paraná – SEIN – resgatou todas as ações voltadas à Habitação Popular e promoveu discussões, resultando no documento denominado “Habitação Popular – Uma Solução Alternativa”. Este priorizava o atendimento às populações com renda de até 03 SM, a autoconstrução e abria a atuação da COHAPAR a diferentes programas e alternativas construtivas, com vistas a baratear a construção e a diversificação da moradia. (PEHIS-PR, 2012).

Privilegiava, ainda, “a discussão e organização da população não só em torno da moradia, mas da utilização desta motivação para um trabalho de conscientização política e de organização da classe trabalhadora, do operariado” (PEHIS-PR, 2012, p. 54). A concepção de Habitação Popular adotada pressupunha:

integração dos Conjuntos à malha urbana, com o prolongamento natural do sistema viário existente, evitando a formação de guetos; utilização dos vazios urbanos, otimizando os equipamentos e a infraestrutura urbana; construção de pequenos núcleos com moradias diferenciadas; utilização de técnicas construtivas adequadas à vocação natural e cultural da região; preservação e implantação de áreas verdes; respeito à topografia e características do solo. (PEHIS-PR, 2012, p. 54).

Essa experiência da COHAB-CT representou a possibilidade da participação da população no processo de planejamento e produção de sua casa. No entanto, houve resistência do empresariado e da COHAPAR na época. Por essa razão, em razão das dificuldades, foram elaborados “Projetos-Piloto”, que se basearam na concepção acima descrita, com recursos do tesouro do estado. Esses recursos foram, então, repassados à COHAPAR, que executou o Projeto Mutirão, e duas experiências distorcidas de autoconstrução. (PEHIS-PR, 2012).

O Mutirão representou setorialmente o limite da “Democracia Participativa”, tendo produzido 15.500 unidades em todo o Paraná no período de 1984 a 1987. No ano de 1992, a COHAB-CT tinha 61.609 inscritos em relação aos 28.000 existentes em 1981. (PEHIS-PR, 2012).

Em Ponta Grossa, com o desenvolvimento dos programas habitacionais em âmbito nacional, a PROLAR se viu obrigada a direcionar suas atividades para novas funções. Dentre elas se encontra a “gestão do Fundo Municipal de Habitação por Interesse Social”, “a busca pela viabilidade econômica de projetos habitacionais que atendam indistintamente toda a

demanda inscrita em seus cadastros e que proporcione a inclusão social por meio de programas habitacionais”, bem como “a organização do trabalho técnico social junto aos programas ligados à PROLAR”. (PROLAR, 2015).

Conforme dito alhures, foi criado, também, o Subsistema de Habitação de Mercado – SHM – que, segundo Shimbo (2010, p. 87), seria um “complexo sistema de captação de recursos, com a intenção de diversificar e de aperfeiçoar as formas de captação de recursos”. Esse sistema teria como objetivo captar recursos para complementar o Sistema Financeiro Imobiliário – SFI e o SFH.

A Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o SFI e tem por finalidade a promoção do financiamento imobiliário em geral, conforme condições compatíveis com a formação dos respectivos fundos (BRASIL, 1997), ainda no primeiro governo FHC (1995 – 1998) significou um marco para o setor imobiliário, pois privilegiou a captação de fonte de financiamento no setor privado e dinamizou o mercado habitacional, sem, contudo, ter solucionado ou equacionado o déficit habitacional brasileiro. (PONTAROLO, 2015).

Além disso, duas medidas voltadas ao setor imobiliário foram adotadas no governo Lula: a primeira delas, com a aprovação da Lei do Patrimônio de Afetação – Lei n. 10.931, de 02 de agosto de 2004, para “dar maior segurança jurídica e econômica ao mercado privado” e estabelecer a proteção ao empreendimento imobiliário, sendo criados por referida lei novos títulos de créditos para o mercado financeiro, tais quais as Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI, Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Cédulas de Crédito Bancário – CCB. Houve, ainda, o aumento do volume de recursos financeiros ao mercado privado, liberando-se para o mercado de crédito os recursos retidos no Banco Central das Cadernetas de Poupança via SBPE, o que deu grande impulso para o setor privado de moradias no país. (SHIMBO, 2010, p. 88).

Maricato (2006) sustenta que é necessário que se combinem as ações que visem à ampliação do mercado privado em direção às classes médias que não encontram alternativas de moradia e ações de promoção pública que atendam à população de rendas mais baixas, com vistas a evitar a apropriação de recursos públicos conforme aconteceu nos períodos anteriores.

A nova Política Nacional de Habitação levou em consideração a necessidade de ampliar o mercado privado para a classe média e ampliar o subsídio, por meio de políticas públicas, à população cuja renda se encontra abaixo de cinco salários mínimos, onde se concentra 92% do déficit habitacional brasileiro. A maior parte dos recursos aplicados pelo governo federal nos últimos dez a quinze anos, e também durante a vigência do BNH, priorizou a população com rendas acima dessa

faixa. Entre 2003 e 2006 o governo federal investiu, por meio da Caixa Econômica Federal, 32 bilhões de reais em habitação, revertendo o quadro negativo anterior. Mais de 70% desses recursos foram destinados à população de baixa renda. (MARICATO, 2006).

Pontarolo (2015, p. 105) destaca que, em 2003, início do primeiro mandato do governo Lula, o “volume de contratos somados os do FGTS e SBPE foram por volta de R\$ 6 Bilhões; em 2010, no final de seu segundo mandato, já eram mais de R\$ 80 Bilhões, ou seja, o volume de recursos saltou em mais de 13 vezes o volume inicial”, o que representa um enorme sucesso no que tange ao mercado privado de moradias.

Assim, ainda que se compreenda, em termos de eficiência financeira, que o SFI tenha obtido sucesso, não se pode dizer que foi possível universalizar a habitação enquanto direito, uma vez que, por tratar-se de um direito social que deve ser garantido e efetivado pelo Estado, a moradia não pode ser mercadorizada. (PONTAROLO, 2015).

Entretanto, o problema na implementação de políticas habitacionais à população de baixa renda por parte do Estado reflete-se desde 1930. A demora na criação de um programa habitacional revelou o agravamento da situação habitacional brasileira e refletiu nas precárias condições de vida das classes populares, que encontraram como única alternativa, muitas vezes, a ocupação de locais irregulares. (PONTAROLO, 2015).

Foi a partir do ano de 2005 que a política de habitação retomou “a produção de habitação popular, iniciando uma nova etapa, principalmente na ampliação de financiamentos, modificando o perfil de renda dos beneficiários”. A partir daí “ocorreu uma substancial elevação dos investimentos de todas as fontes de recursos, ampliando os programas habitacionais e os subsídios, com foco dirigido inicialmente para a população de baixa renda.” (PONTAROLO; SCHMIDT, 2013).

Tem-se, portanto, que a questão habitacional leva à segregação socioespacial, refletindo uma hierarquia social definida, uma vez que, ao se tratar da habitação, percebe-se nitidamente a diferenciação de classes no espaço.

Importante que se abra um parêntese para esclarecer que a segregação socioespacial corresponde a um processo que leva ao rompimento da comunicação entre as pessoas e que conduz à segregação do espaço urbano, pois não haverá, nesse espaço, diálogo entre as diferenças e a circulação entre subespaços. (BELTRÃO SPOSITO, 1996).

Caldeira (2000), por sua vez, destaca que a segregação espacial e social são características muito importantes para as cidades. Nesse sentido, para a autora (CALDEIRA, 2000, p. 211):

as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

O conceito de segregação socioespacial se difere do conceito de exclusão social, que pode ser entendido como

[...] a impossibilidade de se poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência de uma parcela significativa da população. Por isso, exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade (SPOSATI, 1996, p. 13).

Já no ano de 2007, percebe-se o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – pelo Governo Federal visando intensificar a inclusão social e a melhora da distribuição de renda, estimulando o crescimento do PIB e do emprego. Dentro deste plano incluíram-se diversos programas, dentre os quais o “Minha Casa, Minha Vida”, criado por meio da Lei n. 11.977, de 25 de março de 2009, também desenvolvido pelo governo federal, regulado pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CEF, sendo a habitação indicada como uma das prioridades do governo.

Atualmente a PROLAR também trabalha em parceria com o Programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal, para famílias que tenham renda mensal de R\$0,00 (zero) até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais), denominado de “Faixa 1”. Desse modo, a participação da PROLAR nesse programa se refere à “seleção das famílias através dos critérios pré-estabelecidos²¹ para o programa e o envio para a análise cadastral e documental da CAIXA” (PROLAR, 2015). Nesse diapasão, à CEF cabe a análise e aprovação das famílias que

²¹ A Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR – conta com um manual com linguagem bastante acessível para o esclarecimento de dúvidas dos mutuários (esclarecer o que são). Neste contém as principais dúvidas daqueles que buscam por uma moradia própria, bem como onze perguntas e respostas informando acerca do cadastramento até a venda ilegal dos imóveis recebidos. Desse modo, quem tenha interesse em efetuar a aquisição de imóvel da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, deverá se inscrever junto ao cadastro da Companhia – comumente chamado de “fila”. Em virtude de ser elevado o número de pessoas que procuram por uma moradia digna, sendo esse número superior à quantia oferecida pela PROLAR, as famílias precisam esperar para serem atendidas, fazendo-se necessária a existência desse cadastro. O cadastramento tem relevante importância, tendo em vista que se vale para ordenar o atendimento das famílias inscritas em qualquer programa habitacional, cumprindo, ainda, com a função de planejamento habitacional do município de Ponta Grossa. Assim sendo, a família interessada em efetuar o cadastramento deve levar os seguintes documentos originais do casal: documento de identidade – RG, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, comprovante de renda e comprovante de endereço. Com base nessas informações, “a equipe da PROLAR consegue melhores subsídios para novos projetos, busca recursos financeiros e desenvolve de maneira eficaz o trabalho técnico social” (PROLAR, 2015).

pretendem a aquisição do imóvel e verifica se as mesmas se enquadram nos critérios, conforme será melhor detalhado adiante.

A partir do exposto será tratado, no próximo tópico, como se dá o funcionamento do Programa “Minha Casa, Minha Vida” no país.

1.4 O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” se destina à criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos – bem como a produção ou reforma de habitações rurais – para as famílias que auferem mensalmente até R\$4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), compreendendo, como subprogramas, o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU – e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. (BRASIL, 2009).

No que tange ao financiamento destas ações, sua lei instituidora prescreve, em seu artigo 2º, que recursos federais destinados ao financiamento destas ações serão advindos de múltiplas fontes de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária da União.²² (BRASIL, 2009).

Referido Programa objetivou, inicialmente, a construção de um milhão de novas unidades habitacionais, visando “aumentar o acesso à casa própria”, como forma de reduzir o déficit habitacional, “aumentar o investimento na construção civil e a geração de emprego”. (CEF, 2009).

No entanto, para ser beneficiário do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, a Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009, determina que alguns requisitos sejam observados.

²² Prescreve o artigo 2º da Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009: Art. 2º: “Para a implementação do PMCMV, a União, observada a disponibilidade orçamentária e financeira: I - concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação de financiamento habitacional; II – participará do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), mediante integralização de cotas e transferirá recursos ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) de que tratam, respectivamente, a Lei n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e a Lei n.º 8.677, de 13 de julho de 1993; III - realizará oferta pública de recursos destinados à subvenção econômica ao beneficiário pessoa física de operações em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; IV - participará do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab; e V - concederá subvenção econômica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular. § 1º A aplicação das condições previstas no inciso III do caput dar-se-á sem prejuízo da possibilidade de atendimento aos Municípios com população entre 20.000 (vinte mil) e 50.000 (cinquenta mil) habitantes por outras formas admissíveis no âmbito do PMCMV, nos termos do regulamento. § 2º O regulamento previsto no § 1º deverá prever, entre outras condições, atendimento aos Municípios com população urbana igual ou superior a 70% (setenta por cento) de sua população total e taxa de crescimento populacional, entre os anos 2000 e 2010, superior à taxa verificada no respectivo Estado.”

Inicialmente o interessado na produção/aquisição do empreendimento habitacional deve comprovar que integra família que aufera renda mensal de até R\$4.650 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), sendo que a prioridade no atendimento é dada às famílias que residam em áreas insalubres ou de risco ou, ainda, que tenham sido desabrigadas. Além disso, referida lei, em seu artigo 3º, determina que haja prioridade de atendimento às famílias que tenham mulheres como responsáveis pela unidade familiar – foco do presente estudo –, bem como as famílias que tenham, dentre seus integrantes, pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009)²³.

Entretanto, para que haja a construção de moradias adequadas e bem localizadas pelo “Programa Minha, Casa Minha Vida”, “é essencial a participação ativa dos municípios mobilizando instrumentos em seus Planos Diretores que favoreçam a disponibilidade de bons terrenos para o programa”. (ROLNIK, 2010, p. 22).

Assim sendo, para que seja desempenhado um papel fundamental no programa, os municípios e respectivos órgãos das administrações direta ou indireta – companhias de habitação e outros –, precisam desenvolver algumas ações, dentre elas

planejar as ações no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida de modo que os empreendimentos sejam elaborados de acordo com as diretrizes de planejamento da cidade; identificar as regiões e zonas de intervenção prioritárias para implantação dos projetos, promovendo ações para facilitar o uso de terrenos bem localizados para sua implantação; identificar e apresentar a demanda; promover ações facilitadoras e redutoras dos custos de produção dos imóveis; providenciar as autorizações, alvarás, licenças e outras medidas necessárias à aprovação e viabilização dos projetos arquitetônicos, urbanísticos, complementares e de implantação de infraestrutura básica, incluindo a aprovação do licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes e nas situações que envolvam concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, água e saneamento; doar terrenos; os Estados e Municípios poderão, ainda, combinar subsídios com os que já estão disponíveis no programa de forma acumulativa para o beneficiário. (ROLNIK, 2010, p. 34).

Ademais, a lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, prescreve no §1º, de seu artigo 3º, que, em áreas urbanas, devem ser contemplados critérios de prioridade para atendimento. Dentre estes critérios, visualiza-se “a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa²⁴; “a implementação pelos Estados, pelo Distrito

²³ Conforme se infere do § 4º, do artigo 3º, da Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009, podem ser fixados pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal outros critérios de seleção de beneficiários do Programa, desde que previamente aprovados pelos conselhos locais de habitação (quando existentes) e desde que “se encontrem em conformidade com as respectivas políticas habitacionais e as regras estabelecidas pelo Poder Executivo federal”.

²⁴ Conforme destaca Rolnik, terão prioridade os municípios que efetuarem a doação de terrenos em área bem localizadas e que implementarem os instrumentos do Estatuto da Cidade. A doação de terrenos públicos, seja qual for o ente público proprietário, se caracteriza como “uma forma de aproveitar recursos disponíveis do PMCMV para o aproveitamento de terrenos ainda não utilizados para qualquer finalidade pública”. Nesse sentido, “a doação serve para ‘destravar’ os recursos federais destinados para a produção de moradias. Como o

Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social”; e “a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei n. 10.257 [Estatuto da Cidade], de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade”. (BRASIL, 2009).

Além disso, aderindo os Estados, os Municípios e o Distrito Federal ao Programa, estes se responsabilizam pela “execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados, na forma estabelecida em termo de adesão a ser definido em regulamento.” (BRASIL, 2009).

Para realizar a política, o Programa selecionou e classificou os beneficiários de acordo com a sua faixa de renda, que são definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações. (CEF, 2009). Assim, cabe ao Poder Executivo Federal definir quais são os parâmetros de priorização e enquadramento dos beneficiários do Programa “Minha Casa, Minha Vida” e definir a periodicidade “de atualização dos limites de renda familiar estabelecidos nesta Lei.” (BRASIL, 2009).

Desse modo, o Programa subdividiu e definiu o perfil das famílias participantes em dois grupos: o primeiro, compreendendo as famílias com renda de até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais) (foco deste estudo) – lembrando que anteriormente o critério era de até 3 salários mínimos –, que “serão beneficiadas com aumento substancial do subsídio para habitações de interesse social” e terão a aquisição do imóvel ainda na planta (CEF, 2009, p. 4); e o segundo, as famílias com renda mensal de 3 a 10. Entretanto, este último grupo foi subdividido em dois outros, quais sejam as famílias com renda mensal entre 3 e 6 salários mínimos, que terão aumento substancial do valor do subsídio nos financiamentos com recursos do FGTS, e as famílias com renda mensal de 6 a 10 salários mínimos, que contam com redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor da habitação. (CEF, 2009).

O Programa “Minha Casa, Minha Vida”, ao tratar das famílias que se encontram caracterizadas nessa faixa de renda, abrange especificamente as capitais brasileiras, bem como suas regiões metropolitanas, municípios que ultrapassem 100 mil habitantes e, em condições especiais, contempla também os municípios que tenham entre 50 e 100 mil habitantes, conforme seu déficit habitacional. (CEF, 2009).

PMCMV não prevê o uso de recursos para a compra de terrenos, mas apenas para construção ou reforma, a doação de terrenos por prefeituras ou órgãos estaduais potencializa o recurso federal de produção de casas”. Além disso “a doação que é feita por prefeitura ou órgão estadual deve ser autorizada legalmente. Ou seja, é necessária uma lei que permita ao órgão fazer a doação para o PMCMV. Mas é importante lembrar que o PMCMV opera com dois fundos: o FAR e o FDS. No caso do FAR, a doação deve ser feita diretamente ao Fundo. No caso do FDS, a doação deve ser feita para a entidade, que usará os recursos do FDS.” (ROLNIK, 2010, pp. 35-37).

Para essa faixa de renda familiar a modalidade de aquisição do imóvel se dá diretamente na planta, por meio do fundo do programa habitacional. Foi estimada, para esta modalidade, a construção de 400 mil unidades habitacionais, tendo sido, para tanto, destinados 15 bilhões de reais em subsídios com Recursos do Orçamento Geral da União – OGU, aportados ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR. (CEF, 2009).

É preciso destacar que a execução das obras do empreendimento com recursos do FAR “é realizada por construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados”. Ademais, esses imóveis são de exclusiva propriedade do FAR até que sejam completamente alienados. Por meio de assinatura de termo de adesão com a CEF, o Governo Estadual ou Municipal “passa a receber propostas de compra de terreno e produção ou requalificação de empreendimentos para análise”, sendo que, após a análise de toda a documentação, a CEF efetua a contratação da operação e passa a acompanhar a execução das obras pela construtora. Ao Poder Público, por sua vez, cabe realizar a indicação e a seleção dos beneficiários, para apresentação “à Caixa em até oito meses contados da contratação do empreendimento”. (CEF, 2009?)

Por fim, em se tratando de recursos do FAR, os participantes integrantes de toda a operação são a CEF – que atua como instituição financeira responsável –, o Ministério das Cidades – que estabelece diretrizes e fixa regras e condições, definindo a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação –, o Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão – que atua conjuntamente com o Ministério das Cidades, fixa a remuneração da CEF nas atividades exercidas dentro do Programa e é o responsável por rever os limites de renda familiar dos beneficiários –, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios e respectivos órgãos da administração direta e indireta que aderirem ao Programa e as Empresas do setor da Construção Civil.

Além da transferência de recursos ao FAR pela União, na faixa de renda até três salários mínimos, o funcionamento do Programa pode se dar, também, por meio do PMCMV Entidades. Essa modalidade – exclusiva das famílias com renda até 3 salários mínimos – é organizada por entidades sem fins lucrativos, como as cooperativas e associações. Os recursos são alocados no Fundo de Desenvolvimento Social – FDS – e se distribui regionalmente de acordo com o déficit habitacional, compreendendo a “aquisição de terreno e construção de unidade habitacional”, a “doação de terreno e construção de unidade habitacional”, a mera “construção de unidade habitacional”, a “aquisição de gleba bruta em condomínio e construção de unidade habitacional” e a “aquisição de prédio comercial ou residencial em condomínio para reforma e adaptação para unidade habitacional”. (ROLNIK, 2010, p. 30).

Para efetuar o cadastramento e o beneficiário poder efetuar a compra do imóvel, aquele deverá se dirigir ao órgão público municipal, a fim de que seja realizada a análise de seu “enquadramento por renda familiar”, mediante a análise de seus “documentos pessoais”; “comprovação de renda” – tanto formal quanto informal –, a verificação do Cadastro Único – CADÚNICO – e a verificação do Cadastro Nacional de Mutuário – CADMUT –, dispensando-se a análise de risco de crédito. No entanto, para que o participante seja um beneficiário, precisa se enquadrar na faixa de renda familiar do programa, “não ter sido beneficiado anteriormente em programas de habitação social do governo”, “não possuir casa própria ou financiamento em qualquer UF”, efetuar o “pagamento de 10% da renda durante 10 anos, com prestação mínima de R\$ 50,00, corrigida pela TR e registro do imóvel em nome da mulher”. Para tanto, não lhe é exigida entrada e pagamento durante toda a obra, nem a “cobrança de seguro por Morte e Invalidez Permanente – MIP – e Danos Físicos do Imóvel – DFI”. A assinatura do contrato ocorre no momento da entrega do empreendimento. (CEF, 2009, p. 9).

Aos Estados e aos municípios cabe a realização do cadastramento da demanda e, após a realização da triagem, a utilização das informações contidas no cadastro único para fazer a indicação das famílias para seleção. (CEF, 2009).

Destaque-se que as unidades habitacionais têm valor variável e é determinado por área do território nacional, sendo solicitada a apresentação de projetos. Tendo em vista esta última necessidade, às construtoras cabe apresentá-los às superintendências regionais da CEF, “podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente”. Assim, após a análise simplificada pela CEF, esta “contrata a operação, acompanha a execução da obra pela construtora, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, realiza a sua comercialização”. (CEF, 2009).

Priorizam-se os projetos, elaborados pelos Estados e Municípios, que ofereçam “maior contrapartida financeira”, aqueles que possuam “infraestrutura para o empreendimento”, que possuam “terreno”, e aqueles que apresentem “desoneração fiscal de ICMS, ITCD, ITBI e ISS”. Além disso, são priorizados, ainda, os projetos que tenham “menor valor de aquisição das unidades habitacionais”, levando-se em conta a “existência prévia de infraestrutura”, bem como é dada atenção a “regiões que recebam impacto de grandes empreendimentos de infraestrutura, tais como: usinas, hidrelétricas, portos etc” e “às áreas atingidas por catástrofes definidas pela defesa civil”. (CEF, 2009, p. 5).

Para a contratação de empreendimentos, a aquisição na planta deve conter as especificações e os custos; o pagamento do terreno deve ser à vista pelo empreendedor; os

recursos devem ser liberados mediante a execução das etapas da obra; a empresa deve se submeter à análise de risco aprovada pela CEF, com realização a menos de 12 meses; deve haver a possibilidade de ser antecipado o recurso equivalente à primeira parcela, mediante apresentação de garantias bancárias ou reais. Com o término da construção do empreendimento, há, então, a alienação das unidades habitacionais aos beneficiários finais, não havendo a cobrança de seguro ao término da obra, sendo exigida a contratação do seguro de risco de engenharia e a “desoneração do Regime Especial de Tributação – RET – pelo governo federal e dos impostos municipais e estaduais, a critério dos municípios e estados”. (CEF, 2009, p. 5).

Por fim, os empreendimentos destinados a essa faixa de renda especificam-se como casas térreas ou prédios, variando de acordo com características, especificações e custos pré-definidos.

Há uma padronização nessas especificações, existindo a “tipologia 1”, que se constitui em uma casa térrea de 35m², e a “tipologia 2”, que se constitui em apartamento de 42m². A primeira, caracteriza-se por ser formada por seis compartimentos – sendo sala, cozinha, banheiro, 2 dormitórios e área externa com tanque –, área externa de 35 m² e área interna de 32m². Os cômodos da cozinha e do banheiro são revestidos por piso, enquanto os demais cômodos são apenas cimentados. Os forros desses empreendimentos são de laje de concreto, madeira ou PVC, enquanto que a cobertura é feita com telha cerâmica, as janelas de ferro ou alumínio e as portas são de madeira. Em todos eles há a existência de instalações hidráulicas e elétricas, bem como aquecimento solar/térmico, com passeio de 0,50m no perímetro da construção. A segunda tipologia se caracteriza, também, por conter seis compartimentos – sendo sala, cozinha, banheiro, 2 dormitórios e área de serviço. Cada prédio é composto por quatro pavimentos, sendo 16 apartamentos por bloco, havendo a opção de construção de até 5 pavimentos com 20 apartamentos. A área da unidade é de 42m², sendo que 37m² é o que compõe a área interna. Os cômodos da cozinha e do banheiro são revestidos por piso, enquanto os demais cômodos são apenas cimentados. Os forros são de laje de concreto, a cobertura é feita de telha fibrocimento, enquanto as janelas são de ferro ou de alumínio e as portas de madeira. Também há instalações hidráulicas e elétricas, bem como aquecimento solar/térmico, com passeio de 0,50m no perímetro da construção. (CEF, 2009).

Com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, a partir de 2011 o Programa “Minha Casa, Minha Vida” deu início à sua segunda fase (2011-2014), tendo como meta a construção de 2 milhões de moradias. Nessa fase, os recursos destinados contabilizaram R\$ 125,7 bilhões, sendo R\$ 72,6 bilhões para subsídio e R\$ 53,1 bilhões para financiamento. A

Presidenta destacou que, nessa nova fase, haveria melhoria na qualidade das moradias, as quais passariam a conter pisos de cerâmica e cobertura de azulejos, com aquecimento térmico solar. (PONTAROLO, 2015).

No entanto, até abril de 2014, apenas 1,69 milhão de unidades foram entregues, apesar de terem sido contratadas 3,39 milhões de unidades, somando as duas etapas do Programa. (PONTAROLO, 2015).

Do total de unidades contratadas, na fase 1 do programa, apenas 1,005 milhão de unidades habitacionais foram contratadas, no período de 2009 e 2010. Na fase 2, que se iniciou a partir de 2011, o número de contratações atingiu, abril de 2014, 2,385 milhões de unidades. (PONTAROLO, 2015).

Observa-se por esses dados que o discurso social do Programa “Minha Casa, Minha Vida” nitidamente fica em segundo plano, tendo em vista que não estão sendo consideradas as melhorias que se fazem necessárias para que haja uma diminuição do déficit habitacional e que o término dos empreendimentos se dê nos prazos estabelecidos. (PONTAROLO, 2015).

Ainda que os números consolidem referido programa como o maior dos programas habitacionais já desenvolvidos no país, este programa se destaca pela lucratividade gerada no setor financeiro e imobiliário.

A partir do que foi exposto até o presente, traz-se a problemática de se pensar qual a real destinação da implantação desse programa. Nesse sentido, Arantes e Fix (2009, p. 1), destacam que quando o Governo Federal criou Programa MCMV teria como objetivo declarado dirigir “o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança”. Além desse objetivo, o Programa “Minha Casa, Minha Vida”,

tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional – ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção –, e também como uma política social em grande escala. O volume de subsídios que mobiliza, 34 bilhões de reais (o equivalente a três anos de Bolsa-Família), para atender a população de 0 a 10 salários mínimos de rendimento familiar, é, de fato, inédito na história do país – nem mesmo o antigo BNH dirigiu tantos recursos à baixa renda em uma única operação (ARANTES;FIX 2009, p.1).

De modo geral, o programa se mostraria duplamente atrativo: “estimularia a economia com uma medida anticíclica para um período de crise financeira mundial, gerando empregos e aquecendo a economia nacional”, bem como “enfrentaria uma questão social histórica da sociedade brasileira, que é a precariedade das moradias da população de baixa renda”. (PONTAROLO, 2015, p. 129).

Em relação à crise mundial, Cardoso e Aragão destacam o caso de Lehman Brothers, que, em setembro de 2008, requeria proteção à lei estadunidense de falências. Como consequência, seguiu-se uma queda nas Bolsas de Valores. Em contrapartida, dois dos maiores bancos de investimentos pessoais e de hipotecas dos Estados Unidos, *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, quebraram e foram estatizados, como forma de evitar um colapso geral no sistema de crédito mundial. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Os sintomas da crise foram atribuídos ao sistema de crédito habitacional e imobiliário dos EUA, especialmente em relação a títulos secundários, chamada hipoteca subprime, a maioria deles administrados pelos bancos *Fannie Mae* e *Freddie Mac*. Tais hipotecas eram securitizadas no mercado de capital, com expectativa fundada na especulação sobre o aumento do preço de imóveis hipotecados. A partir daí, foram registrados diversos prejuízos, sendo em torno de US\$500 as perdas do mercado financeiro. Desse modo, com a queda dos investimentos do banco Lehman Brothers, houve o congelamento global dos mercados de crédito. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Nesse mesmo contexto, houve a implantação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil. Do ponto de vista econômico, o programa contribuiu para que a construção civil encontrasse novos nichos de mercado e mantivesse o ritmo de expansão, de forma a evitar a que a crise afetasse o país. (PONTAROLO, 2015).

Nesse sentido, Dilma Rousseff, na época Ministra da Casa Civil, afirmou que o Brasil teria uma grande alavanca para fugir da crise ao transformar o povo brasileiro em consumidor, ao falar sobre o pacote de habitação que o governo pretendia lançar para financiar a construção de casas populares para a população de baixa renda. No seu discurso, a Ministra da Casa Civil colocou o programa como destinado ao combate do déficit de moradias incidentes no país. O então presidente Lula complementou que a implantação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” “seria de enorme relevância no combate à crise e na resolução do problema habitacional do país”. (PONTAROLO, 2015).

Desse modo,

no Brasil, o fluxo de capital que impulsiona esta expansão do desenvolvimento capitalista faz pulsar os circuitos da urbanização, que é um de seus principais motores. A urbanização, por sua vez, aciona os mercados da produção imobiliária, sobretudo um de seus mais importantes filões: a produção da habitação. Nesse contexto, o novo programa habitacional atua no sentido de ampliar as possibilidades para que o ambiente construído nas cidades brasileiras sirva, ao mesmo tempo, como um dreno para o investimento do excedente de capital e como um pacote de valores de uso que estimulam a produção e a acumulação (HARVEY *apud* PONTAROLO, 2015, p. 131)

No contexto da crise, o incentivo para consumir a “mercadoria habitação” foi também marcado pela necessidade de fomentar a indústria da construção civil no país, especialmente pela capacidade de criar postos temporários de trabalho. Em 2010, este “segmento da indústria cresceu bastante, acima do restante da economia brasileira, superando os números anteriores à crise. Cresceram também a oferta de emprego neste setor e a procura por terrenos edificáveis”. No entanto, o maior e mais espantoso crescimento foi no que se refere ao preço do metro quadrado dos imóveis nas cidades brasileiras. (PONTAROLO, 2015, p. 131).

A partir da discussão aqui tecida sobre o percurso da questão habitacional brasileira e o delineamento do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, necessita-se, nesse momento, analisar como as famílias se adaptaram a essa nova lógica do Estado e como isso impactou a na organização familiar, conforme se fará no próximo capítulo.

2 O ACESSO À MORADIA PELAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR

No primeiro capítulo foi perquirido acerca da questão habitacional no país e na cidade de Ponta Grossa até se chegar ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que trouxe como característica peculiar a prioridade no atendimento às famílias que tenham a mulher responsável pela unidade familiar. A identificação da mulher como responsável se dá justamente porque, em muitas situações, ela é a única adulta da família ou, ao menos, a principal responsável por seu sustento. Justifica-se o exame desta configuração familiar a fim de que se compreenda o fenômeno da precarização das condições de vida das mulheres e, ainda, a feminização da pobreza.

Como o foco do presente estudo se volta à compressão das demandas socioeconômicas das famílias monoparentais que tenham as mulheres como responsáveis pela unidade familiar no contexto de referido Programa, na cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná, faz-se necessário, no presente momento, analisar como o contexto histórico impactou nas mudanças dos padrões e modelos de organização familiar a fim de se entrelaçar essas discussões à relação entre mulheres e moradias no Brasil, bem como analisar como se dá o acesso à moradia por meio desse programa pelas famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar e suas expectativas em relação à rede de proteção de sua família.

Para que se entenda essas questões, é preciso, inicialmente, tecer alguns comentários sobre a pobreza e seu conceito, para, em seguida, discutir-se como aquela se relaciona às famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar.

No entanto, antes de se iniciar este estudo propriamente dito, faz-se necessário esclarecer que foi necessário fazer um recorte histórico, partindo-se do ano de 1950. A delimitação por esse período se justifica em virtude de, conforme visto no Capítulo 1 do presente trabalho, ter sido vivenciado o acelerado crescimento urbano, a alta da inflação, a recessão econômica e a crise na produção nesse período, levando ao agravamento da situação socioeconômica no Brasil. Nesse momento, como visto, houve descompasso na política habitacional brasileira e era reduzida a atuação do Estado na questão habitacional, passando os trabalhadores excluídos a construir suas casas na periferia das cidades, sem qualquer infraestrutura urbana.

Além disso, a delimitação desse período se deu, também, porque no ano de 1950 ocorreram as primeiras intervenções do poder público no estado do Paraná, com a criação da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná.

Ademais, na cidade de Ponta Grossa, a primeira fase de implantação de ações voltadas para a área habitacional, como área de atuação dos órgãos públicos, também só teve início na década de 1950. Justificada a razão para a delimitação por esse período, passa-se ao estudo, foco do presente capítulo.

A partir da década de 1950 a população brasileira é impactada diretamente pela industrialização, a urbanização crescente e pela migração. Este último fenômeno se mostrou mais acentuado especialmente na cidade de São Paulo, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, como decorrência da intensa urbanização e, principalmente, em razão da transformação do sistema econômico e social, no campo e na cidade, redefinindo as relações sociais em âmbito nacional. (SARTI, 2011).

As condições extremamente precárias das populações que saíam do campo em direção às cidades gerou muita preocupação e receio, levando a intervenções do setor público com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem social. Tal ordem foi instituída com a integração do proletariado e forjando a classe trabalhadora, o que deflagrou seu primeiro conflito “na disputa pela apropriação do espaço urbano, na luta pela moradia e pelo controle dos novos *lôcus* de produção”. (LAVINAS, 2002, p. 26). Assim, a questão da pobreza desponta com a urbanização e passa a ser “mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social”, estruturando “o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado” (LAVINAS, 2002, p. 26).

A partir dos anos 1970 os pobres passaram a ser vistos a partir de seu lugar na produção, sendo que qualquer atividade econômica era considerada como trabalho, sem que se distinguisse entre mercado formal e informal. A partir daí, os termos “pobre” e “trabalhador” passaram a ser tratados como similares, sendo que, mais adiante, a percepção de pobre foi identificada como “sujeitos políticos”. (SARTI, 2011, p. 18-19). Desse modo

a pobreza como problema social levou a uma reflexão crítica da sociedade e, nesta perspectiva, os pobres foram pensados como os agentes da transformação social, a partir da noção de classe. Identificados com “os trabalhadores”, os pobres passaram a constituir a “classe trabalhadora”, sendo, então, definidos fundamentalmente por sua forma de inserção na produção. (SARTI, 2011, p. 19).

No entanto, mais adiante, os termos deixaram de ser entendidos como similares, uma vez que o trabalho era fundamental para toda a população sobreviver. A pobreza passa a

refletir a urbanidade e exige soluções eficazes dos governos locais, sendo inscritas no território da cidade as marcas das contradições sociais que a “reconfiguram e a contextualizam a cada momento”. (LAVINAS, 2002, p. 26).

A partir do final da década de 1980, como efeito da recessão, visualizou-se a intensificação da pobreza em todos os polos da economia brasileira. Foi, então, por isso chamada a atenção para a importância da família como um lugar no qual os efeitos da pobreza são socializados e combinados. Essa consideração foi levada em conta discutindo-se a respeito dos limites de renda e referindo-se à sobrevivência material, que foi definida por meio de dados socioeconômicos, voltando-se o eixo de análise para os arranjos familiares. (SARTI, 2011, p. 22-23).

A pobreza pode ser conceituada como a falta de renda ou mesmo pouca renda. Lena Lavinas (2002, p. 29) identifica uma definição mais criteriosa para o termo, entendendo-o como “um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana”. Ser pobre é, portanto, ter “sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação das necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades”.

Ou, ainda, supracitada autora formula três observações acerca do que é ser pobre. A primeira deriva de que a pobreza consiste em uma construção social, pois é anunciada como categoria específica e que responde a critérios de identificação, possibilitando formas de analisar, medir e estimar a pobreza. A segunda observação da autora deriva do pressuposto de existir uma “reação da sociedade”, o que demonstra existir uma relação de interdependência entre aqueles caracterizados como pobres e os demais. Nesse sentido “os pobres não são aqueles que se encontram excluídos da sociedade ou à sua margem, mas os que, fazendo parte desse todo orgânico, são contemplados por medidas assistenciais”. Assim, dar “assistência ao pobre ou combater a pobreza aparece como um fator de equilíbrio e de coesão social, que atua em prol da comunidade como um todo”. Desse modo, ao invés de “se construir num fator contra o risco (seguro), a assistência é entendida como um mecanismo de proteção da sociedade em benefício próprio (redução do risco dos não pobres frente aos pobres)”. (LAVINAS, 2002, p. 33-34).

O terceiro aspecto levantado por Lena Lavinas se refere à mediação dessa relação entre combate à pobreza e o equilíbrio e coesão social por direitos e deveres. Isso significa que à sociedade cabe o dever de combate à pobreza e aos pobres cabe o direito de receber assistência. Entretanto, esse direito a receber assistência é limitado, uma vez que não visa à

promoção de igualdade de oportunidades, mas assegurar elos sociais, tendo em vista que uma ruptura estremeceria a estrutura social existente. (LAVINAS, 2002).

Desse modo, tendo sido feita essa abordagem inicial para a caracterização da pobreza, passa-se, a partir de agora, a fazer uma análise acerca das famílias pobres e, mais especificamente, das famílias monoparentais que têm a mulher como única responsável pela unidade familiar.

2.1 REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR E A POBREZA URBANA

Antes de se adentrar na relação existente entre a família e a pobreza e os impactos dessa relação na questão habitacional, é necessário, inicialmente, que se façam algumas considerações acerca da família.

Nesse ínterim é preciso destacar as transformações verificadas no seio familiar, especialmente no que tange à diversidade de sua formação, organização, renda, número de filhos, dentre outros aspectos, como forma de se dar destaque à pluralidade na organização dos grupos domésticos.

No que tange às modificações no ambiente familiar, em todo o mundo passaram por transformações tanto o conceito de família nuclear como a instituição do casamento interligada à família (SIMIONATO, 2003), sendo que a expressão mais marcante dessas transformações se deu ao final da década de 1960, quando se vivenciou um aumento no número de separações e divórcios e a redução da força da religião. Consequência disso foi a impossibilidade de se continuar mantendo casamentos com relações insatisfatórias, passando a igualdade a figurar como um pressuposto em muitas relações matrimoniais.

A partir da década de 1970 tem-se o questionamento acerca da crise ou morte da família, uma vez que sua estrutura hegemônica, a da família nuclear, começou a desaparecer. Os discursos acerca de referida “crise” estão relacionados a modelos estereotipados de famílias. Goldani destaca que

um primeiro modelo de referência seria o da família patriarcal. Historicamente estimulado pela sociedade brasileira e reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado, até recentemente, a idéia é de que haveria um modelo de família brasileira. Este modelo de família estaria associado à presença de parentes, a um sistema hierárquico e de valores no qual se destacariam a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole (GOLDANI, 1989, p. 69-70).

Paralelamente a essa visão, emerge um outro estereótipo,

o da família “classe média urbana”, usado como padrão pela mídia em novelas, propagandas, etc... Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa um lugar destacado. Neste modelo, o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros assumem maior relevância, dando origem a novos padrões de sociabilidade. Enfim, parece que é entre os estereótipos extremos, o de uma “família patriarcal”, associada com o antigo ou “tradicional”, e o de uma família “classe média urbana”, vista como o novo, o “moderno” - que encontraria apoio e eco a percepção pública negativa da chamada “crise da família”. (GOLDANI, 1989, p. 70).

Os papéis no ambiente familiar passaram por uma reestruturação e com as mudanças no ambiente econômico, social e político, as mulheres deixaram de se dedicar exclusivamente ao ambiente doméstico e ao cuidado dos filhos para ocupar, também, o espaço público.

A desvinculação da sexualidade com a maternidade se torna, à vista disso, uma opção e não um “destino”, em decorrência do surgimento da pílula anticoncepcional, bem como da separação entre sexualidade e reprodução. Em 1980, a gravidez se viu totalmente dissociada na necessidade de relação sexual entre homens e mulheres em razão das possibilidades de inseminação artificial e inseminação *in vitro*. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013).

Conforme Pereira e Schimanski (2013, p. 173),

em 1980, o avanço da medicina alavancou as possibilidades de inseminações artificiais e fertilizações *in vitro*, o que dissociou por completo a gravidez da relação sexual entre homens e mulheres. Em 1990, o exame de DNA permite a identificação da paternidade. Casamentos tardios, maternidade após os 30 anos, redução do número de filhos, aumento da contracepção em idade precoce, socialização dos filhos transferida também para serviços públicos e privados, aumento da união estável, aumento significativo das famílias monoparentais, aumento de famílias recompostas (separação/divórcios), aumento da população mais velha, aumento de pessoas que vivem só, união de homossexuais e acolhimento de agregados são outros fatores sócio-históricos que acabam por influenciar na constituição dessas novas configurações familiares e quebram a concepção tradicional de família.

E Simionato acrescenta que

a partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas 'produções independentes' tornam-se mais frequentes, e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos. (SIMIONATO, 2003 *apud* PEREIRA; SCHIMANSKI, 2003, p. 60).

A definição de família que origina o pensamento tradicional e idealizado é o da família vista como instituição social. Historicamente se buscou uma função para esta dentro da sociedade, seja pelo viés marxista, que defende a família como unidade de consumo e reprodução da força de trabalho, seja pelo viés dos fundamentalistas religiosos, que a

defendem enquanto exemplo e base da sociedade, seja pelo viés dos estudiosos fundamentalistas, que a defendem enquanto célula de transmissão de valores sociais e socialização. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013).

Ainda que se reconheça a existência de diversidade na formação familiar nos dias atuais, não deixaram de existir as normas e as regras estipuladas. Não sendo possível encontrar o “equilíbrio entre as normas ‘ideais’ e a flexibilidade e mudança”, Pereira e Schimanski (2013, p. 165) destacam a persistência em se construir um modelo hegemônico e tradicional de família e a reivindicação social desse modelo. As autoras ainda fazem o destaque para o discurso hegemônico do que é considerada uma família, a partir de um processo de normatização que cria um universo simbólico. Nesse sentido, por um lado, os “discursos em torno da família ideal vêm sendo construídos historicamente, na medida em que determinados contextos definem sua função social”. Lado outro, “quando se trata de novas configurações identifica-se que os discursos podem ser reconstruídos, os quais vão alimentando novas formas de se pensar a família”. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p. 165).

As mudanças na constituição familiar impactaram até mesmo a legislação brasileira. O modelo convencional de formação da família, ou seja, homem e mulher unidos pelo vínculo matrimonial e cercados de filhos, reflete as codificações que vigoraram antes do texto Constitucional de 1988, sendo que somente a família construída por meio do casamento merecia reconhecimento e proteção, uma vez que os demais vínculos familiares eram considerados como inexistentes. (DIAS, 2007).

A Constituição de 1988, porém, modificou esta compreensão, pois trouxe em sua redação a reestruturação das famílias, tendo sido deixadas as uniões pautadas no matrimônio de serem reconhecidas como a única base de constituição familiar da sociedade, possibilitando, desse modo, o pluralismo das entidades familiares.

Daí se percebe que, apesar das mudanças, a família contemporânea não deixa de ser considerada uma instituição, tendo em vista que os valores da proteção, do cuidado, do amor, apoio na velhice, intimidades, dentre outros, ainda estão muito presentes e se remetem aos deveres familiares.

Em razão de a família sempre ter sido considerada um dos principais eixos da sociedade, tendo em vista que desempenha papel central na economia nacional e funciona como fonte de produção doméstica, criando economias de escala para aqueles que vivem juntos, conceitua-se família, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como “a base fundamental da redistribuição de recursos entre os indivíduos e uma fonte de solidariedade para seus membros”. Nessa acepção, “a família é ainda considerada a

primeira fonte de proteção e seguro contra as dificuldades, oferecendo identidade, permitindo a construção de relações de amor, carinho e desenvolvimento para seus membros”, sendo a responsável “por formar o núcleo de muitas redes sociais essenciais para a sobrevivência”. Além disso, atualmente, “a família está no centro do debate político, enquanto público-alvo de políticas públicas, especialmente nos programas de transferência de renda, que objetivam o combate à pobreza e a erradicação da miséria”. (IBGE, 2010, p. 63).

Nesse sentido, independentemente da forma de constituição familiar existente, a família é fundamental para que se mantenha a ordem e a reprodução social, bem como a estrutura do espaço social e das relações sociais, sendo a família compreendida como o principal sujeito das estratégias de reprodução. (BORDIEU, 1930).

Assim, “as novas configurações familiares se colocam em adaptação aos discursos hegemônicos e podem vir a ser uma forma de superar a instituição tradicional”. Em contrapartida, “podem refletir valores morais pré-estabelecidos, aceitando o argumento de que se consolidam enquanto famílias desestruturadas por estarem fora do modelo ideal”. Portanto, “a fim de que se rompa com os sobreditos processos hegemônicos, é preciso que a concepção de família seja alterada por meio de processos concretos e simbólicos no que se considera família atualmente”. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p. 166).

Tendo em vista que as famílias não respondem somente às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram, é bastante difícil para os estudiosos interpretarem as mudanças nas estruturas familiares no tempo. Desse modo, a visão dicotômica entre o tradicional e o moderno já não satisfaz, em razão de que essa concepção obscurece a realidade da maioria das famílias brasileiras que pertencem às chamadas camadas populares. (GOLDANI, 1989).

A literatura sugere que para a maioria das famílias brasileiras – a das camadas populares – são suas precárias condições de vida que maiormente responderiam por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna. (GOLDANI, 1989). Por essa razão, na perspectiva das famílias mais pobres, especialmente nas periferias urbanas, “iriam se formando, expandindo e contraindo dentro de um quadro de precariedade de condições de vida que definiriam suas opções”. (GOLDANI, 1989).

Ademais, tem-se a questão da sociabilidade, caracterizada por ser uma dimensão central para compreender as condições de pobreza urbana. (MARQUES, 2012). Eduardo Marques (2012) destaca que, apesar da importância atribuída às condições econômicas, do mercado de trabalho e aos comportamentos e estratégias individuais, os elementos sociais e os processos sociais de nível intermediário, associados a padrões relacionais e espaciais nos

quais as pessoas se encontram inseridas, são fatores relevantes para a compreensão da pobreza.

Essas famílias desenvolvem-se num atuar e retribuir contínuos e ligam-se por vínculos obrigacionais. Além disso, as obrigações existentes no ambiente familiar permitem o desenvolvimento de relações de afeto, o que demonstra com quem se pode ou não contar. A relação existente vai, então, além dos laços sanguíneos e, especialmente, sobrepõe-se aos laços tradicionais que se referem à família ideal. Assim, a família não pode ser entendida enquanto instituição, mas como uma forma de relação, em que se tem como base fundamental as obrigações morais. (PEREIRA, SCHIMANSKI, 2013).

De outro viés, ao se analisar o casamento das famílias pobres, destaca-se que o matrimônio significa um projeto inicial de constituição familiar, uma vez que o casamento é entendido como uma forma de melhorar de vida e que existe uma complementação entre homem e mulher. Por esse ângulo, para a mulher, casar é sinônimo de ter alguma coisa na vida, enquanto para o homem é uma forma de construção do “homem de família” e uma forma de parar de “aproveitar” a vida. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013).

Sierra (2011) destaca que, ao se tratar de uma sociedade do trabalho, tem-se, de um lado, que a família é mais autônoma; porém, lado outro, nota-se que essa mesma família é mais dependente dos serviços de saúde, educação, assistência, acesso a transportes, a bancos, a supermercados, dentre outros. Essas características demonstram uma outra dinâmica social da família, posto que esta se desenvolve de forma diferenciada no que tange à individualização da instituição.

Dessa forma, no que se refere aos pobres, a importância da família se reflete, sobretudo, nas funções privadas que esta exerce, uma vez que as instituições públicas não são capazes de substituí-las. Nesse sentido, Sarti (2011, p. 32) destaca que as relações entre os pobres se fundam “num código de lealdades e de obrigações mútuas e recíprocas próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida também na cidade, fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito um valor para os pobres”. Nessa lógica, a família para os pobres representa a forma de viabilizar seu modo de vida, ou seja, não representa tão somente a afetividade, mas é o próprio substrato que designa sua identidade social.

Tendo-se efetuado a explanação acerca do significado da família para os pobres, necessário se faz discorrer sobre a realidade das mulheres responsáveis pela unidade familiar que as coloca em situação de pobreza e vulnerabilidade social, como se passa a expor.

2.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Apesar do grande avanço em relação às mulheres, sabe-se que estas ainda não atingiram totais condições de emancipação. Isso se explica em razão de as mulheres ainda não terem se consolidado como um grupo homogêneo, posto que ainda existe diversidade em relação à classe, à raça, gerações e idades. Além disso, a realidade das mulheres pobres é bastante diferente das que possuem melhores condições financeiras: enquanto essas são colocadas na condição de emancipadoras, por possuírem capacidade de conquistar grandes postos de trabalho, boa remuneração e elevado status social, aquelas trabalham por sobrevivência, pois têm um baixo nível educacional e qualificacional, além de estarem inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho e salários. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013).

Além disso, as mulheres provenientes das camadas médias e altas têm maior nível de instrução bem como maior qualificação para enfrentar as novas exigências do mercado. Estas se colocam em bons postos de trabalhos, têm melhores salários, e o “ingresso se dá muito mais por uma questão de independência, autonomia ou poder de consumo, do que por questões de pobreza e sobrevivência”. (RENY, 2002, p. 2).

As diferenças sociais, econômicas e culturais existentes entre mulheres interferem de formas diferenciadas nas construções familiares. A mulher em condições de pobreza reflete uma dimensão global da diferença entre ricos e pobres em uma sociedade em que se percebe um grande contingente de pobreza. Ainda que tenha havido o crescimento de famílias sob responsabilidade das mulheres, isso não significa que houve uma emancipação da mulher. Nesse sentido, é de relevante importância que se destaque que o termo ‘chefia’ deve ser analisado em aspectos diversificados. Chefia engloba diferentes realidades: ausência da figura masculina, autonomia da figura feminina e, também, manutenção financeira da família. (MENDES, 2002).

Ainda que se visualize a entrada da mulher no mercado de trabalho, as mulheres são as mais atingidas pela pobreza, uma vez que estão mais expostas ao desemprego que os homens e buscam por emprego por mais tempo. Ademais, são elas quem ocupam os status mais baixos, com menores oportunidades de ascensão ocupacional e rendimentos relativamente mais baixos que o masculino.

A identificação da mulher como única responsável pela unidade familiar se justifica em razão de ela ser a única pessoa adulta ou a principal responsável pelo sustento de sua família.

Ao se estudar esse tipo de família, leva-se em conta o fenômeno da precarização da vida das mulheres de baixa renda e, ainda, o fenômeno da feminização da pobreza. Isso se dá porque, conforme o IPEA (2010), muitas vezes não é “vantagem” o fato de que as mulheres sejam consideradas responsáveis por suas famílias, justamente porque a ausência do cônjuge, especialmente nos casos que têm crianças menores que precisam de sustento, faz com que a renda feminina seja muitas vezes insuficiente, colocando essas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Conforme o IPEA (2010, p. 22)

de acordo com dados da Síntese de indicadores sociais, do IBGE, entre as famílias formadas por mulheres sem cônjuge com todos os filhos menores de 16 anos, 46,6% tinham renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em 2009. Na região Nordeste, a proporção chega a 62,5%.

[...] enquanto a renda média do trabalho principal das mulheres chefes de famílias com cônjuge e com filhos era de R\$ 958,21 em 2009, a das mulheres sem cônjuge com filhos não passou de R\$ 763,68. Comparando-a à de homens sem cônjuge com filhos, tem-se que as mulheres que viviam sozinhas com sua prole ganhavam somente 66% do que ganhavam os homens na mesma situação.

Outra medida de precarização é a jornada total de trabalho [...]. Diferentemente do que se poderia imaginar, as mães sozinhas com filhos não apresentam os maiores números. Como visto anteriormente, em 2009, elas gastavam, em média, 25,9 horas com afazeres domésticos e 36,8 horas no trabalho remunerado. No caso das mulheres responsáveis por casais com filhos, esses tempos eram de 30,3 e 36,5 horas, respectivamente e, no caso das mulheres na posição de cônjuge com filhos, eram de 31,7 e 34 horas. Os homens morando com seus filhos e sem cônjuge gastavam mais tempo por semana com afazeres domésticos que os homens com cônjuge, como esperado. Em qualquer das posições, no entanto, despendiam menos tempo que as mulheres.

Os níveis inferiores de renda se relacionam às desigualdades que caracterizam a vida das mulheres e se expressam nas discriminações sofridas no mercado de trabalho, como é o caso, por exemplo, de segregação ocupacional, rendimentos inferiores, maior risco de desemprego, dentre outros.

Quando o trabalho das mulheres se torna a única fonte de sustento para a família, tem-se uma interferência na estruturação da família e geram novas formas de estruturação familiar, como é o caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres que tem aumentado consideravelmente, podendo acarretar graves problemas.

As famílias com responsável do sexo feminino, inclusive daquelas que contavam com a presença de cônjuge, tiveram um expressivo crescimento nos últimos anos. Isso pode ser justificado em virtude de ter havido uma mudança de valores culturais relativos ao papel da mulher na sociedade brasileira. “O ingresso maciço no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade em nível superior combinados com a redução da fecundidade são fatores que

podem explicar este reconhecimento da mulher como responsável pela família”. (IBGE, 2012).

É muito comum a existência, dentre as famílias mais pobres, de famílias refeitas que, mesmo após o rompimento conjugal, continuam preservando determinados papéis parentais, especialmente no tocante à relação mãe-filho, permitindo que a família se refaça: seja pela monoparentalidade ou pela incorporação de outro cônjuge. (ALMEIDA NETTO, 1999).

Ao ter sido alargado o conceito de família pela Constituição da República brasileira e por ter sido admitido o pluralismo familiar, foi elencada como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, conforme se infere do §4º, do art. 226 de referido texto constitucional, formando o que hoje se conhece por famílias monoparentais.

Para Maria Helena Diniz (2002), a família monoparental apresenta-se dissociada de um casal associado a seus filhos, uma vez que estes vivem apenas com um dos seus genitores por diversas situações, como a viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, dentre outras formas. Eduardo de Oliveira Leite (2003) entende que uma família é considerada como monoparental quando a pessoa, seja ela homem ou mulher, encontra-se sem cônjuge, ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças.

Atualmente o fenômeno das famílias monoparentais femininas é crescente e se reflete, de forma bastante acentuada, na proporção de famílias brasileiras que têm a mulher como única ou principal responsável pela unidade familiar.

Assim, estando as mulheres na condição de únicas/principais provedoras, podem estas serem levadas à situação de empobrecimento e exclusão social (GALLEAZZI, 2013), sendo comum que arranjos familiares em situação de vulnerabilidade sejam aqueles chefiados por mulheres sozinhas.

Assim, ao se considerar as relações sociais de gênero

a mulher dentro do contexto da família é a que mais tem sofrido as consequências da pobreza e da segregação social. As mulheres vêm ao longo da história, interpretando papéis de submissão, inferioridade ao homem, onde o homem exerce poder sobre a mulher, obtendo resultados que perduram anos e até séculos enraizados na cultura em torno do ser mulher. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p. 175).

Por meio desta compreensão acerca de gênero, é possível que se compreenda como se dá o empobrecimento da mulher quando se torna responsável pela chefia familiar, tendo em vista que a ela cabe a manutenção dos componentes familiares, especialmente na ausência de um companheiro. O aumento no número de famílias chefiadas exclusivamente por mulheres gera o fenômeno da feminização da pobreza, justamente porque é comum que se relacione

esse tipo de chefia ao fato de que “as mulheres possuem renda inferior à dos homens e, no caso da chefe mulher, é mais comum a ausência de um cônjuge – o que limita ainda mais as fontes de renda da família”. Além disso, “a maior parte das famílias chefiadas por mulheres é de mães com seus filhos; o que representa mais uma sobrecarga – no sentido de necessidade de recursos e de tempo – num cenário de, supostamente, mais escassez”. (IPEA, 2010, p. 4).

Assim,

[...] a relação entre chefia feminina e pobreza evidencia a situação generalizada da mulher ocupando os piores postos de trabalho, obtendo a menor remuneração e a sua vinculação a atividades informais, portanto mais sujeita às oscilações do mercado de trabalho do setor informal. Ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, é a mulher quem assume as funções domésticas e o cuidado com os filhos, além da pressuposta subordinação ao namorado ou companheiro. Nesse sentido, é importante compreender as representações que estão inseridas nas relações familiares, na violência doméstica e suas vertentes, inclusive a psicológica, e o impacto que isso provoca nesses sujeitos que são, concomitantemente, mulheres trabalhadoras e chefes de família. (PINTO *et al.*, 2011, p. 170).

Desse modo, tem-se que toda a sociedade é atingida por mudanças estruturais na configuração familiar. É importante que se destaque que, ao se tratar do debate sobre a família e suas novas configurações, está-se perpassando pelas questões relacionadas ao gênero. Este, ao ser utilizado como categoria de análise, implica que haja o conhecimento mais profundo das diferenças sexuais, bem como leva à compreensão de como “são constituídas as relações entre homens e mulheres e, conseqüentemente, como culturalmente se constroem essas relações também dentro do universo familiar”. (PEREIRA, 2014, p. 52).

Deve haver cautela no olhar que se volta à família e suas novas configurações. Isso deve ser levado em conta justamente para evitar que se reproduzam valores que foram construídos de forma histórica e que foram embutidos no pensamento humano enquanto integrante do sistema de gênero. Para Louro (1997), a família enquanto instituição constitui-se por gêneros e é constituinte de gênero. Nesse sentido,

o discurso baseado no determinismo biológico coloca as diferenças sexuais entre homens e mulheres em função de atributos sexuais e contribui para a naturalização das desigualdades de gênero. Entender o processo histórico como naturalizado e imutável dificulta o entendimento de novas possibilidades de construir relações diversas e novos tipos de famílias [...]. Nota-se que a sociedade se apresenta sobre um pensamento dicotômico e polarizado em relação aos gêneros, em se concebe homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para a análise de gênero se tornar mais crítica, há a necessidade de superar o olhar binário para as relações entre seres humanos e rejeitar o caráter fixo da oposição binária. (PEREIRA, 2014, p. 52-53).

“O sistema binário masculino-feminino é o pilar central na família e define funções para todos os membros da família considerando o sexo a que pertence”. Enquanto o pai se

volta geralmente ao emprego e manutenção da ordem, a responsabilidade da mãe se volta ao cuidado com a casa e com os filhos. (PEREIRA, 2014, p. 53).

A questão do sistema binário coloca o masculino em oposição ao feminino, estendendo-se até mesmo para as definições do que é ser homem e o que é ser mulher tanto na família como na sociedade, dificultando o estabelecimento de relações sociais.

Conforme Pereira (2015, p. 54), valendo-se do conceito de *habitus* adotado por Bourdieu,

existe uma incorporação inconsciente das práticas de gênero que envolvem as instituições e o mundo social. A incorporação das estruturas de uma ordem simbólica à qual estamos inseridos permite a reprodução pelo *habitus* das relações de exploração e dominação que determinam a hierarquia de gênero. Por conta do *habitus*, a ordem simbólica se reproduz ao mesmo tempo em que constrói os corpos socialmente diferenciados, com base em um processo de predominância do masculino sobre o feminino²⁵.

Desse modo, tem-se que “a instituição familiar pode ser entendida como a representação mais fiel da divisão binária e principal reprodutora da dominação e visão masculina, pautada nas normas de masculinidade”. Além do mais, “família é uma instituição social objetiva e subjetiva, que reproduz a superioridade do homem e a submissão da mulher na estrutura do espaço social e nas relações internas”. (PEREIRA, 2014, p. 54).

Quando se realiza um recorte de classe, percebe-se que “as mulheres de baixa renda são as mais atingidas pelas transformações sociais e possuem maiores dificuldades de superar determinados limites”. No entanto, ao se tratar de “organização familiar, as mulheres, independente da classe social, foram mais sujeitas às mudanças em relação à família, trazendo como consequência alterações em relação ao homem e os papéis de masculinidade”. Giddens (1993) remete às mulheres o protagonismo das mudanças sociais e materiais que permitiram construções de relações amorosas e afetivas mais democráticas, em função da luta pela igualdade social entre homens e mulheres. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p. 176).

Ao longo da história se constatou que as mulheres vêm recebendo um papel de submissão ao homem, obtendo resultados que perduram muito tempo na cultura em torno do ser mulher. (STEARNS, 2007). É a partir desse entendimento sobre gênero que é possível compreender como se dá o empobrecimento das mulheres, especialmente quando estas se tornam as principais ou únicas provedoras da família.

²⁵ No presente trabalho, o conceito de *habitus* deve ser entendido levando-se em conta as construções das masculinidades e feminilidades nos ambiente familiar. Ambos os conceitos resultam do trabalho de socialização realizado por instituições reprodutoras das estruturas de distribuição do capital cultura, como a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação. O papel desempenhado pela família é fundamental, tendo em vista que é o local em que é imposta a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e a representação legítima dessa divisão.

Geralmente é à mulher a quem cabe a manutenção da casa e dos componentes familiares (como filhos/filhas, idosos/idosas, doentes, crianças e incapazes em geral e, inclusive, dos agregados, dentre os quais se incluem comadres, parente distante, entre outros), especialmente quando o companheiro vai embora, levando a família à condição de pobreza e exclusão social. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013).

O IPEA publicou em 2010 a edição n. 65 dos “Comunicados do IPEA”, na qual foram feitas as primeiras análises dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD/IBGE). Nesse estudo, o IPEA faz o destaque para o crescimento das chamadas famílias “chefiadas” por mulheres e chama a atenção para a nomenclatura utilizada, ou seja, destaca que a denominação utilizada pelo IBGE corresponde a “pessoa de referência”, ou seja, “à pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros”. No entanto, faz a ressalva de que a expressão chefe de família continua a ser utilizada em virtude da simplicidade textual e por tradição, porém já não é mais utilizada pelo IBGE desde 1995, tendo em vista o “reconhecimento de que os arranjos familiares vêm se transformando e a que, mesmo legalmente, deixa de existir a figura do “cabeça de família”, o que representa grande avanço em nossa legislação.” (IPEA, 2009, p. 3).

Entre os anos de 2001 e 2009, o PNAD demonstra que nesse período subiu de 27% para 35% o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, o que, em termos absolutos, representa 21.933.180 famílias chefiadas por mulheres até 2009. (IPEA, 2009). O Censo de 2010, por sua vez, ao fazer o comparativo com o Censo de 2000, demonstra que em dez anos, a percentagem de mulheres passou de 22,2% para 37,3% no ano de 2010. Contudo, é preciso que se observe que esses números não se referem tão somente às famílias monoparentais (solteiras, separadas ou viúvas) chefiadas por mulheres, englobando também os domicílios ocupados por duas ou mais pessoas com parentesco, unidades unipessoais, e famílias de mulheres casadas chefiando a família mesmo na presença de um marido ou companheiro, tendo filhos ou não. Nesse sentido

dos cerca de 57 milhões de domicílios recenseados em 2010, quase 50 milhões (87,2%) eram ocupados por duas ou mais pessoas com parentesco, totalizando 54,3 milhões de famílias; 6,9 milhões (12,1%) eram unidades unipessoais, ou seja, pessoas que viviam sozinhas, e perto de 400 mil unidades (0,7%) não contavam com pessoas aparentadas entre si. Esse padrão de distribuição variava pouco em função da situação de domicílio, sendo a proporção de unidades domésticas unipessoais rurais ligeiramente inferior à urbana (10,3% contra 12,4%). (IBGE, 2012). Nesses dez anos, houve um aumento de famílias tendo a mulher como responsável (de 22,2% para 37,3%), inclusive em presença de cônjuge (de 19,5% para 46,4%), contra o decréscimo de 77,8% para 62,7% no caso de homem responsável. Também houve queda no percentual de homens responsáveis em domicílios com presença de cônjuge, de 95,3% para 92,2%. Os motivos podem ser creditados a uma mudança de

valores relativos ao papel da mulher na sociedade e a fatores como o ingresso maciço no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior, combinados com a redução da fecundidade. (IBGE, 2012).

Ainda segundo o IBGE “aumentou em 1 ponto percentual a ocorrência de famílias monoparentais femininas (com ou sem parentes), de 15,3% para 16,2%, enquanto as masculinas (com ou sem parentes) se mantiveram nos mesmos patamares, 1,9% para 2,4%”.(IBGE, 2010).

O IBGE (2010) destaca que nas famílias monoparentais com filhos há um elevado percentual de responsáveis que são viúvos, tendo as mulheres a maior representatividade, o que se dá em razão da esperança de vida mais favorável ao sexo feminino.

O IPEA frisa que o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres se associa a diferentes fatores e provoca, inclusive, transformações sociodemográficas no país, como é o caso da maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens, a redução do tamanho das famílias, envelhecimento populacional, dentre outras. Isso se reflete também nas mudanças dos padrões culturais e na inserção da mulher, uma vez que a chefia feminina passa a ter múltiplos significados, como é o caso da “situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos”; da mulher “casada coabitando com companheiro e filhos”; e da mulher “que se encontra nessas condições e ainda está vivendo com parentes e outros agregados.” (IPEA, 2010, p. 7).

Para o reconhecimento da pessoa chefe de família enquanto tal, são levados em conta dois fatores: quem assume a responsabilidade com os cuidados da casa e dos filhos ou quem responde de forma mais intensa pela manutenção econômica do lar. Assim, no caso de famílias que têm os homens como chefe de família, predomina o tipo de arranjo familiar casal com filhos, enquanto no caso das famílias chefiadas por mulheres, destacam-se, conforme o IPEA, as mulheres sem cônjuge e com filhos (17,3% do total das famílias brasileiras e 49,3% do total de famílias chefiadas por mulheres em 2009). (IPEA, 2010).

Historicamente, a esfera privada foi definida como o espaço feminino, tendo em vista que o lugar das mulheres na sociedade foi assentado na reprodução biológica, dando-se ênfase à maternidade e aos afazeres domésticos, conforme se viu acima. No entanto, ainda que essa seja uma visão do passado, essas heranças têm um grande peso nas atuais configurações familiares, ainda que tenha sido reduzido o papel do homem tanto na atividade econômica como na responsabilidade pela família.

Conforme o IPEA

os dados do PNAD sugerem que a mudança na inserção social feminina, ao longo das últimas décadas, não transformou as convenções relacionadas aos atributos e, consequentemente, às responsabilidades masculinas. No Brasil, isso é agravado pelas enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, já que nas famílias com rendas mais baixas e filhos mais jovens, há uma participação ainda mais intensa das mulheres nos afazeres domésticos. (IPEA, 2010, p. 18).

A maior responsabilidade assumida pelas mulheres chefes, especialmente das mulheres pobres, revela as desigualdades quando se compatibiliza a vida laboral com a doméstica, tendo em vista que a posição que a mulher ocupa na sociedade também é determinada por sua posição na família. O desempenho de atividades domésticas afetam diretamente a inserção da mulher no mercado de trabalho e nos demais espaços públicos. (IPEA, 2010). Nesse sentido, o IPEA destaca que

a responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos apresenta-se como um elemento fortemente enraizado em nossa cultura e de difícil transformação. Algumas pequenas mudanças, entretanto, vêm ocorrendo. Nos últimos anos, o tempo dedicado aos afazeres domésticos tem sido decrescente em todos os tipos de família, o que pode estar associado à ampliação do acesso aos bens de consumo que favorecem a organização doméstica. (IPEA, 2010, p. 20-21).

Conforme o Censo Demográfico de 2010, tem-se que a unidade doméstica é a denominação dada ao “conjunto de pessoas que vive (*sic*) em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência”. Ademais, “sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal”. (IBGE, 2010).

O censo Demográfico de 2010 destaca ainda a existência de famílias conviventes, das quais 53,5% são formadas por famílias monoparentais femininas. Esse tipo de arranjo familiar é formado por parentes da família principal, correspondendo a 98,6%. Quando se examina o parentesco dos núcleos secundários, há presença de filhos do responsável ou do cônjuge da família em 78% dos casos, que podem ser considerados até mesmo membros das famílias principais. Além disso, as famílias monoparentais femininas, nesse caso, são, conforme o IBGE, provavelmente “compostas por filhas dos responsáveis e/ou dos cônjuges, que tiveram seus filhos sem contrair matrimônio ou retornaram à casa dos pais por motivo de separação ou divórcio”. (IBGE, 2010).

Em virtude da maior responsabilidade assumida pelas mulheres chefes de família, especialmente as que se encontram em situação de pobreza, estas precisam compatibilizar a vida laboral com a vida doméstica. Por essa razão, faz-se necessário, neste momento, analisar

como as atividades domésticas afetam a vida dessas mulheres e como se dá a formação do que se chama de redes de proteção social.

2.3 FORMAÇÃO DAS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Assim como ocorre o deslocamento dos papéis desempenhados pelas figuras masculinas, os papéis desempenhados pelas mulheres acabam sendo transferidos para outras mulheres, de fora ou mesmo dentro da unidade doméstica. Com isso se quer dizer que, ao se desfazer a relação conjugal ou com a inexistência desse vínculo, o exercício do papel conjugal é passado para uma rede mais ampla para fora do núcleo conjugal. É o que se chama de redes sociais, conforme se explicará adiante.

As transformações do mundo do trabalho e das relações familiares colocam a mulher em um processo de enfrentamento das demandas inerentes à constituição e manutenção de sua família e ao mesmo tempo do próprio mercado de trabalho, que exige qualificação profissional. A mulher em condição de pobreza, particularmente aquela que assume a chefia do núcleo familiar, enfrenta dificuldades que se somam a estas demandas, tais como: desigualdade de gênero, condições de trabalho precárias, renda insuficiente, ausência de políticas públicas e de uma rede de proteção para os membros de sua família (crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência). Moram em locais de risco ou em empreendimentos distantes da malha urbana e nestes espaços convivem com a segregação socioespacial e exclusão social. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

A importância desses fatores se encontra especialmente em relação de proteção desempenhado pelas redes e pela segregação no espaço existente entre os indivíduos e as oportunidades. (MARQUES, 2012). É importante que se visualize a relevância da gama de sociabilidade desenvolvida pelas pessoas pobres em suas vidas cotidianas, não bastando as análises que façam referência apenas às relações econômicas ou às questões ligadas aos círculos mais íntimos e familiares. Aliás, a concentração espacial da pobreza traz impactos bastante negativos nas condições de vida, o que dificulta a mobilidade social, além de causar a redução do sentimento de pertencer dos indivíduos a coletividades. Estes fatores estão relacionados a alguns aspectos, como: dificuldade de acesso a bens e serviços, por não encontrarem-se universalizados; redução de acesso a oportunidades de emprego e renda mais adequada, bem como a espaços de cultura e lazer. (MARQUES, 2012).

Desse modo, ao se falar em redes sociais, estas estão sendo consideradas como forma das relações sociais. Essas redes possuem características e elementos distintivos que permitem que sejam divididas em redes primárias e redes secundárias. No que tange à primeira categoria, esta se constitui por laços de família, parentesco, amizade, vizinhança, trabalho, formando uma trama de relações e conferem a cada indivíduo identidade e sentimento de pertencer. (SANICOLA, 2008).

No que se refere à segunda categoria, qual seja a rede secundária, esta subdivide-se em: formais, constituindo-se pelos laços estabelecidos entre as instituições, organizações do mercado e organizações do terceiro setor, e as informais, que se caracterizam pela formação de laços entre as pessoas visando atender a uma necessidade imediata. (SANICOLA, 2008).

Além disso, as redes sociais, sejam elas primárias ou secundárias, caracterizam-se por três dimensões: estrutura, funções e dinâmica. No que se refere à estrutura, esta se forma pelo conjunto de laços perceptíveis estabelecidos entre pessoas e redes, os quais, ao serem acionados, geram conexões que dão forma às redes. Já em relação às funções, estas podem resumir-se em apoio e contenção, uma vez que são múltiplas as desempenhadas pelas redes, sendo possíveis apenas em razão das propriedades que lhe são conferidas pela dimensão da estrutura. Por fim, a dinâmica das redes constitui-se pelos movimentos que permitem a circulação de informações, a veiculação de forças internas, a confluência dessas forças nos pontos de maior carga e sua redistribuição. (SANICOLA, 2008).

No estudo em questão, deve-se considerar especialmente a rede que envolve as políticas setoriais, onde imperam as demandas sociais e a gestão das políticas públicas. Nesse ínterim, é preciso que se observe que as redes secundárias formais são constituídas pelas instituições estatais que se destinam a formar o sistema de bem-estar social da população, que envolve serviços sociais, de saúde e de educação, dentre outros. Tal constituição se baseia no princípio da igualdade e se caracterizam pelas trocas baseadas no direito, especialmente o de cidadania, utilizando a redistribuição como método, e a lei como meio. (SANICOLA, 2008).

Dessa forma, as redes secundárias formais são financiadas pelo sistema de cotização, prestando serviços ou concedendo auxílios, sendo que a relação social se caracteriza pela possibilidade de exigência por seus usuários. (SANICOLA, 2008).

Trata-se de um conjunto de instrumentos, instituições públicas que objetivam garantir segurança ao cidadão em situações de privações de ordem social, econômica, possibilitando segurança social, que, portanto, precisam de ações de caráter político e investimento público. De outro lado, exige também articulação com os segmentos organizados da sociedade civil. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

O grande desafio é, justamente, a busca de articulação das iniciativas públicas e da sociedade civil na perspectiva da construção de uma rede protetiva no âmbito das políticas sociais. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

Neste sentido, a proteção social deve garantir à mulher trabalhadora e chefe de família condições de inclusão, de segurança de renda e de trabalho e de oferta de serviços públicos essenciais na área de saúde, educação e lazer. Tais serviços destinam-se aos cuidados da família e de seus membros em diferentes ciclos de vida. As redes de proteção social cumprem, neste caso, importante papel. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

As concepções de rede, quando envolvem políticas públicas, referem-se à possibilidade de interconexão, articulação, parceria, interação, cooperação entre organizações governamentais e não governamentais, corresponsabilização de todos, gestão compartilhada de recursos financeiros e humanos, objetivando proteção social, por meio de prestação de serviços. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

As redes de proteção social comparecem como estratégias de materialização das diretrizes presentes nas políticas públicas que orientam a gestão em uma perspectiva de descentralização, participação social, intersetorialidade, sustentabilidade e desenvolvimento local. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

A perspectiva da intersetorialidade deve orientar os trabalhos em rede, devendo articular as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. (BOURGUIGNON, 2007).

Ademais, pode-se falar, ainda, em redes do terceiro setor, caracterizadas por serem organizações sem fins lucrativos (cooperativas sociais, associações de voluntariado e de promoção social e as fundações) e as redes de mercado, pertencentes à esfera econômica, baseadas no princípio da equivalência e que utilizam o mercado como método e o dinheiro como meio. (SANICOLA, 2008).

Conforme Sanicola (2008), as redes secundárias constituem-se pela combinação de: instituição, assegurando estabilidade ao longo do tempo e continuidade; organização, assegurando a possibilidade de mudança à medida que transforma a realidade social; projecionalidade, permitindo a adequação de recursos e conexões à busca de objetivos e desenvolvimento de estratégias de rede; e operacionalidade, assegurando “o máximo de flexibilidade de intervenção e sua conformação às necessidades e às expectativas das pessoas, das famílias e das redes”. Permite, ainda, que se veicule a cultura sistêmica e profissional na

rede, bem como movimentar as redes primárias e propiciar o implemento do equilíbrio entre redes primárias e secundárias. (SANICOLA, 2008).

Assim, percebe-se que a ação em rede permite que os agentes e os atores sociais desenvolvam uma cooperação, conservando individualidade e autonomia, permitindo que as diferenças sejam preservadas. Portanto, a rede constitui-se em construção social e organizacional na qual é possível que se realize a integração levando em conta a diferenciação entre formal e informal, e, ainda, entre processos comunitários, mercado, Estado e terceiro setor. (SANICOLA, 2008).

Nessa perspectiva, o trabalho em rede, com foco na proteção social, deve destinar-se a prevenir os processos que levam as famílias a vivenciar situações de vulnerabilidade e de risco social. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015). A Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, um dos pilares da seguridade social, demonstra que a situação de vulnerabilidade decorre [...] “da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)”. (BRASIL, 2005, p.33).

E neste sentido, para a família empobrecida e tendo a mulher como chefe de família, as redes se constituem em estratégia essencial de enfrentamento das inúmeras situações que fragilizam a proteção de seus membros. Neste texto, o trabalho em rede no espaço das políticas públicas exige um modelo de gestão democrático, direcionado a fortalecer processos de emancipação social, de acesso aos serviços públicos e de garantia de qualidade de vida aos cidadãos. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

Nesse contexto, é importante que se ressalte que uma das características das famílias pobres é sua configuração em rede, o que contraria a ideia de que a família se constitui em um núcleo. Assim, é importante que se desfaça a confusão existente entre família e unidade doméstica – a casa –, imprecisão essa que tem consequências nas ações a ela pertinentes, posto que acaba por se desconsiderar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos que contam. (SARTI, 2005).

Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica pelo lar, mudam-se também as relações de autoridade e ela passa a assumir o papel de “chefe de família” e passa a definir-se como tal. Ademais, como forma de compensar a ausência do homem na família, essas mulheres tendem a buscar apoio na rede social em que se inserem, conforme já dito. (SARTI, 2005).

Consiste em se falar em empoderamento dessas mulheres. A UNESCO, em 2005, traz dentre os “Objetivos do Milênio da ONU” a promoção da igualdade entre os gêneros e a concessão de mais poderes às mulheres. (LISBOA, 2008). No mesmo sentido, o Fórum Econômico Mundial, com o documento denominado “Empoderamento das Mulheres – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero”, destaca cinco dimensões para o empoderamento e oportunidade das mulheres, quais sejam: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar²⁶.

Conforme Teresa Kleba Lisboa (2008), o “empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa”. Por algumas ONG’s, o empoderamento é visto “como principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder”, estando inclusas dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher os espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres.

De outro vértice, a mesma autora destaque que

o movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência [...] que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é

²⁶ Teresa Kleba Lisboa (2008), explica algumas dessas expressões: “A participação econômica de mulheres – diz respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho em termos quantitativos; é importante aumentar a renda familiar e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo. As sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras de dinâmicas de transformação; Oportunidade Econômica – diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres; internacionalmente, as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos, em profissões consideradas “femininas” como enfermagem, serviço social, magistério, cuidado de idosos e enfermos – e tendem a permanecer nas categorias trabalhistas inferiores às dos homens: faxineiras, domésticas, serviços de limpeza e outros; trabalhadoras profissionais e técnicas (em relação ao percentual total); Empoderamento Político – diz respeito à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses. 4. Conquistas Educacionais – é o requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem-pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade. 5. Saúde e bem-estar – de acordo com a Organização Mundial da Saúde, 585 mil mulheres morrem a cada ano, mais de 1.600 por dia, de causas relacionadas à gravidez e ao parto; dos 46 milhões de abortos anuais em todo o mundo, cerca de 20 milhões são realizados de forma insegura e resultam na morte de 80 mil mulheres por complicações. As taxas de fertilidade de adolescentes e o elevado número de gravidez na adolescência também são incluídas como indicadores de riscos à saúde entre mulheres de 15 a 19 anos.

precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. (LISBOA, 2008).

Conforme Friedmann (1996, p. 50), “não são os indivíduos, mas as unidades domésticas que são ‘pobres’; ademais, a própria pobreza deve ser redefinida como um estado de desempoderamento”.

As mulheres pobres são excluídas dos direitos mínimos porque suas famílias não tiveram ou não têm acesso ao poder social para melhorar as condições de vida de seus membros; elas não têm acesso ao poder político porque não compartilham as tomadas de decisões; não possuem o poder da voz, nem o da ação coletiva. Da mesma forma, não têm acesso ao poder psicológico que decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. Em suma, não são consideradas cidadãs. (LISBOA, 2008, p. 3).

Por fim, importante que se destaque que, no que tange à família, esta se encontra em diversas dimensões relacionadas às políticas públicas, uma vez que tanto uma quanto a outra buscam levar em consideração a reprodução e a proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. Isso acontece porque nas comunidades contemporâneas elas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas, já que nas comunidades tradicionais a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções.

Nessa perspectiva, tem-se que o Estado e a família desempenham papéis similares em seus respectivos âmbitos de atuação: “regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência”. Ou seja, funcionam de modo similar, “com filtros redistributivos de bem-estar, trabalho e recursos”. (SARTI, 2005).

A família propicia a convivência vicinal na sociedade. É nesse sentido que fica demonstrada a necessidade da tratativa do direito à moradia em relação à mulher chefe de família monoparental. A moradia não é apenas espaço de vida familiar, estando intimamente relacionada às políticas estatais para seu desenvolvimento, conforme se viu no capítulo anterior.

Dessa forma, é preciso que se compreenda que garantir às mulheres o direito a uma moradia adequada é fundamental para a realização de suas atividades, para a sua autonomia e efetivação de outros direitos. A ausência de conexão da moradia aos serviços de infraestrutura e equipamentos públicos, assim como dos centros de emprego e de uma rede de transportes públicos eficientes, causa a essas mulheres maiores transtornos para a conquista de

empregos, além dos desgastes físicos em função dos intensos deslocamentos que precisam realizar. (ROLNIK, 2010).

Como todas as pessoas têm direito de morar sem que tenham receio de sofrer remoções ou ameaças indevidas, a grande preocupação existente em relação às mulheres é que, por muito tempo, a propriedade da terra e da moradia esteve majoritariamente nas mãos dos homens. Por essa razão, em muitas situações, as mulheres eram obrigadas a deixar as casas, especialmente nos casos de divórcio e violência doméstica. Visando atender essas disparidades, temos, atualmente, no Brasil, o caso do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, cujas linhas mestras já foram trabalhadas em capítulo anterior, que prioriza o atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, concedendo, inclusive, a titulação do imóvel a essas mulheres.

Ainda que seja sabido que existem programas que se destinem ao atendimento das necessidades habitacionais da população, cabe perquirir, tomando por foco o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, se este programa é capaz de atender às demandas sociais que são impostas e se as características fundamentais para as condições de habitabilidade, oferta de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada e custo acessível das moradias estão sendo atendidas.

Para tanto, foi realizado um estudo acerca da aplicabilidade de referido programa na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, para verificar, por meio de entrevistas com as mulheres que aguardam a concessão do empreendimento e aquelas que já foram beneficiadas, se os requisitos de uma moradia digna estão sendo atendidos pelos programas habitacionais que lhe são postos à disposição nos lugares onde vivem. Os resultados de tal estudo serão expostos no próximo capítulo.

3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR: A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL

Conforme se infere do primeiro Capítulo desta dissertação, além de a habitação compreender uma das formas de a população buscar suprir suas necessidades básicas, as políticas habitacionais compreendem uma forma de acumulação e legitimação do Estado. Isso se dá em razão de que, ao agir desta forma, aquele visa a atender parcela da população e assume como função a minimização das diferenças e a atenuação dos conflitos que provêm das precárias condições de vida da população. (SCHEFFER, 2003).

Nesse sentido, tem-se que a relação existente entre o Estado e as demandas sociais se expressam no exercício de funções que se contradizem e que são permeadas tanto pelos interesses da acumulação como na busca de legitimidade. Por essa ótica é que se pode afirmar, então, que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambiguidades que permeiam os diversos interesses em contraposição. (SCHEFFER, 2003).

Como também já se discorreu neste estudo acerca da questão habitacional do país e em Ponta Grossa, e no segundo capítulo já se falou sobre as mulheres responsáveis pela unidade familiar e que se encontram em condição de vulnerabilidade social, cabe nesse momento demonstrar como em Ponta Grossa, município em que se foca o presente estudo, recebeu tratamento a questão social da habitação para as famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar. Assim, incumbe, nesse momento, caracterizar e mapear, na malha urbana de Ponta Grossa, onde se encontram os empreendimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, destacando-se aqueles habitados por famílias monoparentais que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar.

A cidade de Ponta Grossa, com área total de 2.054,732 (km²), também conhecida como “Princesa dos Campos” e “Capital Cívica do Paraná”, foi elevada à condição de cidade em 1862, por meio da Lei Provincial n. 82, de 24 de março de 1862. As raízes da cidade se encontram no tropeirismo, nos caminhos da estrada de ferro, na pluralidade étnica e nos símbolos históricos, e se configura como um importante entroncamento rododiferroviário. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2015).

O município se situa no segundo Planalto Paranaense, na região denominada de “Campos Gerais”, com altitude média de 975 metros, sendo 25° 09’ S de latitude e 50° 16’ W

de longitude. Além disso, Ponta Grossa é cidade limítrofe dos seguintes municípios: Carambeí e Castro, ao norte; Palmeira e Teixeira Soares, ao sul; Campo Largo, ao leste; e Tibagi e Ipiranga, a oeste. A cidade tem Guaragi, Itaiacoca, Piriquitos e Uvaia como seus distritos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2015).

Conforme dados do IBGE, a população total do município corresponde a aproximadamente 334.535 habitantes, sendo que a renda média domiciliar per capita da população, conforme informa o IPARDES (com base nos dados do IBGE), era de R\$862,43 (oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos) em 2010 (data do último Censo Demográfico no país), tendo sido considerado “como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores”. (IPARDES, 2015).

As principais atividades econômicas são a indústria, o comércio, a pecuária e a agricultura, e o turismo que se encontra em desenvolvimento. O clima é o Subtropical Úmido Mesotérmico e a rede hidrográfica é bastante ampla, destacando-se “os rios Tibagi, Verde, Pitangui, também o Arroio da Chapada, além das bacias hidrográficas do Botuquara, Cará-Cará, de Olarias, do Rio da Morte, Arroio Terra Vermelha, Ribeirão Quebra-Perna”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2015).

No que tange à questão habitacional, o município recebeu diferentes tratamentos, tendo em vista que dependia de programas governamentais para buscar soluções alternativas ao problema, conforme se passa a expor.

A Lei n. 8.663, de 09 de outubro de 2006, instituiu o atual Plano Diretor de Ponta Grossa, que se aplica em toda a extensão territorial da cidade. Este plano visou orientar as ações para o desenvolvimento integrado do Município no decênio 2006-2015 e se destinou a coordenar as iniciativas das administrações públicas, municipal, estadual e federal, e entidades privadas, para a consecução de seus objetivos. (PONTA GROSSA, 2006).

De acordo com o Decreto Estadual n. 2.581, de 17 de fevereiro de 2004, referido Plano está passando por revisão, com o fim de entrar em conformidade com as diretrizes da Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, responsável por profundas transformações relativas ao planejamento urbano e municipal no Brasil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2016).

Com a atualização, o Plano Diretor do município de Ponta Grossa, em seu artigo 13, estabelece que “a propriedade urbana atenderá à função social da propriedade mediante sua adequação às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor, e nas leis que o integram”. Além disso, compreenderá o “acesso à moradia digna, com a

adequada oferta de habitação para as faixas de baixa renda”; “a regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a ampliar a oferta de habitação para a população de renda mais reduzida” e “a promoção de sistema de circulação e rede de transporte que assegure acessibilidade satisfatória a todas as regiões da cidade”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2016).

Com o desenvolvimento dos programas habitacionais em âmbito nacional, conforme se viu anteriormente, a PROLAR se viu obrigada a direcionar suas atividades para novas funções. Dentre elas se encontram a “gestão do Fundo Municipal de Habitação por Interesse Social”, “a busca pela viabilidade econômica de projetos habitacionais que atendam indistintamente toda a demanda inscrita em seus cadastros e que proporcione a inclusão social por meio de programas habitacionais”, bem como “a organização do trabalho técnico social junto aos programas ligados à PROLAR”. (PROLAR, 2015).

Atualmente a PROLAR também trabalha em parceria com o Programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal, para famílias que tenham renda mensal de R\$0,00 (zero) até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais), denominado de “Faixa 1”. Desse modo, a participação da PROLAR nesse programa se refere à “seleção das famílias através dos critérios preestabelecidos²⁷ para o programa e o envio para a análise cadastral e documental da CAIXA”. (PROLAR, 2015). Nesse diapasão, à CEF cabe a análise e aprovação das famílias que pretendem a aquisição do imóvel e verificar se referidas famílias se enquadram nos critérios.

As famílias participantes do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, inscritas no CadÚnico, devem obedecer, também, a critérios do município de Ponta Grossa. Esses critérios foram elaborados e aprovados pelo Conselho de Habitação local, e incluem a preferência por mulheres chefes de família; renda per capita – valor de renda familiar por

²⁷ A Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR – conta com um manual com linguagem bastante acessível para o esclarecimento de dúvidas dos mutuários (esclarecer o que são). Neste contêm as principais dúvidas daqueles que buscam por uma moradia própria, bem como onze perguntas e respostas informando acerca do cadastramento até a venda ilegal dos imóveis recebidos. Desse modo, quem tenha interesse em efetuar a aquisição de imóvel da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, deverá se inscrever junto ao cadastro da Companhia – comumente chamado de “fila”. Em virtude de ser elevado o número de pessoas que procuram por uma moradia digna, sendo esse número superior à quantia oferecida pela PROLAR, as famílias precisam esperar para serem atendidas, fazendo-se necessária a existência desse cadastro. O cadastramento tem relevante importância, tendo em vista que se vale para ordenar o atendimento das famílias inscritas em qualquer programa habitacional, cumprindo, ainda, com a função de planejamento habitacional do município de Ponta Grossa. Assim sendo, a família interessada em efetuar o cadastramento deve levar os seguintes documentos originais do casal: documento de identidade – RG, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, comprovante de renda e comprovante de endereço. Com base nessas informações, “a equipe da PROLAR consegue melhores subsídios para novos projetos, busca recursos financeiros e desenvolve de maneira eficaz o trabalho técnico social”. (PROLAR, 2015).

pessoa –; número de filhos e suas idades; tipo e situação da moradia; e as famílias residentes em área e/ou situação de risco. Ademais, é importante que se saliente que a normativa do próprio Programa “Minha Casa, Minha Vida” não leva em conta o tempo de inscrição das famílias inscritas como critério de seleção. (PROLAR, 2015).

Nesse sentido, a cidade de Ponta Grossa, como beneficiária do Programa, deverá cumprir com as competências relacionadas à execução das obras contratadas pelo programa de habitação “Minha Casa, Minha Vida”. As competências apresentam variações que vão da manutenção do Cadastro Habitacional Municipal até a análise de empreendimentos que representam áreas de habitação, assistência social, educação, saúde, planejamento e transporte. Além disso, a gestão municipal necessita da realização de relatório e diagnóstico no que se refere à demanda por equipamentos, serviços públicos e urbanos. (LOMBARDI, 2014).

O programa também tem como prioridade atender famílias que vivem em áreas de risco, como os fundos de vale e regiões sujeitas a alagamento e deslizamentos, sendo que essas famílias já buscavam ser contempladas com habitações de interesse social.

Para efetuar a seleção das famílias, alguns critérios são indicados pela PROLAR, os quais são transformados em números, sendo que a soma dos critérios deve corresponder a 10 e são selecionadas as famílias com as maiores pontuações. Os critérios nacionais estabelecidos para a seleção são para as “famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres”, com peso de 1,5 ponto, e para as famílias que têm a mulher como responsável pela unidade familiar, com peso também de 1,5 ponto. (PROLAR, 2015).

Como critérios locais de seleção, leva-se em conta a relação entre “renda salarial familiar e o número total de pessoas da família (per capita)”, que tem peso 3,0, e a renda familiar deve estar entre 0 a 03 salários mínimos. A fórmula utilizada é: $\text{renda familiar sal. mínimo do mês} = \text{valor} \times \text{n}^\circ \text{ dependentes} = \text{indicador per capita}$. Os números de dependentes são considerados de acordo com a idade: de 0 a 6 anos, têm peso de 0,50; de 7 a 12 anos, o peso é de 0,40; de 13 a 18 anos, o peso é 0,30; e acima de 18 anos, o peso é 0,10. Nesses quesitos, a somatória não pode exceder 2 pontos. Além disso, no caso de pessoa portadora de deficiência, será considerado o peso máximo, qual seja, 0,50. (PROLAR, 2015).

Para a seleção devem ser levadas em conta, ainda, as condições de habitabilidade. Assim, residência irregular e precária tem peso de 2,0; residência irregular e em boas condições tem peso de 1,5; residência alugada e precária tem peso de 1,5; residência alugada e em boas condições tem peso de 0,75; residência cedida e precária tem peso de 1,0; e residência cedida e em boas condições tem peso de 0,50. (PROLAR, 2015).

Por fim, é exigido que a família resida há mais de dois anos em Ponta Grossa; que a família não tenha sido beneficiada anteriormente por algum programa da PROLAR ou da CEF; que não possua imóvel próprio; que tenha havido a inclusão ou atualização da família selecionada no CadÚnico. (PROLAR, 2015).

Portanto, os conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa, voltados para as famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar são o alvo dessa pesquisa. Por essa razão, tem-se por intento verificar, por meio de entrevistas, quais as expectativas das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar que ainda estão aguardando a concessão do imóvel e daquelas que já se encontram em posse do imóvel, delimitando-se a pesquisa em cinco conjuntos habitacionais já instalados na cidade, quais sejam: Jardim Athenas, Boreal, Gralha Azul, Jardim Roma e Recanto Verde. Todavia, antes de iniciar este estudo de forma específica, cabe fazer a caracterização destes cinco empreendimentos.

A construção das casas do Programa “Minha Casa, Minha Vida” se dá em terrenos que são escolhidos pela PROLAR e a aquisição se dá pela CEF. As casas variam de 36,77 m² a 37,14 m² e são construídas em terrenos de 300m², o que permite a possibilidade de uma futura reforma e/ou ampliação. Todas as casas possuem seis ambientes, quais sejam, dois dormitórios, um banheiro e um espaço integrado composto por sala, copa e cozinha. (PROLAR, 2015).

Os conjuntos Jardim Athenas, contando com 341 casas, e o Jardim Roma, que conta com 249 casas (Imagens do local poder ser observadas no Anexo A), encontram-se localizados na porção oeste da cidade de Ponta Grossa, tendo sido construídos um ao lado do outro e ambos se encontram ligados ao Bairro Contorno, na periferia da malha urbana. Destaque-se, a título de informação, que ao lado desses conjuntos há o Conjunto Itapoá, entregue em 2013, com 500 casas, e o Conjunto Jardim Buenos Aires, entregue em 2015, com 404 casas. (PROLAR, 2016).

Ambos os conjuntos são dotados de infraestrutura básica, iluminação pública e pavimentação em todas as ruas no interior dos conjuntos. No entanto, no que se refere ao transporte público, o conjunto Jardim Athenas não tem linha de ônibus própria, sendo que seus moradores utilizam a linha do conjunto Jardim Roma, que, por sua vez, tem linha de ônibus própria e o liga ao terminal de Nova Rússia. No que se refere às linhas de ônibus, os moradores desses dois conjuntos podem se utilizar, ainda, da linha de ônibus do Jardim Gralha Azul, que também se liga ao terminal de Nova Rússia (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Ainda em relação ao transporte público, os ônibus passam exclusivamente de hora em hora, no período das 6h às 19h30m. Passado esse horário, os moradores necessitam se deslocar até a entrada da vila mais próxima, que é a Santa Terezinha. Ademais, entre esta vila e os conjuntos há um matagal que deixa apreensivos os moradores para andar à noite, em razão dos altos índices de criminalidade e de violência que acometem os conjuntos. Por estes motivos, nota-se que o transporte público é insuficiente para atender à demanda com transporte das famílias ali residentes (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Verificou-se a existência de associação de moradores em ambos os conjuntos, porém, nos dois há a ausência de equipamentos públicos. Dessa forma, serviços públicos de creche e escolas são utilizados os do Conjunto Galha Azul, enquanto que posto/unidade de saúde é utilizado o existente na Vila Santa Terezinha (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Além disso, ambos os conjuntos não têm pequenos comércios como farmácias, padarias, lojas e mercearias em seus arredores, o que leva alguns moradores a aumentar a estrutura da casa, a fim de adaptar pequenas mercearias no local, nem se valem de parquinhos destinados ao lazer das crianças (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Em relação a esses dois empreendimentos habitacionais, conforme se pode observar dos Cartogramas 1 e 2 abaixo, há uma tendência na concentração de ambos na periferia da cidade, além de haver nítida preferência aos aspectos econômicos do Programa “Minha Casa, Minha Vida” com as questões sociais ficando à mercê dos sujeitos contemplados com referido programa, via PROLAR.

Em relação ao Conjunto Galha Azul²⁸, primeiro dos conjuntos do Programa “Minha Casa, Minha Vida” a ser entregue pela PROLAR em Ponta Grossa em 2011, este também se

²⁸ É preciso que se observe que dentre os empreendimentos selecionados para a realização das entrevistas foi escolhido o Conjunto Galha Azul por ter sido um dos primeiros a ser entregue em Ponta Grossa, conforme se explicou no introito deste Capítulo. No entanto, insta que se destaque que, ao se observar o Quadro 3, que segue adiante e que congrega a localização dos atuais empreendimentos das entrevistadas do “Grupo 1”, verificou-se que a entrevistada 8, do “Grupo 1”, reside também no Bairro Galha Azul. Tendo em vista que a seleção das entrevistadas deste grupo foi feita de forma aleatória, faz-se necessário observar que tal dado não foi proposital. Feita esta observação, insta que se destaque que, ainda que não fosse intenção da pesquisadora escolher moradoras residentes próximas aos Conjuntos da PROLAR, pode-se observar, por meio das entrevistas, que a moradora 8 do “Grupo 1” que reside no bairro a que pertence referido Conjunto, tem como principal preocupação a insegurança em relação ao imóvel, pois procurou a PROLAR para não mais precisar pagar aluguel, sendo a demora dos ônibus outra de sua preocupação (apontamento este que não difere das respostas das entrevistadas do “Grupo 2” que residem no Conjunto Galha Azul). Aproveita-se esse ensejo para que se atente que no Quadro 3, referente ao “Grupo 1”, a entrevistada 2 tem sua residência atual localizada na

encontra na porção oeste da cidade, com 195 casas, e está ligado ao Bairro Contorno, na periferia da cidade. (PROLAR, 2016).

Ao lado deste Conjunto habitacional, encontra-se o loteamento Gralha Azul, que se diferencia em razão de, neste, apenas a aquisição dos lotes se dar por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, pois são as próprias famílias que procedem à sua construção, de acordo com a possibilidade econômica de cada uma. (LOMBARDI, 2014).

No Conjunto Gralha Azul, todas as ruas de seu interior são pavimentadas e possuem iluminação pública. A linha de ônibus é própria e se liga ao terminal de Nova Rússia, passando, assim como no Conjunto Jardim Roma, apenas de hora em hora (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

O Conjunto Gralha Azul se encontra afastado de vilas mais próximas, como Santa Paula, Shangrilá e Santa Terezinha. O conjunto ainda não dispõe de estabelecimentos comerciais próprios, como farmácia e mercados, valendo-se somente de pequenos comércios, como mercearias, instalados pelos próprios moradores por meio de um aumento na estrutura da casa. Neste conjunto há a presença de parquinho, destinado ao lazer das crianças (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Os equipamentos públicos existentes dentro do conjunto são posto/unidade de saúde – que, porém, não têm funcionamento, segundo as entrevistadas –, e uma escola de Educação Infantil e de Ensino Fundamental I, o Complexo Educacional Gralha Azul (foto anexa), que foi construída pelo município e inaugurada em 2012, a fim de atender 700 crianças (500 do Ensino Fundamental I e 200 da Educação Infantil) dos seguintes conjuntos habitacionais: Jardim Athenas, Jardim Roma, Jardim Gralha Azul, Jardim Itapoá e Jardim Buenos Aires (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas e via PROLAR).

Esta escola é o único equipamento público que se encontra em funcionamento e está localizada entre os três conjuntos até então estudados. No entanto, esta escola não tem suporte para atender à demanda dos cinco conjuntos habitacionais, quais sejam, Jardim Athenas, Jardim Roma, Jardim Gralha Azul, Jardim Itapoá e Jardim Buenos Aires, pois há a soma de 1.285 famílias e, como se disse, a escola comporta 700 alunos.

O outro conjunto em análise, Jardim Boreal, com 395 casas, está localizado na porção norte da cidade, nas adjacências da Vila Borato e ligado ao bairro Chapada (foto anexa). (PROLAR, 2016).

Vila Rio Branco e que a entrevistada 6, do “Grupo 2”, também residia na mesma vila antes de receber o empreendimento da PROLAR, dados esses que também se deram de forma coincidente.

Suas ruas são todas pavimentadas e possuem iluminação pública. Há uma linha de ônibus própria que o liga ao terminal de Nova Rússia, sendo que, assim como nos três conjuntos anteriores, a frequência dos ônibus se dá a cada hora e circula apenas até as 19h30min (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Uma novidade vivenciada por este conjunto é a presença de aquecedores solares nas casas do conjunto. No entanto, ocorreram problemas com os aquecedores solares e o Presidente da PROLAR “levou ao Ministério das Cidades uma proposta para substituir os aquecedores solares pela colocação de muros nas unidades dos conjuntos” (LOMBARDI, 2014, p. 110), que, muito embora as construções sigam um projeto determinado, em Ponta Grossa foi proposta uma alteração no projeto, tendo em vista que o sistema de aquecimento à base solar não rendeu bons resultados.

A entrada para este conjunto se dá pelo lado do Jardim Boreal, que está ao lado da Vila Borato. Por essa razão, como os instrumentos públicos utilizados, como creches, posto/unidade de saúde, escolas, são inexistentes no Jardim Boreal, as famílias utilizam os instrumentos públicos da Vila Borato, por mais precários que sejam (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Ainda, no Jardim Boreal, além da inexistência dos equipamentos públicos acima citados, não há área de lazer para as crianças nem estabelecimentos comerciais – como mercados e farmácias –, a não ser a mercearia existente no interior do conjunto que, assim como nos conjuntos estudados anteriormente, é de iniciativa de um dos moradores do local (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Nesses imóveis, existe essa tendência de formação de comércio informal, transformando-se a casa em bares, mercearias e até igrejas, que nem sempre são visíveis por serem ilegais, situação essa que se dá em virtude de os moradores tentarem minimizar as ausências desses serviços nas proximidades. Verificou-se a constituição de associação de moradores nesse Conjunto (informações coletadas por meio das entrevistas realizadas).

Por fim, o Conjunto Recanto Verde, contendo 392 casas, está localizado na porção leste da cidade de Ponta Grossa, situando-se, também, na periferia da malha urbana junto à Vila Castanheira, do bairro Uvaranas (foto anexa). (PROLAR, 2016).

Como nos outros conjuntos, este também tem todas as suas ruas pavimentadas e iluminação pública. No entanto, o conjunto é carente de equipamentos públicos como escolas, posto/unidade de saúde e creches. Para o acesso ao posto de saúde mais próximo, que se encontra no Jardim Sabiá, os moradores precisam percorrer alguns quilômetros de distância.

Não existem praças de lazer nem pequenos comércios. Neste conjunto, as casas também possuem aquecedores solares. (LOMBARDI, 2015).

Assim como nos demais conjuntos (à exceção do Conjunto Jardim Athenas), em relação ao transporte público, o Jardim Recanto Verde possui linha de ônibus própria que o liga diretamente ao terminal de Uvaranas, sendo que o intervalo entre um ônibus e outro também se dá de hora em hora, e seu funcionamento é das 6h às 19h30min. (LOMBARDI, 2015).

No entorno do Jardim Recanto Verde não há nada além de áreas agrícolas. Os moradores se encontram isolados do restante da cidade, evidenciando a segregação e exclusão socioespacial. Além disso, é elevado o índice de criminalidade e violência, sendo bastante complexas as relações sociais neste local.

Feitas essas considerações iniciais acerca dos conjuntos habitacionais selecionados, cabe, no presente momento, fazer um estudo acerca do Programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa, bem como a análise das entrevistas realizadas neste estudo, para que se possa analisar as expectativas das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar que ainda estão aguardando a concessão do imóvel e daquelas que já se encontram em posse do imóvel, conforme se passa a expor.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

No primeiro Capítulo deste trabalho, anotou-se que ao se tratar do termo moradia, esta se refere a um direito universal, que deve ser acessível a todos e que está relacionada com a vida cotidiana e com a concretização de diversos direitos fundamentais, tais quais a privacidade, o segredo doméstico, a liberdade, a propriedade, entre outros. (SOUZA, 2008). Ou seja, conforme já apontado, ao Estado cabe a garantia para que os indivíduos possam viver em um local (edificação condizente com a dignidade da pessoa humana), que possua o mínimo de infraestrutura e que seus moradores possam ter acesso aos mais variados tipos de serviços públicos. Ademais, deve haver, também, a proteção contra fenômenos climáticos, ou provocados pelo homem, dando-se a garantia plena ao exercício do direito à moradia, permitindo-lhe seu desenvolvimento psicossocial e integração com a comunidade que lhe rodeia. (ALVES, 2011).

Deve-se considerar, então, que os sujeitos devem ser pensados como integrantes do mundo, e não apenas do local (edificação) que meramente habitam, tendo em vista que existe

toda uma trama de relações que devem ser consideradas. Além disso, o local (edificação) e o entorno onde vivem refletem sobre a vida e os sentimentos das pessoas, bem como refletem na busca incessante por melhorias, numa relação direta com elementos subjetivos, geradores do bem-estar.

Desse modo, considerando o objetivo deste estudo e as análises bibliográficas e documentais compulsadas, faz-se necessário que o estudo seja aprofundado por meio da coleta de informações junto aos sujeitos desse processo, quais sejam, as mulheres responsáveis pela unidade familiar. Dessa feita, estas foram divididas em dois subgrupos para a realização de entrevistas e a fim de desvendar:

- Grupo 1: as expectativas em relação à rede de proteção social das famílias monoparentais que tenham a mulher como responsável pela unidade domiciliar que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná;
- Grupo 2: se foram atendidas as expectativas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar em relação à rede de proteção social que, após terem sido atendidas pela PROLAR, atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná.

Em relação aos dois grupos acima descritos foi utilizada uma amostragem representativa. Desse modo, para o “Grupo 1” acima elencado, sob a autorização da Assistente Social, foi feita a seleção, de forma aleatória e com aquelas que se encaixassem no perfil buscado, de 10 mulheres que se encontravam esperando pelo atendimento ao público da PROLAR, nos meses de junho e julho de 2015. Todas as entrevistadas foram bastante solícitas às perguntas realizadas e se mostraram satisfeitas em respondê-las, permitindo a divulgação das informações bem como se colocaram à disposição para maiores questionamentos.

Em relação às famílias monoparentais com as mulheres responsáveis pela unidade familiar que já foram atendidas pela PROLAR e atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná, “Grupo 2”, foi solicitado junto à assistente social da PROLAR a seleção de famílias que no

cadastro constavam ter apenas a mulher como responsável pela unidade familiar e que não tivessem marido, companheiro ou qualquer outra forma de relação.

Assim, a Assistente Social da PROLAR selecionou 50 mulheres que se encaixavam no perfil solicitado, sendo 10 de cada um dos conjuntos habitacionais selecionados, quais sejam, Jardim Athenas, Boreal, Gralha Azul, Jardim Roma e Recanto Verde. Desse universo, de forma a ter uma amostragem igual ao do “Grupo 1”, pretendeu-se entrevistar duas famílias das selecionadas pela PROLAR de cada conjunto para que tivesse também 10 mulheres entrevistadas, a fim de que se pudesse fazer a análise dos dados.

Para a realização das entrevistas, a pesquisadora visitou os empreendimentos citados, nos quais foi muito bem recebida pelas moradoras. Estas se mostraram bastante receptivas no atendimento da pesquisadora em suas casas – algumas mulheres fizeram questão que se olhasse a casa por dentro para mostrar a situação (boa ou ruim) do imóvel – bem como se mostraram interessadas e solícitas nas respostas das perguntas que lhes foram feitas, permitindo a divulgação das informações que prestaram.

No entanto, no que se refere ao “Grupo 2”, não foi possível a realização de entrevista com duas pessoas de cada conjunto, tendo em vista que, da lista que foi passada pela PROLAR, a maioria das mulheres se encontram atualmente convivendo em união estável, casadas ou em outras formas de relações. Além disso, em algumas residências, as mulheres que foram beneficiadas pela PROLAR não residem mais no local, tendo, inclusive, alugado a casa para outras pessoas morarem. Por essa razão, dos Conjuntos Jardim Roma e Gralha Azul, foram entrevistadas duas mulheres de cada um (somando quatro mulheres); dos Conjuntos Jardim Athenas e Boreal, foi entrevistada apenas uma mulher de cada conjunto (somando duas mulheres); e do Conjunto Recanto Verde, não foi possível a realização de entrevista com nenhuma mulher, tendo em vista que, das 10 indicadas pela PROLAR, sete estão casadas atualmente e três já alugaram o imóvel para outras famílias.

A coleta de dados sobre os sujeitos acima citados foi operacionalizada no período de maio a agosto de 2015, tanto na fila de espera da PROLAR como nos cinco conjuntos habitacionais acima indicados.

A partir dessa delimitação foi feita a aplicação de um formulário, devidamente aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa – COEP (Anexo B), diferente para cada grupo para que se pudesse realizar a coleta de informações, a fim de se fazer a análise daquilo que se pôde inferir por meio das respostas.

O formulário (Apêndice) foi elaborado com base no formulário estruturado aplicado por Anna Paula Lombardi, que, em seu trabalho de dissertação, aplicou-o a fim de desvendar

se o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, por meio de adaptações no espaço de morar, está sendo capaz de proporcionar a inclusão socioespacial de PcD de forma efetiva na cidade de Ponta Grossa, Paraná²⁹.

Ao todo foram entrevistadas, então, 10 (dez) mulheres do “Grupo 1”, e 6 (seis) mulheres do “Grupo 2”.

A produção dos cartogramas que seguem adiante foram elaborados para que seja possível que se visualize o deslocamento das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar para ter acesso a serviços públicos, como saúde, educação, compras, lazer, transporte, nas casas anteriores e nas casas atuais, o que foi possível de se realizar de acordo com as informações geradas pelas próprias entrevistadas. Referidos cartogramas foram fundamentais para entender esses deslocamentos e as mudanças na vida das entrevistadas após terem acesso aos empreendimentos da PROLAR, via Programa “Minha Casa, Minha Vida”, demonstrando o quanto os deslocamentos são essenciais para realizar as necessidades básicas de qualquer indivíduo, bem como geram dificuldades.

A partir dos levantamentos de dados junto à Assistente Social da PROLAR, bem como aos sujeitos entrevistados, foi possível caracterizar a casa atual das mulheres do denominado “Grupo 1”, assim como a caracterização da casa anterior das entrevistadas do “Grupo 2”, a fim de se compreender como estas viviam antes de morar nos empreendimentos da PROLAR.

Ademais, identificou-se a infraestrutura existente na casa atual das moradoras do “Grupo 1”, e a infraestrutura existente e potencial (disponível, mas não instalada) na casa anterior e na casa atual do empreendimento da PROLAR do “Grupo 2”, a fim de com o propósito de se constatar se houve transformações nas condições de vida dessas entrevistadas.

Foi possível, ainda, a identificação dos equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, creches) existentes nas proximidades das casas das moradoras do “Grupo 1” e nas proximidades da casa anterior e na casa atual das moradoras do “Grupo 2”, também visando analisar as mudanças nas vidas dessas pessoas.

Perquiriu-se, também, acerca da qualidade e acessibilidade do serviço público de transporte das moradoras do “Grupo 1” e da casa anterior e atual das moradoras do “Grupo 2”, considerando a importância do transporte para a autonomia das atividades cotidianas, como trabalhar, fazer comprar, lazer, dentre outras.

²⁹ LOMBARDI, Anna Paula. **Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência**: os espaços de morar do Programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa, PR. 2014, 173 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2014.

A partir das entrevistas percebeu-se que as mudanças não se dão simplesmente nos espaços físicos, mas envolvem o todo, sentimentos, conquistas, emoções, as relações uns com os outros. É o que se traduz quando se fala em elementos subjetivos. Ou seja, procede-se não apenas à transformação do espaço social “mas à transformação das relações sociais e do espaço social, simultaneamente”. (SOUZA, 2003, p. 100).

3.2 CONFIGURAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AS PERSPECTIVAS DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS QUE TÊM A MULHER COMO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR NA CIDADE DE PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ

Conforme a metodologia acima apresentada, as entrevistadas do “Grupo 1” apresentaram o seguinte perfil socioeconômico: as entrevistadas tinham idade entre 16 e 55 anos; nenhuma delas era casada, convivente em união estável ou viúva, enquanto 8 eram solteiras e 2 eram separadas ou divorciadas. (Quadro 1).

Em relação à escolaridade, nenhuma das entrevistadas é analfabeta, sendo que 3 delas estudaram da 1ª a 4ª série; 4 cursaram da 5ª a 8ª série; 3 têm o Ensino Médio; e nenhuma delas frequentou o Ensino Superior. (Quadro 1).

No que tange à ocupação/profissão, os critérios que ora se estabelecem foram agrupados de acordo com as respostas das entrevistadas. Assim, 1 delas respondeu estar desempregada, não auferindo qualquer forma de rendimentos, uma vez que, quando da realização da entrevista, tinha sido expulsa de casa pelo ex-marido no dia anterior e foi buscar auxílio junto à PROLAR; 3 delas se manifestaram dizendo que trabalham de forma autônoma, considerando nesse rol a venda de roupas e acessórios, serviços de beleza, manicure e pedicure; 1 delas disse trabalhar como diarista; 1 disse fazer bicos esporadicamente; e 4 se manifestaram dizendo trabalhar como servente, balconista, estoquista ou auxiliar de serviços gerais. A faixa de renda declarada pelas entrevistadas variou de aproximadamente R\$0,00 (zero reais) até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais). (Quadro 1).

Com relação ao “Grupo 2”, as mulheres apresentaram o seguinte perfil socioeconômico: as entrevistadas têm idade entre 27 e 43 anos; todas se declararam solteiras, apesar de 2 delas terem informado que anteriormente moravam com um companheiro e que foram abandonadas por eles, porém, nunca chegaram a contrair vínculo matrimonial. (Quadro 9).

Em relação à escolaridade, nenhuma das entrevistadas é analfabeta, sendo que 2 delas estudaram da 1ª a 4ª série, 3 cursaram da 5ª a 8ª série, 1 tem o Ensino Médio/2º Grau e nenhuma delas frequentou o Ensino Superior. (Quadro 9).

No que tange à ocupação/profissão, os critérios que ora se estabelecem foram agrupados de acordo com as respostas das entrevistadas. Assim, 1 delas respondeu estar desempregada, recebendo benefício em virtude de doença; 3 delas se manifestaram dizendo que trabalham como diarista; 1 disse ser zeladora em um supermercado e 1 disse trabalhar como trocadora em ônibus. A faixa de renda declarada pelas entrevistadas variou de aproximadamente R\$500,00 (quinhentos reais) até R\$920,00 (novecentos e vinte reais). (Quadro 9).

Observa-se que os sujeitos de entrevista do “Grupo 1”, e também do “Grupo 2”, mantêm um nível de escolaridade baixo e sobrevivem com pouco mais que um salário mínimo, situações essas bastante preocupantes, tendo em vista que o nível educacional afeta diretamente a inserção deste grupo em postos de trabalhos, bem como define o nível de renda.

Conforme também já se disse, a feminização da pobreza está comumente associada ao crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres e, no caso das famílias sem a presença de um cônjuge, as fontes de renda se encontram ainda mais limitadas.

Considerando-se que nos grupos entrevistados as famílias são compostas pelas mães com seus filhos, notou-se que isso representa ainda uma sobrecarga, tanto de necessidade de recursos quanto de tempo, evidenciando ainda mais a escassez.

O IPEA (2010, p. 10) destaca, nesse sentido, que em 2009 a renda média das mulheres sem cônjuge no Brasil já era bem menor, tendo em vista que nas famílias monoparentais femininas a renda média era de R\$763,68. Dessa forma, se for comparada “a renda média no trabalho principal das mulheres chefes em geral com a dos homens cônjuges em geral, as diferenças serão ainda mais significativas”, isso porque “em 2009, o rendimento das primeiras era de R\$ 882,09 enquanto o dos últimos era de R\$1.384,11”.

De acordo com o que já foi mencionado anteriormente, das mulheres sem cônjuge com filhos menores de 16 anos, 46,6% tinham renda per capita de até meio salário mínimo em 2009. (IPEA, 2010).

Tem-se, então que, de acordo com o IPEA (2010), já em 2009 a renda média do trabalho principal das mulheres chefes de famílias não passou de R\$ 763,68, situação essa que acomete as ora entrevistadas.

Se comparados esses dados nacionais com o Quadro 1 abaixo, percebe-se que a média de renda das mulheres entrevistadas do “Grupo 1”, em Ponta Grossa, gira em torno de

R\$680,00 (seiscentos e oitenta reais) mensais, ou seja, essa média se encontra inclusive abaixo da renda média nacional das famílias monoparentais que têm a mulher como chefe de família, conforme descrito acima. Além disso, conforme se observa do mesmo quadro, apresenta-se a entrevistada 4 que não recebe nenhum rendimento, dependendo exclusivamente de ajuda para sobreviver. Em relação às outras entrevistadas, percebeu-se, a partir do quadro, que embora todas elas tenham rendimentos, estes, com exceção das entrevistadas 3, 9 e 10, não são fixos e nem garantem maiores expectativas de vida e segurança para essas mulheres, agravando de forma bastante intensa a situação socioeconômica dessas famílias.

Esses dados permitem inferir, a partir dos conceitos teóricos trazido no Capítulo 2 deste trabalho, que os níveis inferiores de renda estão relacionados à desigualdade e que, por essa razão, mesmo que a maioria das mulheres entrevistadas estejam, de algum modo, inseridas no mercado de trabalho, estas ocupam os status mais baixos, com mínimas oportunidades de ascensão ocupacional e baixos rendimentos. Confirma-se por meio desses dados que o trabalho dessas mulheres é, na maioria das vezes, quando não contam com um baixo valor de pensões alimentícias ou pequenas ajudas, a única fonte de sustento para toda a família, concatenando o fenômeno da precarização da vida das mulheres e o acentuando o fenômeno da feminização da pobreza.

No que se refere à escolaridade, ainda que as mulheres sem cônjuges e com filhos superem os homens que se encontram na mesma situação, sendo que aquelas têm aproximadamente 6,8 anos de estudo, enquanto estes têm 5,6, as mulheres responsáveis por famílias de casais com filhos, têm aproximadamente 8,3 anos de estudo. (IPEA, 2010).

Das entrevistadas, percebeu-se que 3 delas (entrevistadas 8, 9 e 10), apresentam de 1 a 5 anos de estudo, tendo frequentado a escola da 1º a 5ª série. Esse dado se apresenta menor do que a média nacional das mulheres sem cônjuges e com filhos, coincidindo de serem as entrevistadas com idades mais avançadas e com menores oportunidades de acesso aos estudos. As entrevistadas 1, 3, 4 e 6, apresentaram 6 a 8 anos de estudo, tendo frequentado a escola até a 8ª série. As entrevistadas 2, 5 e 7, mesmo apresentando maior nível de escolaridade em relação às demais entrevistadas, de 9 a 10 anos, ainda assim não conseguiram completar seus estudos.

Observa-se a partir desses dados que a estrutura educacional da família pode desempenhar um papel importante na determinação das disparidades de rendimentos, segundo o que se pode inferir dos dados das entrevistadas em análise, conforme visto acima.

Quanto ao número de filhos, constatou-se que a maioria das mulheres entrevistadas (5 delas) têm 1 único filho; 3 delas têm 2 filhos – sendo que uma dessas mulheres, apesar de

ter 2 filhos, somente mora com 1 deles; 1 das entrevistadas tem 3 filhos, porém mora com apenas 1 deles; enquanto 1 das entrevistadas tem 5 cinco filhos, porém mas mora com apenas 3 deles. (Quadro 1).

Destes dados, percebe-se que, tal qual ocorreu no restante do país a partir dos anos 1960, com destaque para a população mais pobre, a taxa de fecundidade entre as entrevistadas, com exceção da entrevistada 8, é bastante reduzida.

O IPEA (2010) destaca que, muito embora, em nível nacional, a fecundidade seja mais elevada nas camadas de renda mais baixa, os números estão diminuindo também para essa população. Conforme o IPEA (2010, p. 10) “em 1992, era de 3,4 filhos a diferença entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Este diferencial caiu para 2,4 filhos em 2009”.

Além disso, conforme dados do IPEA e como também se observa do Quadro 1, o diferencial por número de estudo também deve ser observado. Assim, da mesma forma que a renda, um maior nível de escolaridade leva a uma taxa de fecundidade mais baixa. (IPEA, 2010).

Além dos filhos, outro levantamento que se fez por meio do formulário de pesquisa foi a presença ou ausência de outros componentes familiares na residência das entrevistadas. Daí se constatou que 8 delas moram apenas com os filhos, enquanto 1 mora juntamente com dois outros componentes familiares (irmã e sobrinho) e 1 mora juntamente com outros 6 componentes familiares (irmão, cunhada, sobrinhos). Ademais, é importante que se destaque que, ainda que morem em casas separadas, 2 das entrevistadas têm sua genitora residindo no lote em frente ou atrás de suas residências (Quadro 1).

De acordo com o que se observou ao longo deste trabalho de dissertação, as mudanças que têm ocorrido no interior da família apontam para uma diversificação nos tipos de famílias. A unidade doméstica, ponto este já analisado no capítulo anterior, forma-se a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal.

Destacam-se neste estudo, como já amplamente discutido, as famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade familiar, tal qual é o caso das entrevistadas e, conforme se infere dos dados do quadro abaixo, apenas duas das famílias entrevistadas encontram-se convivendo com outros componentes familiares, tais quais irmão, sobrinhos, cunhada.

Assim como se dá no caso das entrevistadas 5 e 7, que residem em casas com outros componentes familiares, 2 e 6 componentes respectivamente, o IBGE (2010) destaca que o

tipo mais frequente dentre as famílias conviventes é o formado por famílias monoparentais femininas, o que corresponde a 53,5%. Assim, essas famílias são formadas, em sua maioria, por parentes da família principal (98,6%). Ao se pensar em termos nacionais, em 78% dos casos há presença de filhos do responsável ou do cônjuge da família principal.

O IBGE (2010) destaca que, nessas situações, as famílias monoparentais femininas são provavelmente compostas por filhas dos responsáveis e/ou dos cônjuges, que tiveram seus filhos sem contrair matrimônio ou retornaram à casa dos pais por motivo de separação ou divórcio. No estudo em questão, nenhuma das entrevistadas reside com os pais, porém duas das entrevistadas se encontram morando na casa dos fundos de suas genitoras e outras duas mantiveram os laços com seus irmãos. Nesse sentido,

a comparação entre o nível de rendimento nominal mensal familiar *per capita* das famílias únicas, conviventes principais e conviventes secundárias, mostra que aquelas consideradas conviventes secundárias têm rendimentos inferiores aos das famílias principais. O que mais chama atenção é o alto percentual de famílias sem rendimento no conjunto de famílias conviventes secundárias (21,8%), o que pode estar associado ao fato de que a maioria dessas é composta por mulher sem cônjuge com filhos [...]. (IBGE, 2010).

O IBGE (2010) destaca os diferentes estágios e mudanças pelos quais passa o desenvolvimento familiar. Essas mudanças podem ser caracterizadas por períodos de transição, equilíbrio e adaptação, podendo se basear na presença e idade dos filhos. No caso das entrevistadas, por meio de suas respostas, são nítidas as mudanças passadas por essas mulheres. Do momento de transição, que muitas vezes envolveu a separação do antigo companheiro, até o momento de equilibrar-se na nova situação, para adaptar-se à nova vida enquanto única provedora da unidade familiar, passaram, inclusive, por diversas dificuldades durante o período de adaptação e que se postergam até o presente momento.

O Censo Demográfico 2010 disponibiliza informações sobre a presença de agregados, conviventes, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados nas famílias, ou seja, de não parentes, mas que auxiliam no conhecimento da configuração interna das famílias. Em nível nacional, em 2010, a grande maioria (98,3%) vivia sem a presença de não parentes, tal qual se deu também em relação às entrevistadas, até mesmo porque o nível de renda e condições de sobrevivência e qualidade de vida não permitiriam a presença dessas pessoas nas residências.

QUADRO 1 – Caracterização socioeconômica das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiados pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida.”

EN TRE VISTA DA	IDADE	ESTADO CIVIL	OCUPAÇÃO/ PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	FAIXA DE RENDA (da chefe de família/ da família)	Nº DE FILHO S	OUTROS COMPONENTE S FAMILIARES
1	16	Solteira	“Bicos”	6ª a 8ª série	Aprox. R\$300,00	1	0
2	19	Solteira	Autônoma – manicure/pedicure	Ensino Médio Incompleto	Aprox. R\$300,00	1	0
3	20	Solteira	Servente e balconista	6ª a 8ª série	R\$880,00	1	0
4	21	Separada	Desempregada	6ª a 8ª série	R\$ 0,00	2	0
5	25	Solteira	Autônoma – venda de roupas e acessórios	Ensino Médio Incompleto	Aprox. R\$700,00	1	2
6	26	Solteira	Estoquista	6ª a 8ª série	Aprox. R\$ 760,00	1	0
7	30	Solteira	Autônoma – manicure/pedicure	Ensino Médio Incompleto	Aprox. R\$650,00	2	6
8	40	Solteira	Diarista	1ª a 5ª série	Aprox. R\$660,00	5	0
9	42	Solteira	Auxiliar de serviços gerais	1ª a 5ª série	R\$1.600,00	2	0
10	55	Separada	Servente	1ª a 5ª série	R\$950,00	3	0

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

Em relação à casa em si, especificamente no que se refere ao cadastro na PROLAR e à espera pela entrega do empreendimento, 2 das entrevistadas fizeram o cadastro e aguardam a concessão do imóvel há menos de um ano; 1 se cadastrou e espera há aproximadamente 1 ano; 5 se cadastraram e aguardam há aproximadamente de 2 a 4 anos; enquanto 2 se cadastraram e aguardam de 4 a 6 anos (Quadro 2).

O Estado do Paraná compreende o Estado com o maior percentual de conclusão de moradias, tendo entregado, entre 2011 e 2014, mais de 93 mil das 158 mil moradias contratadas, sendo que, comparando-se aos demais estados brasileiros, o desempenho paranaense na faixa 1 também é o melhor do Brasil. (GAZETA DO POVO, 2014). Em Ponta Grossa, até o final de 2016, a estimativa é de que a PROLAR beneficie o número de 19.220 famílias com a entrega de imóveis. (PROLAR, 2016).

Muito embora se enxergue o destaque no que se refere tanto ao Estado do Paraná quanto à cidade de Ponta Grossa, ainda é perceptível a demora no recebimento dos empreendimentos, conforme se infere do Quadro 2, donde se denota que 2 das mulheres

entrevistadas aguardam a concessão do empreendimento desde o ano de 2010. No entanto, aqui é preciso fazer a ressalva de que, conforme visto no introito do presente Capítulo, a própria PROLAR não leva em conta o tempo de inscrição das famílias como critério de seleção para a entrega do empreendimento.

QUADRO 2 – Tempo de cadastro na PROLAR e espera pela entrega do empreendimento

ENTREVISTADA	DATA DO CADASTRO
1	25.09.2014
2	20.05.2015
3	21.11.2012
4	20.05.2015
5	20.05.2013
6	20.05.2013
7	25.10.2012
8	26.04.2010
9	08.03.2012
10	26.03.2010

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

Quanto às casas em que residem, a maioria de reduzidos cômodos, 4 entrevistadas disseram que suas casas têm de 2 a 4 cômodos; 1 entrevistada disse que a casa tem 5 cômodos; e 1 entrevistada – que havia saído de casa no dia anterior à entrevista – morava em uma casa com 4 cômodos. As casas eram construídas em madeira no caso de 5 das entrevistadas (inclusive da entrevistada que saiu de casa no dia anterior à entrevista) ou de alvenaria, também no caso das outras 5 das entrevistadas. Além disso, 7 das entrevistadas têm casas que agregam apenas 2 moradores; 2 têm casas com 4 moradores (contando com a entrevistada que saiu de casa no dia anterior à entrevista) e apenas 1 reside com 6 ou mais moradores (Quadro 3).

QUADRO 3 - Residência atual

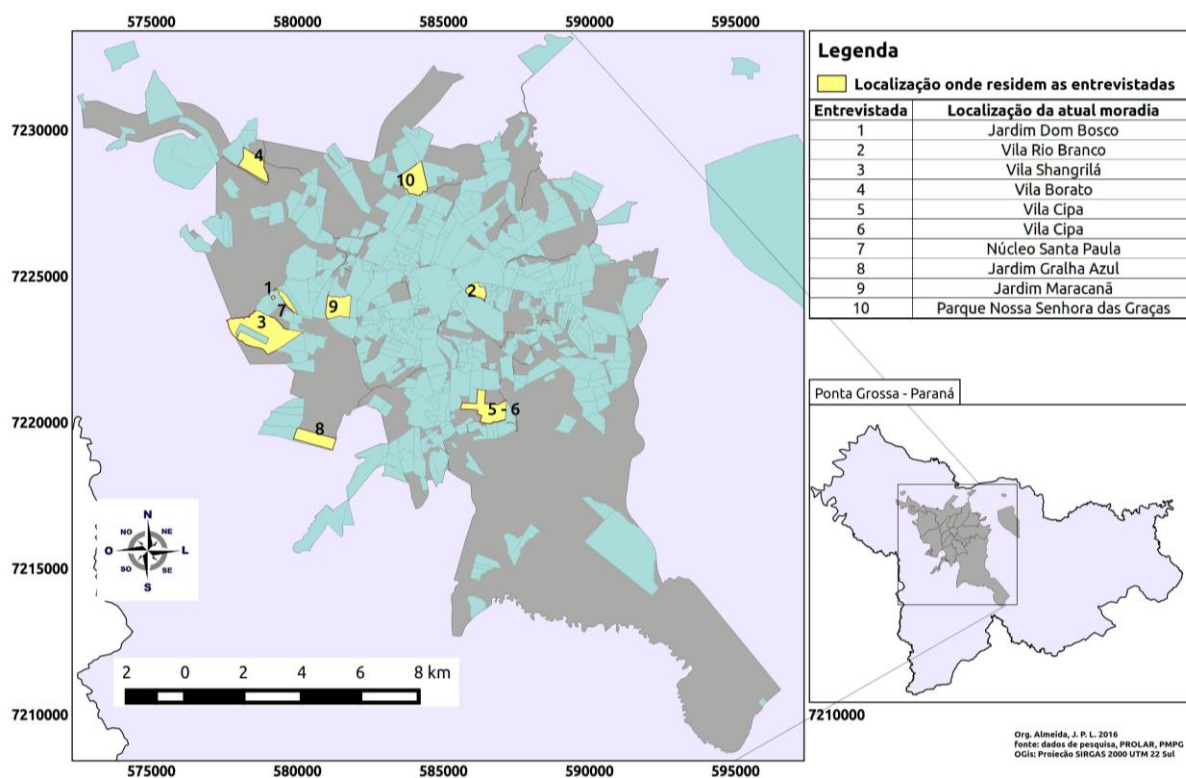
ENTREVISTADAS	LOCALIZAÇÃO (bairro, rua, cruzamento)	Nº DE CÔMODOS	MATERIAL CONSTRUTIVO	Nº DE MORADORES
1	Bairro Dom Bosco	3: quarto, cozinha e WC	Alvenaria	2
2	Vila Rio Branco	3: quarto, cozinha e WC	Alvenaria	2
3	Bairro Shangrilá	3: quarto, cozinha e WC	Madeira	2
4	Bairro Borato (Morava – saiu às vésperas da entrevista)	4: quarto, sala, cozinha e WC	Madeira	4
5	Vila CIPA	3: quarto, cozinha e WC	Madeira	2
6	Vila CIPA	4: quarto, sala, cozinha e WC	Madeira	2
7	Santa Paula	5: 2 quartos, sala, cozinha e WC	Alvenaria	9
8	Gralha Azul	5: 2 quartos, sala, cozinha e WC	Alvenaria	4
9	Jardim Maracanã	5: 2 quartos, sala, cozinha e WC	Alvenaria	2
10	Parque Nossa Senhora das Graças	5: 2 quartos, sala, cozinha e WC	Madeira	2

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

Segue cartograma denominado “Localização das atuais residências das mulheres entrevistadas responsáveis pela unidade familiar cadastradas na PROLAR que aguardam a concessão do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Ponta Grossa – Paraná”, demonstrando a localização das residências atuais das mulheres entrevistadas do “Grupo 1”.

FIGURA 1 - Cartograma da localização das atuais residências das mulheres entrevistadas pela unidade familiar cadastradas na PROLAR que aguardam a concessão de imóvel financiado pelo programa "Minha Casa, Minha Vida", na cidade de Ponta Grossa - Paraná.



Fonte: Dados de Pesquisa, PMPG.
 Org.: ALMEIDA, 2016.

Todas as entrevistadas afirmaram ter luz, água e esgoto em suas casas. (Quadro 4). No que diz respeito à infraestrutura disponível no local onde moram, todas afirmam ter sistema de iluminação pública, sistema de água tratada e sistema de esgoto público; 5 afirmaram ter a rua pavimentada (uma das entrevistadas é a pessoa que saiu de casa), enquanto 5 das entrevistadas reclamaram por falta de pavimentação em virtude da intensidade de pó que entra em suas casas (Quadro 5).

QUADRO 4: Infraestrutura existente na casa das entrevistadas

LUZ		ÁGUA		ESGOTO		OUTROS
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO CONSTA
10	0	10	0	10	0	

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

QUADRO 5 - Infraestrutura do local das casas das entrevistadas

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		SISTEMA DE ÁGUA TRATADA		SISTEMA DE ESGOTO PÚBLICO		PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA		OUTROS
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO CONSTA
10	0	10	0	10	0	5	5	

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

Uma das dimensões que demonstram a qualidade de vida de uma população diz respeito, conforme o IBGE (2010), às condições habitacionais, que se destacam sob o prisma da qualidade da estrutura física da construção – como é o caso da cobertura das paredes externas dos domicílios (casas de alvenaria ou de madeira) –, do acesso aos serviços de utilidade pública – como é o caso do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação –, e da quantidade de moradores por cômodo em domicílios particulares permanentes.

Em relação à condição de ocupação dos domicílios, conforme foi possível inferir das entrevistas (que se encontram adiante neste trabalho), nota-se, primeiramente, que a maioria das entrevistadas reside em casas alugadas e outras em casas cedidas. No quesito revestimento das paredes externas dos domicílios, foi possível inferir do Quadro 3, que 5 das entrevistadas residem em casas de alvenaria, e as outras 5 residem em casas de madeira. No entanto, a inquietação dessas moradoras gira em torno ou da dificuldade em pagar aluguel ou por viverem de “favor”, ou, ainda, em relação aos problemas de saúde que essas casas acabam gerando. É o caso da entrevistada que reclama por sofrer de asma e a entrevistada 9, que reclama da intensidade de poeira existente no local onde reside por não haver pavimentação viária. Traz-se esses dados como indicadores de bem-estar que, ao mesmo tempo em que se associa à saúde dos moradores, significa uma característica que contribui para discriminar a qualidade da habitação.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, outro indicador de bem-estar se refere ao número de moradores por dormitório, conforme visto acima. Considera-se que uma ocupação é adequada quando existem até dois moradores por dormitório nos domicílios. No caso das entrevistadas, ao se observar o Quadro 3, nota-se que a situação mais crítica em relação ao número de moradores por dormitório, de acordo com a classificação de ocupação adequada do IBGE, são os casos das entrevistadas 4, 7 e 8. A primeira, com 4 moradores e contando com apenas 4 cômodos em casa, sendo apenas 1 dormitório; a entrevistada 7, que tem 9 moradores

em sua casa e apenas 5 cômodos, sendo apenas 2 dormitórios; e a entrevistada 8, com 4 moradores em sua casa, contando com 5 cômodos, mas apenas 2 dormitórios.

O IBGE (2010) aponta que no período de 1991 e 2010, o Brasil apresentou melhorias no que se refere à infraestrutura de saneamento básico, apresentando melhorias no abastecimento de água por rede geral (que se associa à qualidade de vida dos moradores, por gerar maior conforto e qualidade de vida), no esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e na coleta de lixo dos domicílios. Essa situação fica evidenciada na cidade de Ponta Grossa, como se observa dos quadros 4 e 5 acima, em que todas as entrevistadas afirmaram ter sistema de água tratada e esgoto públicos.

No que se refere ao fornecimento de energia elétrica por companhias de distribuição, o IBGE (2010) destaca ser o serviço que abrangeu quase a totalidade dos domicílios no país, especialmente na Região Sul (99,3%) e na Região Sudeste (99%). Essa situação se verifica em Ponta Grossa, em que, de acordo com os Quadros 4 e 5, todas as entrevistadas afirmaram possuir luz elétrica em casa e sistema de iluminação pública.

Em relação aos equipamentos públicos existentes nas proximidades, a maioria (7 das entrevistadas) afirma ter posto/unidade de saúde próximos, enquanto 2 reclamam pelo posto/unidade de saúde ser distante; todas afirmam ter creches nas proximidades; 8 afirmam ter escolas iniciais nas redondezas e uma não soube responder; 6 das entrevistadas têm conhecimento de haver escolas de 5º ao 9º ano nas proximidades, 2 indicam que não têm, e 1 desconhece; 4 reconhecem a existência de escola de nível médio nas proximidades, 3 dizem não existir, e 2 desconhecem; enquanto 5 das entrevistadas indicam existir, ainda, a modalidade de Supletivo nas proximidades. A entrevistada que havia saído de casa recentemente esclareceu que próximo à sua antiga residência havia um posto de saúde, escolas de séries iniciais e escolas de 5º ao 9º ano. Mencionou que as creches eram bastante longes e não soube dizer acerca da existência de escola de nível médio (Quadro 6).

QUADRO 6 - Equipamentos públicos nas proximidades das casas das entrevistadas

POSTO/ UNIDADE DE SAÚDE		CRECHE		ESCOLAS DE SÉRIES INICIAIS			ESCOLAS DE 5º AO 9º ANO			ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO			OUTROS	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO SABE	SIM	NÃO	NÃO SABE	SIM	NÃO	NÃO SABE	SUP LETI VO	CRAS
8	2	10	0	9	0	1	9	0	1	4	3	3	5	1

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

Além de a moradia dever estar conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica, conforme já visto, em suas proximidades, deve haver, também, escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e com a disponibilidade de serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros.

Quando estes serviços não se encontram à disposição, as mulheres acabam sendo mais afetadas que os homens. Isso se justifica em razão de, além de se dedicarem mais às tarefas domésticas, ainda que trabalhem fora de casa, são elas que se dedicam aos cuidados dos filhos e/ou idosos. Encontrando-se ausentes estes itens, as mulheres consequentemente deixam de se dedicar a outras atividades que garantam a sua independência e são mais afetadas por desgastes físicos, que impactam diretamente na sua saúde. Nesse sentido,

em um processo sincrônico, o Estado intervém na instituição valorizando a autonomia e proteção da individualidade da família com base na regulamentação e na implementação de políticas relacionadas à família. A família, em uma sociedade do trabalho, é mais autônoma e, ao mesmo tempo, dependente dos serviços de saúde, educação, assistência, acesso a transportes, a bancos, a supermercados, etc. Tais características colocam a família em outro lugar de discussão, em que a dinâmica social desenvolve características diferenciadas no que diz respeito à individualização da instituição. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p. 169).

No caso das mulheres entrevistadas, pode-se inferir que uma das maiores expectativas em relação ao recebimento do empreendimento é justamente porque acreditam que, nesses empreendimentos que receberão da PROLAR, terão acesso aos serviços básicos de saúde, escolas, creches, pois associam esses serviços à casa (espaço físico) e acreditam que com o recebimento dos empreendimentos terão significativa melhoria em suas condições de vida como um todo.

Quanto ao transporte público, todas as entrevistadas afirmaram a existência de meio de transporte público disponível na localidade onde residem atualmente, no entanto, enquanto 4 das entrevistadas estão satisfeitas por ter transporte num pequeno intervalo de tempo entre

um ônibus e outro (de 20 a 30 minutos), as demais entrevistadas, ou seja, 5 delas, reclamam pela demora do transporte público que leva de 40 minutos a 1 hora entre um ônibus e outro. Quanto ao transporte público, a entrevistada que saiu de casa no dia anterior à entrevista disse que não tinha reclamações, pois os ônibus passavam próximo à sua residência de 15 em 15 minutos (Quadro 7).

QUADRO 7: Periodicidade de meio de transporte público disponível

ENTREVISTADA	EXISTÊNCIA	PERIODICIDADE
1	SIM	A cada 20 minutos
2	SIM	A cada 30 minutos
3	SIM	A cada 30 minutos
4	SIM	A cada 15 minutos
5	SIM	A cada 40 minutos
6	SIM	A cada 40 minutos
7	SIM	A cada 20 minutos
8	SIM	A cada hora
9	SIM	A cada hora
10	SIM	A cada hora

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas nos meses de junho e julho de 2015.

Ao se falar em transporte se tem a percepção de que este é fundamental em nossa configuração social, verificando-se sua importância na sociedade bem como a importância de ser cotidianamente garantido e aperfeiçoado pelo Estado. A importância do transporte está relacionada aos diversos direitos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição da República de 1988.

O direito ao transporte é considerado um direito-meio, tendo em vista que influencia e condiciona o acesso aos demais direitos. Além disso, referido direito constitui-se em um elemento de vital importância para assegurar as condições necessárias para uma vida digna, seja para ter acesso à rede pública de saúde, à educação, centros culturais e de lazer, liberdade de ir e vir, local de trabalho, e tantos outros direitos que necessitam de deslocamento para serem exercidos e usufruídos. (GUIA DE DIREITOS, 2016).

Desse modo, não se pode enxergar o transporte como um mero favor ou um bem particular, posto que é um direito essencial de todo ser humano, devendo ser acessível a todos e o Estado tem a obrigação de proporcionar um serviço de qualidade.

No Brasil, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), foi promulgada, em 2015, a Emenda Constitucional 90, que resultou da Proposta de Emenda Constitucional n. 90/2011, e se destinou à inclusão do direito social de transporte no rol de direitos do artigo 6º da Constituição da República.

Tal inclusão no texto constitucional se deu em virtude de se considerar ser necessária a melhoria da mobilidade em todo o território nacional, dispondo-se de mais recursos e possibilidade de fundos de investimento. Desse modo, ao lado dos demais direitos sociais elencados no artigo 6º (tais como moradia, alimentação, saúde, dentre outros), foi incluído o transporte na lista dos direitos sociais.

O jurista Ingo Wolfgang Sarlet (2015) destaca que

a inserção de um direito ao transporte guarda sintonia com o objetivo de assegurar a todos uma efetiva fruição de direitos (fundamentais ou não), mediante a garantia do acesso ao local de trabalho, bem como aos estabelecimentos de ensino (ainda mais no contexto da proteção das crianças e adolescentes e formação dos jovens), serviços de saúde e outros serviços essenciais, assim como ao lazer e mesmo ao exercício dos direitos políticos, sem falar na especial consideração das pessoas com deficiência (objeto de previsão específica no artigo 227, § 2º, CF) e dos idosos, resulta evidente e insere o transporte no rol dos direitos e deveres associados ao mínimo existencial, no sentido das condições materiais indispensáveis à fruição de uma vida com dignidade.

Sarlet (2015) afirma a importância deste direito à dimensão do mínimo essencial, no sentido de que seria dispensável a positivação textual deste direito, uma vez que este já tinha a tratativa de direito fundamental implícito. O mesmo autor destaca que ao se ter

em conta que os elementos centrais da assim chamada fundamentalidade em sentido formal, que se soma ao viés material, residem na aplicabilidade imediata das normas de direitos fundamentais e na proteção privilegiada contra intervenções por parte do poder público, mas também se consubstancia no fato de que os direitos fundamentais assumem a condição de limites materiais ao poder de reforma constitucional, resta avaliar como isso poderá se aplicar ao direito ao transporte, evitando, portanto, que o mesmo se transforme em mais uma promessa constitucional carente em grande medida de efetividade. (SARLET, 2015).

No que se refere à aplicabilidade imediata, o autor defende que se exige a vinculação direta dos atores estatais e, em certa medida, dos atores privados, ao direito ao transporte, para assegurar-lhe a máxima eficácia e efetividade. (SARLET, 2015).

Conforme se extraiu das entrevistas, o transporte público ainda não se apresenta suficiente para todas as entrevistadas, prejudicando enormemente sua locomoção e desenvolvimento em sociedade. Partindo dessa premissa, afirma-se que, na elaboração de políticas públicas, o transporte coletivo deve ter prioridade sobre o transporte individual, porém abarcando conforto, tempo e custo. “O direito ao transporte é influenciado pelo modelo de ocupação do território, pela especulação imobiliária e tem forte impacto em questões como segregação social, uso dos espaços coletivos, localização de equipamentos públicos”. (GUIA DE TRANSPORTES, 2015).

Assim, toda política pública deve interferir da melhor forma possível nos meios de locomoção da população, especialmente às de baixa renda, propiciando o acesso à rede

pública de saúde, à educação, centros culturais e de lazer, liberdade de ir e vir, local de trabalho, e tantos outros direitos que necessitam de deslocamento para serem exercidos e usufruídos, em conformidade com o que foi visto acima.

Outro ponto que foi necessário perquirir refere-se a desvendar qual é a expectativa em relação à nova moradia das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar que aguardam a concessão dos imóveis por meio do financiamento do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, tendo sido elaboradas algumas questões abertas para que demonstrassem quais as suas expectativas quando receberem o empreendimento da PROLAR.

Quando lhes foi perguntado acerca das necessidades em relação à nova moradia, as entrevistadas se manifestaram da seguinte forma:

Entrevistada 1: *“Moro numa casa emprestada. Não pago aluguel e ajudo com R\$50,00 quando posso. Mas vou ter que entregar a casa no final de junho. Minha necessidade é porque eu preciso da casa. Não tenho pra onde ir. Pelo menos agora vou ser a dona e vou estar segurar de que ninguém vai me mandar embora”* (sic).

Entrevistada 2: *“Moro numa casa alugada e pago ‘duzentão’ por mês. O aluguel ta caro e ainda vai subir. Na verdade moro num porão. Tem muito mofo lá. Faz mal pro piá, pra respiração. A casa ta toda partida em cima. Tá bem feia, sem pintura. A mãe com a vó ajudam pra gente se manter. Só pago a água. A pessoa que mora na parte de cima paga a luz pra gente”* (sic).

Entrevistada 3: *“Prefiro morar sozinha com meu filho. Não me acerto com as pessoas da minha família. Moro na casa da minha mãe e já ta bem velha. Por isso que procurei a PROLAR”* (sic).

Entrevistada 4: *“Saí de casa ontem”* (19 de maio de 2015). *“Meu marido me bateu e me expulsou de lá com o nenê. Tô dependendo de ajuda de amigas, porque minha mãe também não quer saber de mim. Pedi móveis ao Jocelito e vim na PROLAR. Minha necessidade é a casa. Preciso de tudo, ok?”* (sic).

Entrevistada 5: *“Preciso parar de pagar aluguel e dar mais comodidade pra minha filha”* (sic).

Entrevistada 6: *“Preciso ter minha casa. Onde to é dos meus irmãos que ficou de herança. E também por causa da saúde. Sofro com asma”* (sic).

Entrevistada 7: *“Só quero ter minha casa. Tô terminando os estudos e não tenho nenhuma expectativa financeira”* (sic).

Entrevistada 8: *“Menina, só preciso sair logo da casa. Ela ta boa pra mim, mais num posso pagar. O locador ta querendo pegar a casa de volta. Num tenho o que fazer. Vim aqui pra ver se a PROLAR apressa ‘a coisa’. Já moro no Gralha Azul e pedi a casa lá mesmo”* (sic).

Entrevistada 9: *“A casa que eu moro é alugada. Não tenho marido, porque é melhor nem ter se eu tiver que me sustentar. A gente sofre porque precisa pagar aluguel e isso não é fácil porque tudo o que a gente ganha não dá pra nada. A casa que eu moro com meu filho é de terra. Dia de vento é complicado. Tem muita poeira. Meu piá só reclama disso”* (sic).

Entrevistada 10: *“Moro de aluguel, mas não posso mais pagar. A casa ta boa. Mas o aluguel prejudica tudo. Tô com dificuldade em pagar luz e água. Meu dinheiro não ta dando e nem consigo nem ‘aquele’ luz fraterna para quem tem renda pequena, sabe?”* (sic).

Quando lhes foi perguntado acerca da necessidade de sua família, as respostas foram as seguintes:

Entrevistada 1: *“Só quero ter uma casa. Eu e minha filha “tamo” bem”* (sic).

Entrevistada 2: *“Eu preciso de creche. A que tem é muito cheia. Mercado e farmácia tem por perto, porque o Tozetto de Uvaranas é logo ali”* (sic).

Entrevistada 3: *“Preciso de uma casa maior, que tenha mais cômodos. Precisa melhorar infraestrutura”* (sic).

Entrevistada 4: *“Todas”* (sic).

Entrevistada 5: *“Ah, eu preciso da casa. As coisas que a gente precisa de fora tem tudo aqui perto”* (sic).

Entrevistada 6: *“Preciso ter minha casa pra ter sossego”* (sic).

Entrevistada 7: *“Preciso parar de viver de favor e ter minha dignidade”* (sic).

Entrevistada 8: *“Ah, é um desgosto. Mas nem penso em outras coisas. Não sei do que a gente precisa. Só preciso da minha casa. Que seja minha e ninguém tire. Preciso de sossego, filha. Só mercado e a farmácia que é difícil de ir”* (sic).

Entrevistada 9: *“Ai moça... a casa pra mim ta boa, não tenho outras necessidades. Minha insatisfação mesmo é pagar aluguel e viver na poeira”* (sic).

Entrevistada 10: *“Eu tenho muita necessidade com meu guri. Não tenho condição pra pagar um médico bom, porque lá não tem. O guri precisa de coisa pra escola e não posso dar. É muito triste! Também não posso comprar uma blusa nova nem um sapato novo. É vergonhoso, moça!”* (sic).

Perguntou-se também acerca dos equipamentos sociais que a família precisaria para garantir seu bem-estar. As respostas foram:

Entrevistada 1: *“Preciso de creche pra por a menina, senão nunca vou conseguir emprego. Quero também uma escola, quero terminar de estudar”* (sic).

Entrevistada 2: *“Eu preciso de dentista, mas nunca tem. Eles só atendem quatro pessoas no dia. Mesmo indo cedo, jogam a gente pro fim da fila”* (sic).

Entrevistada 3: *“Tá precisando asfaltar a rua. Precisa de médico, porque na vila só tem uma que é cubana e só é clínica geral”* (sic).

Entrevistada 4: *“Preciso de tudo, moça!”* (sic).

Entrevistada 5: *“Tá precisando de segurança. Lá é muito perigoso”* (sic).

Entrevistada 6: *“Precisa de segurança. Tem muito assalto e tiroteio”* (sic).

Entrevistada 7: *“Lá tem tudo. Mas não é meu canto”* (sic).

Entrevistada 8: *“A gente precisa de ônibus. A escola é boa. Precisa que o postinho seja ativado. Esses políticos não ‘faz’ nada. Só quando tem eleição. É duro, heim!”* (sic).

Entrevistada 9: *“Lá falta ter médico e dentista. Mas a gente anda um pouco e se vira. O problema é a terra da rua que não tem asfalto”* (sic).

Entrevistada 10: *“Ah, falta muita coisa. Não tem dentista no posto. Médico é difícil. Só tem 12 consultas no dia. O oftalmologista nem se fale. Faz uns 3 ou 4 anos que to esperando e nada. Meu ex-marido ficou com pouca visão por causa disso. O homem ta quase cego e ninguém faz nada”* (sic).

A última pergunta foi em relação às expectativas que as entrevistadas têm com a aquisição do imóvel. Seguem as respostas:

Entrevistada 1: *“Minha expectativa é ter segurança e cuidar bem da minha filha. Já fui expulsa da casa da minha mãe, agora do marido. Não aguento mais isso. Preciso viver em paz”* (sic).

Entrevistada 2: *“Quero poder ter uma vida melhor. Poder me manter melhor e diminuir meus gastos. Pelo menos dizem que nas casas da PROLAR tem farmácia, tem médico e tem dentista perto”* (sic).

Entrevistada 3: *“Meu sonho é meu bem-estar. Ter minha casa própria”* (sic).

Entrevistada 4: *“Ter onde ficar”* (sic).

Entrevistada 5: *“Eu quero ter tranquilidade e poder criar bem minha filha. Quero uma vida melhor na casa nova”* (sic).

Entrevistada 6: *“Meu sonho é que a casa seja minha e melhorar as condições de vida, principalmente na saúde” (sic).*

Entrevistada 7: *“Ah, com a casa nova vou ter mais vontade de lutar, estudar, arrumar um emprego fixo e vai sobrar dinheiro pra mim e pras crianças” (sic).*

Entrevistada 8: *“Você espera tudo! Só o fato de não precisar pagar e a casa não ser tua já ajuda um monte” (sic).*

Entrevistada 9: *“Nossa, nem fale! (risos) É uma alegria e tanto. Nem tem como agradecer a Deus! Pagar menos e ter tudo perto, rua asfaltada, médico, farmácia. Vai ser uma benção e meu filho não vai mais reclamar!” (sic).*

Entrevistada 10: *“Quero praticidade (sorri). Mais conforto. Ao invés de pagar aluguel, terei mais tranquilidade. Meu filho ia ter mais dignidade também. Na casa da PROLAR vou ter vantagem na água e na luz. Vou poder usar o luz fraterna e o baixa renda (risos)” (sic).*

Ao se analisar as respostas das 10 entrevistadas do “Grupo 1”, no que se refere às expectativas com o recebimento dos empreendimentos da PROLAR, puderam ser constatados alguns fatores que incidem e infligem a vida dessas mulheres.

Desse modo, ao se compulsar os depoimentos das entrevistadas, visualizou-se como um dos primeiros aspectos a questão da insegurança social. Este fator da insegurança social é percebido em passagens que se referem a “morar em casa emprestada”, “necessidade de entregar a casa”, “sentimento de ser dona porque ninguém mais vai poder mandar embora da casa onde se encontra”, “necessidade de que outras pessoas ajudem com os gastos”, “valor exacerbado de aluguel para o padrão social”.

Nesse sentido, tem-se, inicialmente, que a insegurança social pode ser caracterizada de acordo com a concepção do sociólogo francês Robert Castel (2005). Para o autor, a construção das sociedades modernas se dá sobre o alicerce da insegurança, pois entende que essas sociedades não são capazes de, por si próprias, assegurar proteção e com isso, permitir a reprodução da vulnerabilidade das massas, que se expressam por meio do desemprego e precarização do trabalho. Daí decorrem as situações de vulnerabilidade social, segregação sociespacial e desfiliação. A atual situação é a responsável pela promoção do desemprego e instabilidade na inadequação dos sistemas de proteção social. (CASTEL, 2005).

Em sua obra *“A insegurança social: o que é ser protegido?”*, Castel (2005) traz uma reflexão acerca das mudanças socioeconômicas nos sistemas de proteção social. Entende, então, que os indivíduos experimentaram uma verdadeira insegurança social, especialmente nas periferias, onde se dão os principais fatores de segregação socioespacial. Sob o ponto de vista do autor, situações de segurança ou insegurança social se relacionam aos tipos de proteção que uma sociedade garante, ou não garante, de forma adequada. Por seu viés, estar protegido significa, então, enfrentar os principais riscos de vida, situação essa que não é muito facilitada, tendo em vista que há o enfraquecimento das coberturas tradicionais e o sentimento de impotência diante das ameaças que se fazem presentes no processo de desenvolvimento social. (CASTEL, 2005).

Outro aspecto que caracteriza a insegurança social, refere-se às questões de violência ainda sofrida por muitas mulheres, que, a exemplo da entrevistada 4, acabou sendo expulsa do imóvel em moradia com seus filhos e seu marido.

O relatório do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (Cohre), intitulado *“Um Lugar no Mundo”*, analisa a questão da violência contra a mulher no Brasil, na Argentina e na Colômbia. “Centenas de milhares de vítimas de violência doméstica na América Latina permanecem nos lugares onde sofrem maus tratos porque não têm opção de moradia”, conforme revela um estudo de uma ONG com sede em Genebra, na Suíça. (MÍDIA NEWS, 2013).

Este estudo destaca que “a falta de acesso a uma moradia adequada, incluindo refúgios para mulheres que sofrem maus tratos, impede que as vítimas possam escapar de seus agressores”. Outro ponto é que “a dependência econômica aparece como a primeira causa mencionada pelas mulheres dos três países como o principal obstáculo para romper uma relação violenta”. (MÍDIA NEWS, 2013).

A grande questão que surge para essas mulheres vítimas de violência é saber para onde vão quando decidem romper com o círculo da violência doméstica, sendo este fator determinante para continuar ou não mantendo uma relação violenta com seu companheiro.

O estudo do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos – Cohre – destaca que, muito embora as mulheres vítimas de violência tenham como alternativa mudar-se para a casa de algum parente ou amigo após a agressão, “com o passar do tempo, e se sentindo incapazes de assegurar uma solução permanente ou mesmo de transição para o problema de moradia, essas mulheres, frequentemente, não têm outra saída a não ser voltar a viver com seu agressor”. (MÍDIA NEWS, 2013).

O problema da violência doméstica atinge, sobretudo, as mulheres pobres e que muitas vezes realizam trabalhos em setores informais da economia ou se dedicam às atividades do lar (podendo fazer ambos) e ficam sujeitas à renda do companheiro, como ocorreu com a entrevistada 4.

Dessa forma, para as mulheres vítimas de violência doméstica, a insegurança da posse da terra e da habitação pode ser fatal: muitas não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável de habitação para si e para seus filhos.

Conforme Raquel Rolnik (2011), processos de despejos forçados feitos pelo Estado também impactam as mulheres de maneira violenta, trazendo estresse psicológico e desestabilização do ambiente familiar. Durante o despejo, além da destruição da casa e dos bens, podem ocorrer abusos verbais e espancamentos, estupros e até assassinatos.

Além disso, conforme já visto neste estudo, a moradia adequada tem que apresentar boas condições de proteção contra frio, calor, chuva, vento, umidade e, também, contra ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação e qualquer outro fator que ponha em risco a saúde e a vida das pessoas. Além do mais, o tamanho da moradia e a quantidade de cômodos (quartos e banheiros, principalmente) devem ser condizentes com o número de moradores. Espaços adequados para lavar roupas, armazenar e cozinhar alimentos também são importantes. “Quando as condições de habitação não são adequadas, os impactos na vida das mulheres são profundos, já que, tradicionalmente, elas exercem o papel social de cuidadoras da casa e da família”.

Outro fator que frequentemente ameaça a habitabilidade da moradia é a superlotação. Em casas com um ou dois quartos muitas vezes moram dez ou doze pessoas. Esse contexto impede a privacidade das/dos moradoras/es e também aumenta a exposição das mulheres e meninas a situações de violência sexual. (ROLNIK, 2011, p. 14).

Saffioti (2001, p. 101), destaca que a “violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”. Para a autora, “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”.

É o conceito de dominação simbólica utilizado por Saffioti e que em Bourdieu (1998, p. 15), entende-se como

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a

divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos.

Nessa perspectiva, Saffioti (2001) destaca que a própria dominação constitui, por si só, uma violência. E a violência simbólica

institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto (BOURDIEU, 1998, p. 41).

A violência simbólica, conforme Saffioti (2001, p. 118), “impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado”. É nesse contexto que se faz referência à contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Ou seja, é um fenômeno que vai além da consciência, excluindo-se a possibilidade de pensar em cumplicidade feminina com os homens. (SAFFIOTI, 2001).

Sendo o *locus* privilegiado da mulher o espaço doméstico, muito embora a ele não se restrinja, o Estado justifica facilmente sua não intervenção no espaço privado. Explica-se essa afirmação no sentido de que o espaço privado não se concebe em termos territoriais, apenas. Mas simbolicamente, conferindo aos homens “o direito de exercer seu poder sobre as mulheres mesmo que estas já se hajam deles separado”. Isto é mais claro “quanto mais as mulheres se tenham mostrado independentes, bem sucedidas financeiramente e, sobretudo, hajam tomado a iniciativa dar sua permanência em separado”. (SAFFIOTI, 2001, p. 134).

Ainda em relação ao “Grupo 1”, encontra-se o que se chama de necessidades humanas, conceito esse que também vai ser aplicado ao “Grupo 2”. Nesse aspecto, no que se refere às políticas, direitos, normas protetoras, trabalho, por meio do qual tanto a natureza quanto a sociedade (e os próprios atores sociais) são transformados, existem necessidades percebidas e socialmente compartilhadas. (PEREIRA, 2006).

Ao serem reconhecidas as necessidades humanas e no reconhecimento da obrigação do Estado em satisfazê-las é que existe a distinção deste com o mercado, que objetiva, principalmente, o lucro. As necessidades humanas sempre tiveram, então, lugar de destaque, fundamentando a justiça e os direitos de cidadania, posto que são essas necessidades que lhes servem de pressupostos e justificação. (PEREIRA, 2006).

Tem-se, então, que “o conceito de necessidades humanas é relevante para justificar os direitos de cidadania em geral, e os direitos sociais em particular, bem como para subsidiar a criação de serviços sociais comprometidos com pelo menos o básico de bem-estar da população”. (PEREIRA, 2006, p. 69).

Nesse sentido Potyara Pereira (2006, p. 73) destaca que o

principal critério utilizado para definir necessidades humanas básicas – e diferenciá-las de carências materiais, bem como de preferências, desejos, compulsões, sonhos de consumo – é o que se baseia nos efeitos do não atendimento contínuo de necessidades socialmente compartilhadas. O método consiste em verificar se as consequências desse não-atendimento causam sérios danos, ou prejuízos, isto é, se produzem degeneração efetiva na integridade física e na autonomia das pessoas a ponto de condená-las a uma vida sub-humana.

Assim, o paradigma centrado no conceito não convencional de necessidades humanas básicas tem princípios e critérios radicalmente diferentes dos adotados pelo paradigma liberal. Isso se justifica porque “não aceita a fatalidade da ordem social espontânea em que os mais fortes tendem a subjugar livremente os mais fracos”; “não desresponsabiliza as instituições públicas de zelar pela justiça, o que incumbe ao Estado o dever de prover bens e serviços sociais em correspondência aos direitos dos cidadãos de terem as suas necessidades básicas satisfeitas; “transforma indivíduos egoístas em cidadãos responsáveis e responsivos”; “contrapõe à liberdade negativa a liberdade positiva dos cidadãos de exigirem dos poderes públicos não só a remoção de obstáculos que os impedem de exercer sua autonomia, mas o contínuo, sistemático e previsível apoio econômico e social a esse exercício”; “considera as políticas públicas como um direito de crédito dos cidadãos e um dever de prestação por parte do Estado”; “desmistifica o discurso neoliberal de que o mercado é o agente por excelência da liberdade e da democracia”; “rejeita as políticas sociais focalizadas na pobreza extrema, porque está provado que tais políticas não liberam o pobre desta condição, funcionando, ao contrário, como armadilhas da pobreza”. (PEREIRA, 2006, p. 75).

Em relação às mulheres responsáveis pela unidade familiar, o contexto das necessidades humanas básicas exige respostas diferenciadas, especialmente no que se refere à política habitacional. Muito embora se visualize um relativo avanço nas políticas habitacionais, nota-se que estas não atingiram plenas condições de efetividade. Observou-se, pelas respostas das entrevistadas, que é enorme a carência relacionada à saúde pública, educação e lazer. Seu acesso nem sempre é favorecido pelas grandes distâncias que as afastam dos serviços públicos. Viu-se, nas falas, a carência por mais médicos, por dentistas, por oftalmologistas. E, ao se observar as entrevistas do “Grupo 2”, constatou-se que tal situação ainda não mudou em relação aos empreendimentos da PROLAR. Isso porque, ainda que

algumas vezes haja a disponibilidade do serviço público, estes não são de qualidade e nem suficientes para atender à demanda das famílias.

Assim, no tocante ao “Grupo 2”, notou-se não haver diferença substancial em relação ao “Grupo 1”, aspectos estes que serão adiante apontados e demonstradas as diferenças.

No que concerne a este segundo grupo, conforme explicado acima, foram realizadas 6 entrevistas, visando desvendar se foram atendidas as expectativas das famílias monoparentais que têm as mulheres como responsáveis pela unidade familiar em relação à rede de proteção social que, após terem sido atendidas pela PROLAR, atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná. Tais entrevistas foram realizadas nos imóveis componentes de cinco dos conjuntos habitacionais já instalados na região, quais sejam, Jardim Atenas, Boreal, Gralha Azul, Recanto Verde e Jardim Roma. A escolha destes conjuntos se deu em virtude de terem sido os cinco primeiros entregues e ocupados na cidade, embora já existam outros conjuntos em funcionamento (Quadro 8).

QUADRO 8 - Entrevistas realizadas com mulheres responsáveis pela unidade domiciliar nos conjuntos do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa – Paraná

Entrevistas 2015	Total de Entrevistas (n.)
Conjunto Jardim Athenas	1
Conjunto Jardim Boreal	1
Conjunto Jardim Recanto Verde	0
Conjunto Jardim Roma	2
Conjunto Jardim Gralha Azul	2
Total	6

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas no período de Março a junho de 2015.

Quanto à filiação, constatou-se que, das mulheres entrevistadas, 1 tem um único filho; 3 delas têm 2 filhos; 1 tem 4 filhos – sendo que mora somente com 3 deles; enquanto 1 das entrevistadas tem 8 filhos, porém mora com apenas 4 deles (Quadro 9).

Além dos filhos, outro levantamento que se fez por meio do formulário de pesquisa foi a presença ou ausência de outros componentes familiares na residência das entrevistadas. Daí se constatou que 5 delas moram apenas com os filhos, enquanto 1 mora juntamente com mais um componente familiar (Quadro 9).

QUADRO 9 – Caracterização socioeconômica das Famílias Monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar que se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná

ENTRE VISTA DAS GRUPO 2	IDADE	ESTADO CIVIL	OCUPAÇÃO/ PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	FAIXA DE RENDA (da chefe de família/ da família)	Nº DE FI LHOS	OUTROS COMPONEN TES FAMILIARES
1 (Conjunto Athenas)	35	Solteira	Diarista	6ª a 8ª série	Aprox. R\$1500,00	2	1
2 (Conjunto Boreal)	43	Solteira	Zeladora	6ª a 8ª série	R\$920,00	8	0
3 (Conjunto Roma)	27	Solteira	Diarista	6ª a 8ª série	R\$ 788,00	1	0
4 (Conjunto Roma)	36	Solteira	Do lar	1ª a 5ª série	Aprox. R\$500,00	2	0
5 (Conjunto Gralha Azul)	40	Solteira	Diarista	1ª a 5ª série	Aprox. R\$ 500,00	2	0
6 (Conjunto Gralha Azul)	42	Solteira	Trocadora de ônibus	Ensino Médio/2º Grau	Aprox. R\$ 940,00	4	0

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas no período de Março a junho de 2015.

No que se refere ao cadastro na PROLAR e à espera pela entrega do empreendimento, 1 das entrevistadas afirmou ter esperado para receber o empreendimento por 13 anos, mas já se encontra nele há 3 anos; 1 afirmou que ficou esperando por 6 anos e já está no empreendimento há 3 anos; 1 afirmou que esperou por 6 meses e está no empreendimento há 4 anos; 3 afirmaram que esperaram em torno de 1 ano e meio, sendo que 1 já está no empreendimento há 5 anos, a outra há 3 anos e a outra há 2 anos. (Quadro 10).

QUADRO 10 – Tempo de cadastro na PROLAR e espera pela entrega do empreendimento e tempo em que já se encontra no empreendimento

ENTREVISTADA	TEMPO DE ESPERA NA PROLAR	TEMPO QUE MORA NO EMPREENDIMENTO
1	6 anos	3 anos
2	6 meses	4 anos
3	Aprox. 1 ano e meio	3 anos
4	1 ano e meio	2 anos
5	1 ano e meio	5 anos
6	13 anos	3 anos

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas no período de Março a junho de 2015.

Quanto às casas em que as entrevistadas residiam anteriormente, a maioria delas era construída de madeira – 4 delas –; 1 afirmou que a casa era de alvenaria e 1 afirmou que a casa era de construção mista (alvenaria/madeira). Quanto ao número de cômodos, 1 das casas possuía 3 cômodos; 2 das casas, 4 cômodos; 2 das casas possuíam 5 cômodos; e 1 das casas tinha 6 cômodos. Além disso, 1 das entrevistadas residia em casa que agregava apenas 2 moradores; 1 tinha casa com 3 moradores, 1 tinha casa que com 4 moradores e 3 tinham casas que agregavam 5 moradores. Ademais, importante ainda que se destaque que, das casas anteriores das entrevistadas, 2 tinham o imóvel emprestado, 2 moravam em área de risco, e 2 tinham o imóvel alugado. (Quadro 11).

Em relação à casa atual, os empreendimentos foram construídos de forma padrão, ou seja, todas de alvenaria, com 5 cômodos (sala, cozinha, 2 quartos e 1 banheiro), sendo que dentre as entrevistadas 1 fez alteração no imóvel e o aumentou. Além disso, outra mudança em relação à casa anterior é no que se refere ao número de moradores, uma vez que a casa de uma das moradoras do Conjunto Gralha Azul agregava 4 moradores e agora agrega três, e outra, do mesmo conjunto, tinham 5 moradores e agora apenas 3 (Quadro 11).

QUADRO 11 – Caracterização da casa anterior e das casas atuais das entrevistadas do “Grupo 2” nos Jardins Athenas, Boreal, Gralha Azul e Roma

ATHENAS						
Entrevistadas “Grupo 2”	Localização Anterior	Categoria	Cômodos N. (Tipo)	Material Construtivo	Moradores na Casa (N.)	
					Anterior	Atual
1	Jardim Paraíso	Emprestada	4 (Coz./Sala/Quarto/WC)	Madeira	4	4
BOREAL						
2	Vila Real	Área de Risco	3 (Quarto/Coz. e WC)	Madeira	5	5
ROMA						
3	Ronda	Emprestada	4 (Quarto/Sala/Coz./WC)	Mista	2	2
4	Santa Terezinha	Alugada	6 (3 Quartos/Sala/Coz./WC)	Madeira	3	3
GRALHA AZUL						
5	Ronda	Área de Risco	5 (2 Quartos/Sala/Coz./ WC)	Madeira	4	3
6	Rio Branco	Alugada	5 (2 Quartos/Sala/Coz./ WC)	Alvenaria	5	3

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas no período de Março a junho de 2015.

Todas as entrevistadas afirmaram que tinham luz, água e esgoto em suas casas anteriores. Quanto à infraestrutura disponível no local onde moravam, todas afirmaram ter sistema de iluminação pública e sistema de água tratada; no que se refere ao sistema de esgoto, 4 afirmaram possuir o serviço na casa anterior, enquanto 2 afirmaram que não disponibilizavam desse tipo de serviço anteriormente. Em relação à pavimentação viária, apenas 2 das entrevistadas afirmaram que tinham a rua pavimentada, enquanto 4 afirmaram não ter na casa anterior.

Em relação às casas em que residem atualmente, as casas de todas as entrevistadas têm luz, água e esgoto, bem como todas as casas são servidas de sistema de iluminação pública, sistema de água tratada, sistema de esgoto público e pavimentação viária.

No que se refere a esses fatores em relação ao “Grupo 2”, observa-se que seguiram o mesmo padrão e apresentaram a mesma problemática que já havia sido visualizada no “Grupo 1”. Por essa razão, remete-se aos pontos aqui destacados, à mesma análise que já foi feita em relação ao primeiro grupo, a fim de evitar a repetição de ideias.

Já no que se refere aos imóveis dos empreendimentos do Programa “Minha Casa Minha Vida”, observa-se que no espaço interior da casa as características apontadas pelas moradoras evidenciam uma positiva mudança social em relação aos Conjuntos Athenas,

Boreal, Gralha Azul e Roma. Em relação ao Conjunto Recanto Verde, frise-se que não foi possível a realização de nenhuma entrevista.

Inicia-se os apontamentos no que se refere a esses aspectos destacando que, em termos de localização, a não ser pela entrevistada de número “2”, que saiu de área de risco, os lugares que habitavam anteriormente apresentavam melhor infraestrutura que o dos conjuntos em que atualmente se encontram.

As casas anteriores, contando em média com 4 ou 5 cômodos, eram predominantemente de madeira. Ao se analisar o Quadro 9, nota-se que não houve perceptível alteração quanto ao número de moradores em relação à casa anterior. O que mudou nesse aspecto foi a possibilidade de acesso à casa própria em situação regular, com melhoria na qualidade do material construtivo.

Contudo, apresenta-se como ponto negativo na mudança para as casas atuais a localização dos conjuntos. Ao mesmo tempo em que se tem casas de qualidade no que se refere à infraestrutura (muito embora as moradoras reclamem por estragos nas casas), a localização em que se encontram as tornam precárias e bastante distanciadas daquilo que possa lhes oferecer inclusão e desenvolvimento socioespacial, o que lhes permitiria melhoria, em termos de qualidade de vida.

Nesse sentido, Lombardi (2014, p. 129) destaca que isso é fruto de “políticas de planejamento e gestão urbanas excludentes, que não consideraram as diferentes demandas sociais e econômicas da população brasileira e são baseadas em padrões de regularização urbanística voltados para setores restritos da cidade”. Prossegue a autora afirmando que, “a lógica de expansão horizontal urbana, como foi o caso do “MCMV” em Ponta Grossa, instituiu uma excessiva necessidade de deslocamentos a partir dos conjuntos atuais”. Ou seja, houve o desfavorecimento na área educacional, o acesso a empregos e saúde, o que, além de já serem precários nas casas anteriores, tornaram-se piores nas casas atuais.

Contudo, conforme foi citado, a entrevistada 2 teve uma mudança bastante positiva em relação à casa anterior. Houve a remoção de sua família de uma área de risco possibilitando, além de maior segurança, uma minimização da degradação ambiental. Mesmo em relação às outras entrevistadas foi possibilitado o acesso formal à terra.

Com o cartograma que segue, denominado “Deslocamento Intra-Urbano das Famílias Monoparentais que têm a mulher como Responsável pela Unidade Domiciliar, atendidas pela PROLAR e atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’”, procurou-se demonstrar como se deram os deslocamentos das famílias das mulheres entrevistadas das casas anteriores para as atuais,

bem como as distâncias entre a residência anterior e a residência atual e o centro. Nota-se que o maior fluxo de deslocamento para as casas atuais se localiza nos Conjuntos Jardim Athenas na porção oeste da cidade, para os Conjuntos Athenas, Roma e Gralha Azul. Na sequência, com o deslocamento para a direção norte da cidade, observou-se o fluxo para o conjunto Jardim Boreal. Em relação ao Conjunto Recanto Verde, não foi possível ter uma constatação, justamente porque, como já se disse, não foi possível a realização de nenhuma entrevista.

Pelo Quadro 12, que segue após o Cartograma 2 abaixo, constatou-se que as casas atuais têm localização mais periférica, pois, ao se observar o cartograma e o Quadro 12, pode-se perceber que o Residencial Athenas está a 8,5 km de distância do centro, o residencial Jardim Boreal a 11,4 km, o Residencial Roma a 7,3 km, enquanto o Residencial Jardim Gralha Azul se encontra a 9,3 km do centro.

Além disso, fazendo o comparativo da distância das casas anteriores com a das atuais, tem-se o seguinte:

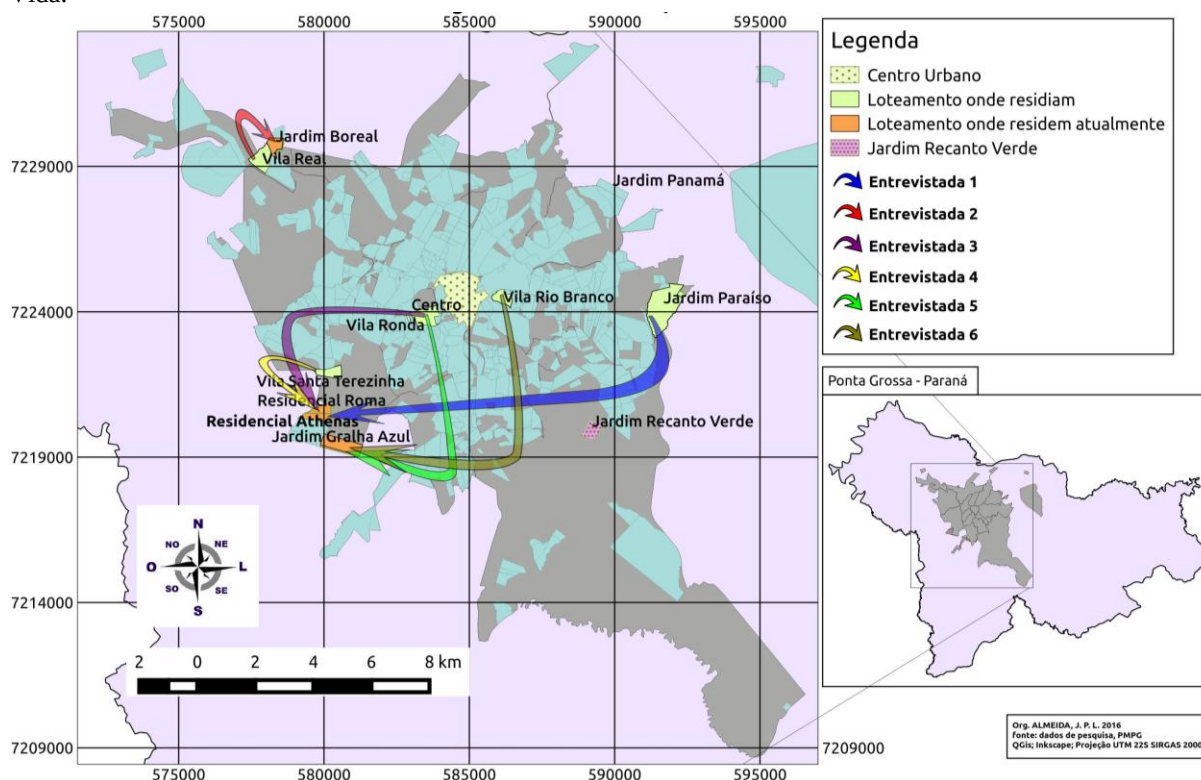
- a entrevistada 1, que residia no Jardim Paraíso, encontrava-se a 7,7 km de distância do centro da cidade. Tendo recebido seu empreendimento no Residencial Athenas, encontra-se, agora, a 8,5 km de distância do centro da cidade e a 16 km de distância em relação ao antigo empreendimento.
- a entrevistada 2, que residia na Vila Real, encontrava-se a 10,4 km de distância do centro da cidade. Tendo recebido seu empreendimento no Residencial Jardim Boreal, encontra-se, agora, a 11,4 km de distância do centro da cidade e a 1,3 km de distância em relação ao antigo empreendimento.
- a entrevistada 3, que residia no Bairro Ronda, encontrava-se a 2,1 km de distância do centro da cidade. Tendo recebido seu empreendimento no Residencial Roma, encontra-se, agora, a 7,3 km de distância do centro da cidade e a 6 km de distância em relação ao antigo empreendimento.
- a entrevistada 4, que residia no bairro Santa Terezinha, encontrava-se a 6,9 km de distância do centro da cidade. Tendo recebido seu empreendimento no Residencial Roma, encontra-se, agora, a 7,3 km de distância do centro da cidade e a 2 km de distância em relação ao antigo empreendimento.
- a entrevistada 5, que residia no bairro Ronda, encontrava-se a 2,1 km de distância do centro da cidade. Tendo recebido seu empreendimento no Residencial Jardim Gralha Azul, encontra-se, agora, a 9,3 km de distância do

centro da cidade e a 7,5 km de distância em relação ao antigo empreendimento.

- a entrevistada 6, que residia na Vila Rio Branco, encontrava-se a 1,2 km de distância do centro da cidade. Tendo recebido seu empreendimento no Residencial Jardim Gralha Azul, encontra-se, agora, a 9,3 km de distância do centro da cidade e a 10,3km de distância em relação ao antigo empreendimento.

Nota-se então, que a atual localidade das residências das entrevistadas do “Grupo 2” e que já receberam os empreendimento da PROLAR, encontram-se ainda mais afastadas do centro da cidade e se distanciaram espacialmente, de forma significativa, dos locais das antigas residências onde estabeleciam seus laços sociais.

FIGURA 2 – Cartograma do deslocamento intra-urbano das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar, atendidas pela PROLAR e que atualmente encontram em posse do imóvel financiado pelo programa “Minha Casa, Minha Vida.”



Fonte: Dados de Pesquisa, PMPG.
Org.: ALMEIDA, 2016.

QUADRO 12 – Distância entre as residências anteriores e atuais das entrevistadas do “grupo 2” e distância das residências anteriores e atuais em relação ao centro da cidade de ponta grossa

DISTÂNCIA ENTRE A RESIDÊNCIA ANTERIOR E A ATUAL			
ENTREVISTADA	RESIDÊNCIA ANTERIOR	RESIDÊNCIA ATUAL	DISTÂNCIA ENTRE AS RESIDÊNCIAS ANTERIOR E ATUAL
1	JARDIM PARAÍSO	RESIDENCIAL ATHENAS	16 KM
2	VILA REAL	JARDIM BOREAL	1,3
3	RONDA	RESIDENCIAL ROMA	6
4	SANTA TEREZINHA	RESIDENCIAL ROMA	7,5
5	RONDA	JARDIM GRALHA AZUL	2
6	RIO BRANCO	JARDIM GRALHA AZUL	10,3
DISTÂNCIA DAS VILAS/BAIRROS/LOTEAMENTOS EM RELAÇÃO AO CENTRO DA CIDADE			
VILAS/BAIRROS/LOTEAMENTOS		DISTÂNCIA APROXIMADA CENTRO DA CIDADE	
RESIDENCIAL ATHENAS		8,5 KM	
JARDIM BOREAL		11,4 KM	
RESIDENCIAL ROMA		7,3 KM	
JARDIM GRALHA AZUL		9,3 KM	
JARDIM PARAÍSO		7,7 KM	
VILA REAL		10,4 KM	
VILA RONDA		2,1 KM	
BAIRRO SANTA TEREZINHA		6,9 KM	
BAIRRO RONDA		1,2 KM	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Ponta Grossa**. 2015. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/pontagrossa>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

Notas: Dados trabalhados pela autora.

Em relação aos equipamentos públicos existentes nas proximidades das casas anteriores, todas as entrevistas afirmaram que tinham posto/unidade de saúde próximo, creche e escolas das séries iniciais; 4 afirmaram que tinham escola de 5º ao 9º ano nas proximidades, enquanto 2 afirmaram que não tinham; em relação à escola de nível médio, 2 afirmaram ter nas proximidades da casa anterior, enquanto 4 afirmaram que não tinham. (Quadro 13).

Em relação aos equipamentos públicos existentes nas proximidades das casas atuais dos empreendimentos onde moram atualmente, todas afirmaram existir nas proximidades posto/unidade de saúde, creche, escola das séries iniciais, escola de 5º ao 9º ano e escola de nível médio. (Quadro 13).

QUADRO 13 – Equipamentos públicos existentes nas proximidades das casas anteriores e das casas atuais das entrevistadas dos Conjuntos Athenas, Boreal, Gralha Azul, e Roma

EQUIPAMENTO	EXISTÊNCIA NA CASA ANTERIOR		EXISTÊNCIA NA CASA ATUAL	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Creche	6	0	6	0
Posto/Unidade de Saúde	6	0	6	0
Escola das séries iniciais	6	0	6	0
Escola de 5º ao 9º ano	4	2	6	0
Escola de Nível Médio	2	4	6	0

Fonte: A autora.

Notas: Formulário de entrevistas realizadas no período de Março a junho de 2015.

Em relação aos equipamentos públicos nas localidades dos empreendimentos da PROLAR, assiste-se a uma mudança social negativa, especialmente em relação a posto de saúde e escolas. A situação dos equipamentos públicos das proximidades de suas casas anteriores era menos precária que os existentes nas proximidades dos conjuntos.

As creches e as escolas de anos iniciais são os equipamentos públicos mais presentes nos conjuntos e suas proximidades, especialmente nos Conjuntos Gralha Azul, Athenas e Roma. No entanto, no que se refere ao posto de saúde, este se encontra em reforma e precisa haver o deslocamento para o posto mais próximo.

Quanto ao transporte público, todas as entrevistadas afirmaram a existência de meio de transporte público disponível na localidade onde residiam anteriormente bem como na que residem atualmente. Entretanto, por meio das entrevistas conseguiu-se perceber que 4 das entrevistadas declararam que na casa anterior a periodicidade em que o ônibus passava se dava de 15 em 15 minutos, 1 afirmou que o ônibus passava de 20 em 20 minutos e 1, que a periodicidade era de 40 em 40 minutos. Outrossim, em relação à periodicidade da passagem do ônibus nas casas atuais, todas afirmaram que os transportes públicos passam a cada hora. (Quadro 14).

QUADRO 14 – Quantidade e periodicidade de meio de transporte público disponível na localidade da casa anterior e da casa atual das entrevistadas dos Conjuntos Athenas, Boreal, Gralha Azul, e Roma

ATHENAS				
ENTREVISTADA	EXISTÊNCIA		PERIODICIDADE	
	Casa Anterior	Casa Atual	Casa Anterior	Casa Atual
1	SIM	SIM	15/15 min	1/1h
BOREAL				
ENTREVISTADA	EXISTÊNCIA		PERIODICIDADE	
	Casa Anterior	Casa Atual	Casa Anterior	Casa Atual
2	SIM	SIM	20/20 min	1/1h
ROMA				
ENTREVISTADA	EXISTÊNCIA NA CASA ANTERIOR		EXISTÊNCIA NA CASA ATUAL	
3	SIM	SIM	15/15 min	1/1h
4	SIM	SIM	15/15 min	1/1h
GRALHA AZUL				
ENTREVISTADA	EXISTÊNCIA NA CASA ANTERIOR		EXISTÊNCIA NA CASA ATUAL	
5	SIM	SIM	15/15 min	1/1h
6	SIM	SIM	40/40 min	1/1h

Fonte: A autora

Notas: Formulário de entrevistas realizadas no período de Março a junho de 2015.

O transporte continua sendo alvo de reclamações intensas pelas moradoras nos cinco conjuntos em análise. As críticas são feitas no sentido de que o transporte público é considerado ruim e demorado, e não atende às demandas populacionais, prejudicando muitas vezes o próprio trabalho das moradoras.

O impacto que se percebe é que, nas casas anteriores, os deslocamentos eram realizados, sobremaneira, a pé, tendo em vista que as atividades do cotidiano se encontravam nas proximidades, favorecendo o deslocamento.

A fim de desvendar se as expectativas em relação à nova moradia das famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pela unidade domiciliar que já se encontram nos empreendimentos da PROLAR, por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, foram atendidas, elaborou-se algumas questões abertas para que demonstrassem as necessidades ainda existentes e suas satisfações em relação à nova casa.

A primeira pergunta realizada foi acerca das necessidades ainda existentes em relação à nova moradia. As respostas foram as seguintes:

Entrevistada 1: *“A casa não era minha e não tinha banheiro. A casa era emprestada e tive que devolver. Tá bom aqui”* (sic).

Entrevistada 2: *“A casa era pequena demais. Precisava aumentar. Quando chegava visita eu mandava todo mundo sentar lá fora (risos), agora não precisa mais disso, não”* (sic).

Entrevistada 3: *“Meu sonho era não pagar mais aluguel. Agora a casa é minha e ninguém incomoda”* (sic).

Entrevistada 4: *“Eu queria sair dos fundos da casa do meu irmão. Atrapalhava demais eles. Queria um lugar que fosse meu e agora consegui isso. ”* (sic).

Entrevistada 5: *“A casinha ta boa. Seria ingratidão reclamar”* (sic).

Entrevistada 6: *“O aluguel antes era muito caro. Tinha despesa demais. Hoje pago R\$40,00 para PROLAR. Não sei se tenho mais necessidade em relação à casa”* (sic).

Na sequência, a pergunta realizada foi: “Quais são as necessidades de sua família?”. As respostas foram:

Entrevistada 1: *“Precisa de mercado. Não tem nada aqui. é muita coisa que falta. Ou você pega ônibus ou você morre porque não tem nada perto. Só tem a mercearia, mas tudo é muito caro”* (sic).

Entrevistada 2: *“Aqui só tem boteco. Tenho medo por causa dos meus filhos. É duro pra comprar as coisas porque só tem mercearia e lá é tudo caro. Falta ter um mercado decente.”* (sic).

Entrevistada 3: *“Precisa de ter mercado mais perto. Farmácia também. Se tivesse umas lojas para comprar roupa de vez em quando ajudava. Também não tem nenhum lugar por perto pra reunir o pessoal ”* (sic).

Entrevistada 4: *“Precisamos de um mercado, uma farmácia, um açougue que sejam mais perto. Cada vez que precisa tem que ir muito longe e tomar ônibus. Perde um tempão com isso. Dá desânimo, moça”* (sic).

Entrevistada 5: *“Preciso aumentar meu ganho. Vou aumentar a casa e ali na área vou fazer uma lanchonete para os vizinhos, porque aqui não tem nada perto. Nem mercado não tem. Farmácia nem se fale”* (sic).

Entrevistada 6: *“Eu preciso ter mercado e farmácia por perto. Onde eu morava tinha mais dessas coisas perto.”* (sic).

Em seguida questionou-se: “Quais os equipamentos sociais sua família precisa para garantir seu bem-estar?”. As respostas obtidas foram:

Entrevistada 1: *“Médico, dentista, farmácia, escola. Não tem atendimento para gestante e criança. Pra fazer pericultura tem que ficar na fila de espera. Não tem remédio na Unidade de Saúde, tem que ir na farmácia central e depender de ônibus pra isso. Ônibus também demora demais. Só a cada 1 hora”* (sic).

Entrevistada 2: *“Acho que precisa de mais escola, porque não é suficiente o que tem. Ônibus demora demais e a farmácia é muito longe. Precisava de mais linhas”* (sic).

Entrevistada 3: *“Precisa de médico e dentista. O atendimento na unidade de saúde é demorado. Aqui tem bastante bandido, falta segurança e por isso a gente se mantém amigo deles”* (sic).

Entrevistada 4: *“Eu acho que tinha que ter mais ônibus. Médico também seria bom se tivesse mais”* (sic).

Entrevistada 5: *“É difícil da gente ir num médico e comprar remédio. Só tem farmácia na Santa Paula e o UPA é muito longe. É difícil, viu?! Quando a gente quer médico eles ficam jogando a gente de posto em posto. É daqui pro Santa Paula, de lá pro Maracanã, de lá pro*

Santa Terezinha e assim vai. E pra isso tudo a gente precisa de ônibus, que não tem muito” (sic).

Entrevistada 6: *“Falta médico e dentista. Posto tem, mas não funciona, o que não resolve. Uso do Santa Terezinha, mas fica longe demais.” (sic).*

Por fim questionou-se: “Qual o seu nível de satisfação em relação ao imóvel adquirido?”. As respostas foram:

Entrevistada 1: *“Vou falar bem a verdade. Tem defeito desde que a gente entrou. A cobertura é ruim. Eles da PROLAR vem mas não solucionam o problema. Todo mundo reclama de goteira” (sic).*

Entrevistada 2: *“Sou satisfeita. A casa de antes era em área de risco. O lugar é ótimo. Bem quietinho. Eu adoro. Nas outras coisas da casa a gente arruma, a gente se vira” (sic).*

Entrevistada 3: *“Perfeito. Satisfeitíssima. Se reclamar, Deus castiga” (sic).*

Entrevistada 4: *“É bom que a casa é minha. Mas tem muita coisa pra arrumar e a PROLAR não arruma. Tem muita rachadura, os acabamentos tão feios e precisa consertar o telhado” (sic).*

Entrevistada 5: *“Sou satisfeita, porque agora a casa é minha. Isso me deixa tranquila. Falta coisa. Em época de eleição que era bom, porque os políticos viviam aqui e ajudavam. Agora nem dão as caras” (sic).*

Entrevistada 6: *“A casa é tudo pra mim. É minha casa, minha vida mesmo (risos). A gente faz tudo pra arrumar os defeitinhos. A gente se sente mais gente.” (sic).*

Ao se analisar as respostas, nota-se que há uma nível de satisfação em relação à casa em que viviam anteriormente e que sempre ressaltam essa satisfação quando falam nas casas que agora lhe são “próprias”. Apesar dessas afirmações, percebe-se que muitas ainda são as reclamações no que se refere à qualidade dos materiais construtivos, à distância enfrentada

diariamente e à falta de equipamentos públicos que funcionem de forma efetiva e que sejam aptos ao atendimento das mulheres entrevistadas e de suas famílias.

As transformações do mundo do trabalho e das relações familiares colocam a mulher em um processo de enfrentamento das demandas inerentes à constituição e manutenção de sua família e ao mesmo tempo do próprio mercado de trabalho, que exige qualificação profissional. A mulher em condição de pobreza, particularmente aquela que assume a chefia do núcleo familiar, enfrenta dificuldades que se somam a estas demandas, tais como: desigualdade de gênero, condições de trabalho precárias, renda insuficiente, ausência de políticas públicas e de uma rede de proteção para os membros de sua família (crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência). Moram em locais de risco ou em empreendimentos distantes da malha urbana e nestes espaços convivem com a segregação socioespacial. (OLIVEIRA; BOURGUIGNON, 2015).

Marques (2012, p. 25) afirma que “[...] a concentração espacial da pobreza impacta negativamente nas condições de vida, dificulta a mobilidade social e reduz o sentimento de pertencimento dos indivíduos a coletividades”. Isso se relaciona, conforme o autor, à dificuldade de acesso a bens e serviços, por não se encontrarem universalizados, pela redução de acesso a oportunidades de emprego e renda mais adequada, bem como a espaços de cultura e lazer.

Nos últimos anos pode-se observar – tanto no desempenho da política de saúde quanto da assistência social (ambas políticas de seguridade) – uma clara ênfase estratégica em compor com a família projetos e processos mais efetivos na proteção social. Nesse sentido, Del Valle e Costa (2014, p.151), destacam que

a proteção social consiste na ação coletiva de proteger dos riscos, reduzindo o impacto sobre o indivíduo e a sociedade. A formação de sistemas de proteção social resulta da ação pública que busca resguardar a sociedade dos efeitos dos riscos da doença, velhice, invalidez, desemprego, etc.

Ainda, conforme Del Valle e Costa (2014), trata-se de um conjunto de instrumentos, instituições públicas que objetivam garantir segurança ao cidadão em situações de privação de ordem social, econômica, possibilitando segurança social, e, portanto, precisam de ações de caráter político e investimento público. De outro lado, exige também articulação com os segmentos organizados da sociedade civil.

O grande desafio é, justamente, a busca de articulação das iniciativas públicas e da sociedade civil na perspectiva da construção de uma rede protetiva no âmbito das políticas sociais. (YAZBEK, 2014).

Neste sentido, a proteção social deve garantir à mulher trabalhadora e chefe de família condições de inclusão, de segurança de renda e de trabalho e de oferta de serviços públicos essenciais na área de saúde, educação e lazer. Tais serviços destinam-se aos cuidados da família e de seus membros em diferentes ciclos de vida. As redes de proteção social cumprem, neste caso, importante papel.

Ao se observar as mudanças verificadas na família, nota-se que as mulheres responsáveis pela unidade familiar, se tornam o segmento mais vulnerável à pobreza e se tornaram mais dependentes do Estado de Bem-Estar. O fenômeno da “feminização da pobreza”, conforme analisado no Capítulo 2, aliado à segregação socioespacial, as coloca em conjuntos habitacionais construídos em terras baratas e a longas distâncias do acesso aos bens e serviços públicos que lhes são indispensáveis.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo pode-se observar que o percurso histórico para a consolidação de uma política habitacional no Brasil passou por uma série de entraves, proliferando ao longo dos anos processos informais de desenvolvimento. Por essa razão milhares de brasileiros tiveram (e continuam tendo) acesso à moradia urbana apenas por meio de mecanismos informais de desenvolvimento urbano, o que causa um impacto bastante negativo sobre a população citadina.

Ainda que tenha havido a inserção do direito à moradia no Texto Constitucional brasileiro, por meio da Emenda n. 26, de 14 de fevereiro de 2001, e ainda que existam medidas protetivas a este direito, além de fomento estatal destinado à sua concretização, nota-se que esse direito ainda não atingiu plenas condições de eficácia, especialmente no que se refere às populações de menores rendas.

Conforme se notou, com a Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009, foi inserido no ordenamento jurídico o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que tem dentre seus escopos a prioridade do atendimento às famílias que tenham a mulher como responsável pela unidade domiciliar, que foi o foco do presente estudo.

Dessa forma, a partir do cruzamento das reflexões teóricas trazidas ao longo do trabalho com a pesquisa qualitativa e com o estudo de caso, permitiu-se um aprofundamento acerca das intenções de referido programa e seus impactos para a população de menor renda, especialmente sobre as famílias monoparentais responsáveis pela unidade familiar, na cidade de Ponta Grossa.

Assim sendo, ao se analisar o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, observou-se que, desde o seu lançamento, houve, por um lado, euforia pelos empresários da construção, que se posicionaram, claramente, como coautores e parceiros do programa. De outro lado, pelo viés dos atores ligados ao Fórum da Reforma Urbana e aos movimentos por moradia, as reações foram cautelosas. (CARDOSO, ARAGÃO, 2013).

Ficou nítido que, se forem levadas em conta as avaliações positivas do programa, sob o ponto de vista da economia, “o lançamento do programa se alinhava com as medidas anticíclicas empreendidas pelo governo no enfrentamento da crise econômica, que contrastaram fortemente com as estratégias conservadoras e recessivas dos governos anteriores”. Sob o ponto de vista da política habitacional, “o volume de subsídios que se propunha adotar era inédito, o que permitiria que os programas oficiais pudessem

efetivamente atingir a população de mais baixa renda”, vindo ao encontro das propostas da Reforma Urbana e dos movimentos por moradia. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44).

De outro viés, numa perspectiva diferenciada, os críticos desse programa identificam dimensões que estariam sendo mal equacionadas. Cardoso e Aragão (2013 p. 44) sintetizam essas críticas em alguns pontos: “falta de articulação do programa com a política urbana”; “ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária”; “os problemas de localização dos novos empreendimentos”; “excessivo privilégio concedido ao setor privado”; “a grande escala dos empreendimentos”; “a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos”; “a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação”; “as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado”.

Como já observado anteriormente, reforça-se, nesse momento, uma dupla contradição que está imbuída nesse programa: combater a crise (por meio do estímulo da economia) e o déficit habitacional; e a intenção em efetivar a produção habitacional, mas deixando de lado formas diversas de produção baseadas na produção pública ou na autogestão. (CARDOSO; ARAGÃO).

No Brasil se percebe uma quantidade de imóveis vazios em número superior ao déficit habitacional. E isso ocorre justamente porque o modelo brasileiro tem sido pensado numa lógica de não “ampliação do direito à cidade”, uma vez que existe uma grande quantidade de imóveis privados e públicos que podem ser objeto do direito à moradia. Aliás, explica Raquel Rolnik (2012, p. 5), que isso acontece justamente porque “existe uma questão complicada com o déficit que é a própria ideia de déficit, uma concepção bastante contaminada pela ideia de produção de moradia” e isso ocorre porque o seu próprio conceito “implica novas unidades”, não devendo, então, ser abandonado esse conceito ou ampliado para abranger a ideia de “necessidades habitacionais, uma vez que existem comunidades que têm moradia, mas o que elas precisam é melhorar a infraestrutura”.

Maricato (2009) destaca que, em relação à desarticulação do programa com a política urbana, o combate ao déficit não pode estar limitado meramente aos números. E, conforme já expressado no primeiro Capítulo desta dissertação, desde os tempos do BNH, foi dado tratamento meramente quantitativo à questão habitacional, estando o sucesso ou fracasso dos programas condicionados ao número de unidades construídas, sem que houvesse articulação com outras políticas urbanas e sociais.

No mesmo sentido, Bonduki destaca que “o programa [...] não adota o conjunto de estratégias que o PlanHab julgou indispensável para solucionar o problema habitacional,

sobretudo nos eixos que não se relacionavam com os aspectos financeiros”. Ademais, em consequência, “aborda-o de maneira incompleta, incorrendo em grandes riscos, ainda mais porque precisa gerar obras rapidamente sem que tenha preparado adequadamente para isso”.

A política habitacional brasileira passa por contradições que precisam ser enfrentadas. Enquanto, de um lado, tem-se a Constituição da República de 1988 e o Estatuto da Cidade, que delegam competência para que os municípios definam e implementem os instrumentos de política urbana, de outro lado, o modelo institucional pós-Constituição deixa a dimensão relacionada à terra sob os cuidados da esfera municipal, enquanto os financiamentos ficam concentrados na esfera federal. Dessa forma, é nítida a desarticulação administrativa existente, uma vez que a política habitacional ficaria dependente de iniciativas governamentais articuladas entre esferas políticas e administrativas autônomas. (BONDUKI, 2009).

Tendo em vista tais críticas, tem-se como tendência a viabilização de novos empreendimentos por meio da dinâmica de mercado, com a busca de terras mais baratas, as quais se encontram longe do centro das cidades e apresentam maior precariedade de infraestrutura e de fornecimento de equipamentos públicos.

A implementação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” comprovou que sempre existiu uma grande “probabilidade de que os novos empreendimentos habitacionais viessem a repetir o padrão de grandes conjuntos localizados em periferias distantes e que a liberação de recursos de crédito e subsídio reforçassem a tendência já presente de crescimento do preço da terra”. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 48).

A relação de dependência do programa para com a dinâmica imobiliária, consistindo em fruto da hegemonia conferida ao setor privado, gera problemas distributivos, “já que os governos estaduais e municipais não controlam diretamente os meios necessários para garantir que os recursos estabelecidos na cota sejam efetivamente transformados em contratos”. (CARDOSO, ARAÇÃO, 2013, p. 60).

Na cidade de Ponta Grossa, como visto, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” foi aderido pela PROLAR, conforme já exposto, para atender às famílias que se enquadram na “faixa 1”, ou seja, que têm renda mensal de até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Nesta localidade, do mesmo modo como ocorre em nível nacional, ao mesmo tempo em que o programa concede condições para que as famílias – no caso, as famílias monoparentais com a mulher responsável pela unidade familiar – venham a ter uma habitação, nota-se, também, a existência de fragilidades.

Como se viu ao longo deste trabalho, as habitações populares financiadas por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa, foram erguidas fora da malha urbana consolidada, situando-se, em sua maior parte, em terrenos desprovidos de infraestrutura, serviços essenciais e emprego.

Ao se analisar as residências das famílias entrevistadas nos conjuntos Jardim Athenas, Jardim Roma, Gralha Azul e Boreal, antes e depois da inclusão no programa federal, destacam-se alguns fatores: garantia de maior qualidade de vida, contraposta pela situação de precariedade de infraestrutura (equipamentos e serviços públicos) dos conjuntos e localização periférica, intensificando-se a segregação socioespacial.

A infraestrutura existente na casa atual (luz, água e esgoto) obteve melhorias se comparadas às residências anteriores. Apresentaram também um fator positivo em termos de iluminação pública, água tratada, esgoto e pavimentação viária. No entanto, equipamentos públicos como creche, postos de saúde e escola são fatores negativos nesses conjuntos, excetuando-se a existência do Complexo Educacional Gralha Azul, localizado nas proximidades dos Jardins Athenas, Roma e Gralha Azul. Em relação ao transporte público, ainda não está apto a suprir a demanda das entrevistadas.

Além do mais, os conjuntos provocaram a expansão da malha urbana. Nesse sentido, Löwen Sahr (2001), esclarece que a cidade se apresenta como um espaço dinâmico, que passa por transformações constantes na estrutura interna e em seu espectro social. Isso leva ao crescimento populacional da cidade, o que acarreta aumento da densidade demográfica em áreas específicas, bem como a expansão da malha urbana em diferentes direções. Assim, conforme se inferiu dos Cartogramas 1 e 2, os conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, destinados à população de baixa renda, têm como característica a expansão da periferia da cidade. Os programas habitacionais voltados à população de baixa renda em Ponta Grossa colaboraram para a ampliação da malha urbana desde 1967, com a instalação das COHAB-PG, de acordo com o que se viu no primeiro Capítulo. Observou-se que a construção dos conjuntos (já prontos e em andamento) se encontram na periferia da cidade, sem qualquer integração com a malha viária existente.

A localização periférica dos indivíduos nos espaços urbanos afeta diretamente sua vida, a exemplo das mulheres responsáveis pela unidade familiar, principalmente no que se refere à rede de proteção social. Conforme visto ao longo deste trabalho, havendo a concentração espacial da pobreza há o impacto negativo das condições de vida, dificuldade de mobilização, redução de acesso aos bens e serviços, do sentimento de pertencimento dos indivíduos e das coletividades. Esse efeito de segregação socioespacial gera o isolamento

social reduzindo, também, o acesso dos pobres a melhores empregos e rendimentos. (MARQUES, 2012).

Os vínculos sociais se destinam à conexão das pessoas, famílias e grupos de formas diversas por sobre as fronteiras dos territórios segregados, reduzindo potencialmente os efeitos de concentração e homogeneidade no espaço. Em âmbito local, esse processo se associa aos vínculos no interior da vizinhança e da família e ao seu papel de disseminação dos recursos da pobreza, assim como ao papel dos vínculos informais em diferentes estratégias de sobrevivência e habitação. (MARQUES, 20012).

Além disso, o papel desempenhado pelas redes torna clara a presença ou ausência de sentimento de pertencimento. Desse modo, as conexões sociais entre as pessoas oferecem “oportunidades de acesso a outros grupos sociais, bem como a bens e serviços, incluindo dinheiro, mantimento, ferramentas, e também bens imateriais, como informação, carinho, solidariedade, apoio, emocional, etc.”. (MARQUES, 2012, p. 29).

Assim como aconteceu em nível nacional, a história de programas e políticas voltadas à habitação em Ponta Grossa, reduz-se a um produto qualquer e o morador a um consumidor passivo, que determina suas escolhas dentro de um rol predeterminado. Desse modo, o direito à moradia, constitucionalmente previsto, reduz-se a uma unidade habitacional definida a partir de padrões preexistentes do passado.

Além de se encontrar em localização periférica, os conjuntos habitacionais em Ponta Grossa não permitem o acesso igualitário de todos os cidadãos, especialmente em termos de infraestrutura e equipamentos públicos coletivos.

Destarte, ainda que após quase meio século de instalação dos primeiros conjuntos habitacionais em Ponta Grossa, o atual Programa “Minha Casa, Minha Vida” reforça a mesma lógica de funcionamento dos programas anteriores: gerando lucro para as empresas e reforçando a segregação e exclusão socioespacial para as famílias de baixa renda.

Este programa se revela, então, na prática, insuficiente à camada mais pobre da população, posto que a lógica aplicada se volta ao mercado imobiliário. Conforme Scheffer (2003), a valorização de terras existentes no caminho até que se chegue a esses conjuntos que se encontram na periferia da cidade desencadeiam processos de vazios urbanos em algumas áreas da cidade. Nesses vazios são encontrados empreendimentos de maior poder aquisitivo, com áreas melhores localizadas no espaço urbano de Ponta Grossa e possuem melhor infraestrutura do que os conjuntos habitacionais periféricos.

Tem-se, portanto, que a necessidade habitacional é satisfeita via mercado. No entanto, a “mercadoria habitação” não pode ser satisfeita por todos da mesma maneira, uma

vez que, para cada faixa de renda, há uma mercadoria diferenciada e que causa intensa segregação e exclusão socioespacial, sobretudo, dos consumidores de baixa renda.

Conforme se inferiu ao longo deste estudo, a ideologia neoliberal prega pela ordem espontânea das coisas, que atua de forma invisível e justifica um modelo de sociedade baseado numa liberdade chamada negativa, que nega qualquer tipo de controle público sobre os indivíduos. (PEREIRA, 2006).

Estes são os traços essenciais do paradigma neoliberal que vêm orientando as atuais políticas sociais, as quais, a rigor, nem mereceriam esse nome por que: a) não têm como prioridade a satisfação de necessidades sociais, mas a rentabilidade econômica privada; b) não visam concretizar direitos sociais, mas a dismantelar os existentes; c) não têm como horizonte a justiça social, mas o reinado do mérito individual regido pelo critério da competição e da relação custo/benefício (PEREIRA, 2006, p. 71)

Conforme Potyara Pereira (2006, p. 72), “pode-se entender porque as políticas sociais da atualidade reduzem as necessidades dos pobres a mais miserável e humilhante condição de vida física, animal, bestial, cuja satisfação permite apenas que eles realizem atividades mecânicas para sobreviverem”. Além disso, “a naturalização desse processo faz com que muitos acreditem [...] que os pobres não têm nenhuma necessidade de lazer, de cultura e principalmente de autonomia para fazerem escolhas”, o que impedem com que se sintam “responsáveis por elas e participarem da vida econômica, política e social do contexto em que vivem”.

Ao se qualificar o conceito de necessidades humanas básicas, observou-se que há a necessidade de serem levadas em consideração as condições específicas que se relacionem ao gênero, à idade, ao nível de desenvolvimento, e que impõem particularidades no que se refere a todos os tipos de necessidades. Em especial, a peculiaridade das mulheres, particularmente as responsáveis pela unidade domiciliar, exige respostas que sejam diferenciadas quando se refere ao contexto das necessidades humanas básicas. Isso se justifica em razão de que, conforme visto anteriormente, as necessidades básicas das mulheres ainda não são atendidas como são as dos homens. Na busca pelo rompimento dessa lógica, a mulher acaba se submetendo à realização de trabalhos menos atraentes, com salários bastante reduzidos e escassas oportunidades de crescimento, estando ainda totalmente relacionadas às responsabilidades domésticas.

A principal problematização em relação às mulheres ultrapassa sua posição subalterna em casa e no trabalho, atingindo o âmbito da proteção social do Estado, em relação ao qual elas encontram dois obstáculos: dependência, ou ausência de autonomia, e o estigma gerado por essa dependência. (PEREIRA, 2006).

Há a institucionalização desses obstáculos, tendo em vista que o Estado de Bem-Estar, que se consolidou após a segunda guerra mundial, privilegiou como seu suporte básico a unidade familiar – concebida, de acordo com Esping Andersen, como uma família estável, sustentada pelo homem, responsável por garantir uma prole numerosa bem como a provisão do lar. Por meio dessa concepção, o Estado passou a delegar à família os cuidados das crianças e dos idosos, concentrando sua atenção nos riscos relacionados aos rendimentos do trabalho, riscos esses que considerou mínimos em uma época de pleno emprego e de bons salários. Em razão disso, a mulher ficou conhecida, seja no âmbito da casa, como fora dela, como dependente do marido, ou seja, do chefe da família. (PEREIRA, 2006).

Assim, com o Estado de Bem-Estar, a mulher era encarada pelas políticas sociais como cidadã autônoma, porém com seus direitos decorrentes das relações maritais, como o acesso aos auxílios à maternidade e à viuvez. (PEREIRA, 2006).

Em virtude das condições de pobreza das mulheres, estas acabaram se tornando o segmento social mais vulnerável e o segmento mais dependente da proteção do Estado de Bem-Estar. Esse fenômeno passou a ter maior visibilidade, pois enquanto chefes de família não conseguiam ganhar o suficiente para sustentar a si e aos seus dependentes, por falta de efetiva inserção no mercado de trabalho e de proteção pública devida. Houve, então, a instituição do paradoxo: o segmento social que mais precisava da proteção estatal estava sendo por ele negligenciado. Assim, para a maioria das mulheres, a chefia do lar constituiu uma via para o empobrecimento. Por essa razão, ao contrário dos neoliberais, não se pregava a extinção ou a redução do Estado de Bem-Estar, mas a sua democratização. (PEREIRA, 2006).

Pelo exposto, justifica-se o título atribuído ao presente trabalho, qual seja, “Direito à moradia e a rede de proteção social: o caso das famílias monoparentais femininas no Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Ponta Grossa – Estado do Paraná, tendo em vista que a autonomia dessas mulheres faz com sejam estabelecidos por elas laços que vão para além do ambiente doméstico, e abarcam a comunidade como um todo. Isso requer a participação efetiva do Estado, além da promoção de serviços públicos, como creches, saúde, educação, tornando esse mesmo Estado comprometido com o atendimento das necessidades sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nelson Vieira. **O Estado, o bem público e o direito à moradia**: um estudo acerca da natureza jurídica da concessão especial de uso para fins de moradia. Monografia (Graduação em Direito – Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Parte I, p. 09-23.

ARAGÃO, José Maria. **Sistema Financeiro da Habitação**: uma análise sociojurídica da gênese, desenvolvimento e crise do Sistema. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ARANTES, Pedro. FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**: alguns comentários sobre o pacote habitacional. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=297:como-o-governo-lula-pretende-resolver-o-problema-da-habitacao&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

ARAUJO, Celia Lopes; KAUFFMANN, Maria Oliveira; ABREU, Luciano Muniz. **A política habitacional do Brasil em síntese periodizada**: algumas reflexões. v. 31, n. 1. Ciências Humanas e Sociais em Revista: UERJ, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MUTUÁRIOS DA HABITAÇÃO – ABMH. **Cartilha da casa própria**. Disponível em <<http://www.abmh.com.br/wp-content/uploads/2014/08/Cartilha-da-Casa-Pr%C3%B3pria-2015.pdf>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto; ABDALLA, Márcio Coutinho. **A estratégia de triangulação**: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ2013. Brasília/DF – 3 a 5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2014.

AZEVEDO, Sérgio. **A crise da política habitacional**: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, 1979.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 7. ed. v. 2. Biblioteca básica de serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Prefácio de Francisco de Oliveira. Coelção Urbanismo. 2.ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social No Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2015.

_____. **Do projeto moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Teoria e Debate, v. 82, p. 1. 2009.

_____. Política Habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 01, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> . Acesso em: 15 de mar. de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Saint-Amand-Montrond, Éditions du Seuil, 1998, p.15.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 fevereiro de 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de Agosto de 1942**. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-414411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

_____. **Emenda Constitucional n.26, de 14 de fevereiro de 2001**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

_____. **Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em 20 de maio de 2015.

_____. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

_____. **Lei n.11.977, de 07 de julho de 2009.** Regulamenta sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha Minha Casa, Minha Vida.** Governo Federal, 2009. Disponível em: <http://www.adh.pi.gov.br/minha_casa_minha_vida.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

_____. **Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR.** Governo Federal 2009 [?]. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 03 de junho de 2015.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Adauto Lucio Cardoso (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de.; LAZZARI, João B. **Manual de direito previdenciário.** 12. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – PROLAR. **A PROLAR.** Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <<http://prolarpmpg.com.br/a-prolar/>>. Acesso em 15 de março de 2015.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista.** Uma análise da reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 4ª. ed., rev., atual., ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERNANDES, Daniela. **Dependência econômica impede que vítimas deixem parceiros violentos, diz estudo.** BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/07/100716_violenciadomestica_ss.shtml>. Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

FREITAS, Silvio Antônio. **Habitação Popular em Goiânia: vila mutirão mil casas em um dia.** 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. 2007.

FRIEDMAN, John. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

GALLEAZI, I. M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: **Mulher e Trabalho**. v.1, 2001. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2669/2991> Acesso em 29 Julho 2013.

GAZETA DO POVO. **Obras do Minha Casa Minha Vida demoram para quem mais precisa**. fev/2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/obras-do-minha-casa-minha-vida-demoram-para-quem-mais-precisa-ejx2dhw89u8zdd7qnikib3v4e>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

GIUSTINA, Emilie Faedo Della. **A participação da sociedade civil e a questão da segurança alimentar e nutricional em Guarapuava – PR**. 2013. 175f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2013.

GOLDANI, A. M. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação**. Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios, n. 5, p. 58-78, 1989.

GRISARD FILHO. **Famílias Reconstituídas**: novas uniões depois da separação. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GUIA DE DIREITOS. **Direito ao transporte**. Disponível em: http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1246&Itemid=290. Acesso em 25 de janeiro de 2015.

GUIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e Domicílios. Resultados da amostra. p. 1-203. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

_____. **Censo 2010**: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento. Comunicação social. 17 out. 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2240&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-mais-frequentes&view=noticia>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Comunicados do IPEA**. PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. n. 64. 2010.

_____. **Comunicados do IPEA**. PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. n. 65. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Caderno Estatístico**. Município de Ponta Grossa. 2015. Disponível em: <

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000>>. Acesso em 30 de julho de 2015.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KLEBA, Tereza Lisboa. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo gênero 8: corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008.

LAURELL, Asa Cristina (org.). Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2. ed. Revisão técnica de Amelia Cohn. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1997.

LAVINAS, Maria Helena,. **Pobreza e Exclusão**: traduções regionais de duas categorias da prática. v. 4, n.I, p. 25-59, Revista Econômica: Rio de Janeiro, 2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

Tereza Kleba Lisboa: **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/6-empoderamento-teresa_kleba_lisboa_11.pdf. Acesso em: outubro de 2015.

LOMBARDI, Anna Paula. **Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência**: os espaços de morar do Programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa, PR. 2014, 173 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In. DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LOWEN SAR, Cicilian Luiza (org.). **Espaço e cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001, p. 13-36.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**: Cidades brasileiras: a matriz patrimonialista. Políticas Sociais (IPEA), v. 12, p. 211-220, 2006.

MARQUES, Eduardo (Org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. Traço Fino: Belo Horizonte, MG, 2012.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e a ambiguidade da questão. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf. Acesso em 10 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. **Lei n. 4.298, de 13 de setembro de 1989**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-ponta-grossa.jusbrasil.com.br/legislacao/420741/lei-4298-89>>. Acesso em 15 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. **Lei nº 8663 de 09 de outubro de 2006**. Atualiza a lei do Plano Diretor do município de Ponta Grossa em consonância com as novas diretrizes da revisão do Plano Diretor e dá outras providências.

OBSERVATÓRIO DO FGTS. **A criação do BNH**. A criação e o desenvolvimento do BNH. Disponível em: <http://guiadofgts.com.br/?category_name=a-criacao-do-bnh>. Acesso em 20 de julho de 2015.

OLIVEIRA, Rafaella Martins de. **Os aspectos jurídicos referentes ao processo de planejamento urbanístico na concretização do direito à cidade**: estudo sobre a alocação de recursos nas ações de regularização fundiária. 2012. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

OLIVEIRA, Rafaella Martins de; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A feminização da pobreza e a rede de proteção social. In: 4º CONINTER: **Congresso Interdisciplinar em sociais e humanidades**: fronteira e integração - estudos interdisciplinares na América Latina, 2015, Foz do iguaçu. 4º CONINTER: Congresso Interdisciplinar em sociais e humanidades: fronteira e integração - estudos interdisciplinares na América Latina. Foz do iguaçu: UNIOESTE, 2015. v. 1. p. 1-12.

PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva. **Relações familiares homoafetivas**: as contradições e a construção cotidiana das famílias vinculadas ao grupo dignidade. Ponta Grossa. 2014, 125f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). UEPG, Ponta Grossa, 2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira Pereira. **Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero**. Disponível: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/437/391>. Acesso em: outubro de 2015.

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - PEHIS/PR, 2012. Concluído e aprovado pelo coEHIS em dezembro/2011. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.cohapar.pr.gov.br/arquivos/File/Banner%20Pehis/Partes_Pehis_fev_2013/PEHIS_PARTE1.pdf. Acesso em: outubro de 2015.

PONTAROLO, Tairine Monielli; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. Interesses especulativos na produção do espaço: o Programa 'Minha casa, Minha Vida' em Guarapuava-PR. In: **II Simpósio de Estudos Urbanos**: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, 2013, Campo Mourão. Anais do II SEURB, 2013.

PONTAROLO, Tairine Monielli. **Negócio do Estado e negócio privado: O Programa Minha Casa Minha Vida em Guarapuava-Pr.** 2015. 248 f. Mestrado (Mestrado em Geografia). Unioeste, Guarapuava, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Ponta Grossa.** 2015. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/pontagrossa>>. Acesso em 10 de julho de 2015.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. Considerações sobre o Estudo de Caso na pesquisa qualitativa. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas.** Toda Palavra: Ponta Grossa, Pr, 2009.

REINA, Vanderlay Santana. **“Ensina a teu filho o caminho que deve andar”.** Opções e evidências religiosas de mulheres chefe de família, em Salvador, Bahia. 2008, 167 f. Mestrado (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador, Bahia, 2008.

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP,** Águas de Lindóia, 13 a 19 de novembro de 2012. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST30\[441\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST30[441]ABEP2012.pdf). Acesso em agosto de 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROLNIK, Raquel (org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?:** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Ministério das Cidades, 2010, p. 16. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/CartilhaMinhaCasaMinhaVida.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2015.

ROLNIK, Raquel. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. *In* Le monde diplomatique. **Conflitos por moradia.** Ano 5. n. 55., p. 4-9, fev. 2012.

_____. **Como fazer valer os direitos das mulheres à moradia.** Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

SANTOS, Rosângela Gomes dos. **Titularidade de mulheres e política de habitação:** estudo do projeto da bacia do Rio Formosa em Curitiba. 2012, 179 f. Mestrado (Pós Graduação em Gestão Urbana). PUC, Curitiba, 2012.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social.** São Paulo: Veras Editora, 2008.

SARLET, IngoWolfgang. **Direito fundamental ao transporte traz novos desafios a velhos problemas.** 25 set. 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-set-25/direitos-fundamentais-direito-fundamental-transporte-traz-novos-desafios-velhos-problemas>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas ; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAULE JÚNIOR, Nelson (Coord.). **Direito à cidade: trilhas legais para o direito das cidades sustentáveis**. São Paulo: POLIS, Max Limonad, 1999

_____. Como regularizar? In: ALFONSIN, Betânia de Moraes et al (coord.). **Regularização da terra e moradia: o que é e como implementar**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

SCHEFFER, Sandra Maria. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa – PR**. 2001, 101 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) UEPG, Ponta Grossa, 2003.

SCHIMANSKI, Édina; SILVA, Cláudia Pereira. **Família, gênero e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza**. Revista Magistro, v. 8, n. 2, p. 163-179, 2013.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. São Carlos: USP, 2010. 359 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SIERRA, Vania Morales. **Família: Teorias e debates**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003.

SOUZA, Sergio Iglesias Nunes de. **Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa de exclusão/inclusão social no município de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. A produção do território e a apropriação da renda fundiária em Presidente Prudente. In: BELTRÃO SPOSITO, M. E. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, 2001, p. 89-108.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/>. Acesso em: novembro de 2015.

VIANA, Cláudia Pereira. RIDENTI, Sandra Unbehaum. Relações de gênero na escola: das diferenças ao preconceito. In; AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8 ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 93-106.

Yin, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** (4a ed.). Porto Alegre: Bookman,

APÊNDICE A: Formulário de entrevistas “Grupo 1”

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

GRUPO 1: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL QUE JÁ ESTÃO CADASTRADAS NA PROLAR, MAS AINDA AGUARDAM A CONCESSÃO DOS IMÓVEIS FINANCIADO PELO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”, NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PARANÁ

A) IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Estado civil: () solteira () casada () separada/divorciada () convivente em união estável () viúva
- 4) Ocupação/Profissão:
- 5) Escolaridade:
() analfabeta () 1ª a 5ª série () 6ª a 8ª série () Ensino médio () Ensino superior
- 6) Faixa de renda (da chefe de família/da família):
- 7) Número de filhos:
- 8) Outros componentes familiares:
- 9) Quanto tempo fez o cadastro na PROLAR e espera pela entrega do empreendimento habitacional?

B) RESIDÊNCIA ATUAL

- 1) Localização (Qual o bairro/Rua/Cruzamento próximo):
- 2) Número de cômodos: _____ Quais?
- 3) Material construtivo:
- 4) Número de moradores:
- 5) Infraestrutura existente na habitação: () luz () água () esgoto () outro

- 6) Infraestrutura disponível no local:
() sistema de iluminação pública () sistema de água tratada () sistema de esgoto público

() pavimentação viária () outro_____

7) Equipamentos públicos das proximidades:

() posto/unidade de saúde () creche () escola das séries iniciais () escola de 5º ao 9º ano

() escola de nível médio () outros:_____

8) Quantidade e qualidade do meio de transporte público disponível:

C) EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À NOVA MORADIA

1) Quais as suas necessidades em relação à nova moradia?

2) Quais são as necessidades de sua família?

3) Quais equipamentos sociais sua família precisa para garantir seu bem-estar?

4) Quais são suas expectativas em relação à aquisição do imóvel?

APÊNDICE B: Formulário de entrevistas “grupo 2”

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**GRUPO 2: MULHERES CHEFE DE FAMÍLIA MONOPARENTAL QUE JÁ ESTÃO EM POSSE DO IMÓVEL FINANCIADO PELO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”, NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PARANÁ****EMPREENDIMENTO:****A) IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Estado civil: () solteira () casada () separada/divorciada () convivente em união estável () viúva
- 4) Ocupação/Profissão:
- 5) Escolaridade:
() analfabeta () 1ª a 5ª série () 6ª a 8ª série () Ensino médio () Ensino superior
- 6) Faixa de renda (da chefe de família/da família):
- 7) Número de filhos:
- 8) Outros componentes familiares:
- 9) Quanto tempo levou para receber o empreendimento e quanto tempo mora no mesmo?

B) RESIDÊNCIA ANTERIOR

- 1) Localização (Qual o bairro/Rua/Cruzamento próximo):
- 2) Número de cômodos: _____ Quais?
- 3) Material construtivo:
- 4) Número de moradores:
- 5) Infraestrutura existente na habitação: () luz () água () esgoto () outro _____
- 6) Infraestrutura disponível no local:
() sistema de iluminação pública () sistema de água tratada () sistema de esgoto público
() pavimentação viária () outro _____
- 7) Equipamentos públicos das proximidades:

() posto/unidade de saúde () creche () escola das séries iniciais () escola de 5º ao 9º ano

() escola de nível médio () outros:_____

8) Quantidade e qualidade do meio de transporte público disponível:

C) RESIDÊNCIA ATUAL

1) Localização (Qual o bairro/Rua/Cruzamento próximo):

2) Número de cômodos: _____ Quais?

3) Material construtivo:

4) Número de moradores:

5) Infraestrutura existente na habitação: () luz () água () esgoto () outro

6) Infraestrutura disponível no local:

() sistema de iluminação pública () sistema de água tratada () sistema de esgoto público

() pavimentação viária () outro_____

7) Equipamentos públicos das proximidades:

() posto/unidade de saúde () creche () escola das séries iniciais () escola de 5º ao 9º ano

() escola de nível médio () outros:_____

8) Quantidade e qualidade do meio de transporte público disponível:

D) EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À NOVA MORADIA

1) Quais as suas necessidades em relação à nova moradia?

2) Quais são as necessidades de sua família?

3) Quais equipamentos sociais sua família precisa para garantir seu bem-estar?

4) Qual o seu nível de satisfação em relação ao imóvel adquirido?

ANEXO A: Fotos dos empreendimentos da PROLAR em que foram realizadas as entrevistas

FOTO 1: Vista do limite entre os Jardins Athenas e Roma em Ponta Grossa



Fonte: LOMBARDI, 2013

FOTO 2: Visão geral dos Jardins Athenas e Roma na periferia do Bairro Contorno em Ponta Grossa



Fonte: LOMBARDI, 2013

FOTO 3: Complexo Educacional do Jardim Gralha Azul em Ponta Grossa



Fonte: LOMBARDI, 2013

FOTO 4: Residencial Recanto Verde em Ponta Grossa



Fonte: COVOLAN, 2012.

FOTO 5: Residencial Jardim Boreal



Fonte: PLANTÃO DA CIDADE ONLINE, 2012

ANEXO B: Parecer consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DIREITO À MORADIA E REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS: O CASO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANÁ

Pesquisador: Rafaela Martins de Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39680814.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 974.465

Data da Relatoria: 09/12/2014

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa com estudo de caso do tipo coletivo para o seu desenvolvimento, sendo subsidiada por pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, com o intento de verificar a formação de rede de proteção social e se as expectativas das famílias monoparentais femininas em relação à concretização do direito à moradia por meio do Programa "Minha Casa, Minha Vida" estão sendo atendidas na cidade de Ponta Grossa.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as demandas socioeconômicas das famílias monoparentais femininas no contexto do Programa "Minha Casa, Minha Vida", na cidade e Ponta Grossa – Estado do Paraná. A condição de vulnerabilidade social das famílias monoparentais femininas do contexto do Programa "Minha Casa, Minha Vida" em Ponta Grossa, exige que lhes seja fornecida uma rede de proteção social, em termos de saúde, educação, transporte, infraestrutura, tendo em vista que se está tratando de lugares destinados para morar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há riscos, tendo em vista que a entrevista tratará de questões de ordem objetiva. Os sujeitos

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

Continuação do Parecer: 974.465

de pesquisa não terão sua identidade revelada,
sendo identificados com códigos.

Benefícios:

Relaciona-se aos possíveis resultados que poderão contribuir com gestão da política local, demonstrando as demandas das famílias em termos de equipamentos e serviços para garantia da proteção social dos seus membros.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa com estudo de caso do tipo coletivo para o seu desenvolvimento, sendo subsidiada por pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, com o intento de verificar a formação de rede de proteção social e se as expectativas das famílias monoparentais femininas em relação à concretização do direito à moradia por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” estão sendo atendidas na cidade de Ponta Grossa. Ainda, utilizar-se-ão dados quantitativos, por meio do levantamento de dados junto à PROLAR, os quais possibilitem identificar o perfil sócio-econômico das famílias monoparentais femininas que expressam sua vulnerabilidade e a necessidade do acesso à moradia visando o acesso aos empreendimentos habitacionais financiados por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, faixa 1, na cidade de Ponta Grossa. Ademais a pesquisa será aprofundada por meio da coleta de informações junto aos “sujeitos” desse processo, quais sejam, as mulheres chefes de família monoparental. Dessa feita, estas serão divididas em dois subgrupos para a realização da entrevista e a fim de desvendar:

- Grupo 1: as expectativas em relação à rede de proteção social das mulheres chefes de família monoparental que já estão cadastradas na PROLAR, mas ainda aguardam a concessão dos imóveis financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná;
- Grupo 2: se foram atendidas as expectativas das mulheres chefes de família monoparental em relação à rede de proteção social que, após terem sido atendidas pela PROLAR, atualmente se encontram em posse do imóvel financiado pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Ponta Grossa – Paraná.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

Continuação do Parecer: 974.465

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentação pertinente anexada

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PONTA GROSSA, 05 de Março de 2015

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br